Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

Capital natural: a realidade como mercadoria

André Caliento Barone

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2019

André Caliento Barone
Bacharel em Ciências Econômicas e Bacharel em Relações Internacionais

Capital natural: a realidade como mercadoria

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **ADALMIR LEONÍDIO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Barone, André Caliento

Capital natural: a realidade como mercadoria / André Caliento Barone. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2019.

101 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Capitalismo 2. Crise ambiental 3. Desenvolvimento sustentável 4. Valoração ambiental I. Título

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, Célia e Paulo, aos meus irmãos, Aline e Lucas, e aos meus amigos. Vocês são muito importante para mim, e esse trabalho só foi possível devido ao apoio de todos vocês.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À CAPES pelo apoio financeiro, sem o qual não seria possível a realização deste trabalho de mestrado.

À Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" pela oportunidade dessa grande experiência de vida que é o mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adalmir Leonídeo, por ter acreditado em mim, no meu projeto e por ter me ajudado em momentos difíceis, quando eu mais precisei dele.

Aos meus pais, Paulo e Célia, por terem me apoiado nesse caminho, o qual foi tão importante e transformador para a minha vida. Sem a ajuda de vocês, não sei se conseguiria ter chegado até aqui, e, por isso, sou eternamente grato a vocês.

Ao professor e amigo Renato Brolezzi. Sua dedicação com a minha formação transformou a minha vida para sempre. Esse trabalho e outras realizações recentes de minha vida só foram possíveis devido ao caminho que trilhei com você.

A todos os meus amigos do grupo de estudo. Vocês são muito especiais para mim. Sou grato por ter tido a oportunidade de compartilhar experiências de vida e aprender com vocês.

Ao amigo Ernesto Bonato por ter me mostrado a possibilidade de uma nova vida.

À minha irmã, Aline, pela amizade e pelos conselhos que me ajudaram em momentos difíceis deste trabalho.

Ao meu irmão, Lucas, pelo companheirismo e por ter me proporcionado momentos valiosos em que pude aprender mais sobre mim mesmo durante essa trajetória.

À minha grande amiga Mariana Pires Franco. Sua dedicação e ajuda foram essenciais para que eu pudesse estar bem nos momentos finais de elaboração deste trabalho.

A todos os grandes amigos que conheci nesta etapa importante da minha vida, como Luis Kehl, Helena, João, Fernando, Ivo, Cida, Leo, Jacques, Dan, Roberto e Eneida. Cada um de vocês contribuiu, de diferentes formas, com essa minha trajetória. Por isso, eu jamais os esquecerei.

EPÍGRAFE

"Pensar não é sair da caverna nem substituir a incerteza das sombras pelos contornos nítidos das próprias coisas, a claridade vacilante de uma chama pela luz do verdadeiro Sol. É entrar no Labirinto, mais exatamente fazer ser e aparecer um Labirinto ao passo que se poderia ter ficado 'estendido entre as flores, voltado para o céu'.".

Cornelius Castoriadis, 1997

SUMÁRIO

RESUMO 7
ABSTRACT 8
1. INTRODUÇÃO 9
2. CAPITAL NATURAL: UM PROCESSO HISTÓRICO 13
2.1. O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS E A SOCIEDADE DO CRESCIMENTO 23
2.2. O GRANDE PROJETO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 34
2.3. DO SEEA À NCC: A ERA DO CAPITAL NATURAL 57
3. A REALIDADE COMO MERCADORIA 65
3.1. MENTALIDADE MODERNA E CAPITALISMO 80
3.2. CRISE AMBIENTAL COMO PARTE DA CRISE DO CAPITALISMO 87
4. CONCLUSÃO 93
REFERÊNCIAS 97

RESUMO

Capital natural: a realidade como mercadoria

O trabalho aqui realizado teve como principal objetivo estudar o processo de consolidação da noção de capital natural no debate ambiental internacional e suas possíveis consequências. A noção de capital natural demonstrou, em nossa pesquisa, ser um grande mecanismo de simplificação e tecnificação do debate ambiental. Por meio dela, as pautas ambientais são transformadas em pautas de mercado e traduz-se os processos ecológicos na linguagem do valor, de forma que o debate ambiental passe a ser feito dentro do universo linguístico e simbólico do modo de produção capitalista. Para explorar essa problemática e pensar as consequências desse processo, escolhemos como principal objeto de estudo deste trabalho a noção de capital natural da forma como é definida e promovida pela *Natural Capital Coalition* (Coalizão do Capital Natural). Esta é uma grande coalizão internacional formada com o objetivo de promover uma possibilidade específica de entendimento do que viria a ser capital natural. Existem diversos tipos de definições de capital natural, porém analisaremos somente a promovida por essa coalizão, de forma que a noção de capital natural propagada pela *Natural Capital Coalition* (NCC) constitui-se no eixo central deste trabalho. Para realizar essa proposta, seguimos o seguinte percurso de análise: primeiro, produzimos um estudo acerca da história material e da história das ideias que possibilitaram o surgimento da NCC e da noção de capital natural que ela promove; em seguida, analisamos o discurso da NCC e relacionamos as principais ideias nele contidas com a visão de mundo moderna e capitalista. Por fim, argumentamos que a consolidação da noção de capital natural em âmbito global é um grave empecilho à superação da crise ambiental, a qual pode inviabilizar a existência humana no planeta.

Palavras-chave: Capitalismo; Crise ambiental; Desenvolvimento sustentável; Valoração ambiental

ABSTRACT

Natural capital: reality as commodity

The main objective of this work was to study the process which consolidated the notion of natural capital in the international environmental debate and the possible consequences associated to it. The notion of natural capital has shown, in our research, to be a great mechanism for simplifying and technifying the environmental debate. Through it, the environmental agenda is transformed into a market agenda and the ecological processes are translated into the language of value, so that the environmental debate occurs within the linguistic and symbolic universe of the capitalist mode of production. In order to explore this problem and think about the consequences of this process, we have chosen as the main object of this study the notion of natural capital as defined and promoted by the Natural Capital Coalition. This is a big international coalition formed with the aim of promoting a specific understanding of what is natural capital. There are several types of definitions of natural capital, however we are going to analyze only those promoted by this coalition, so the notion of natural capital propagated by the Natural Capital Coalition (NCC) is the central axis of this work. To carry out this proposal, we proceeded along the following course of analysis: first, we produced a study about the material history and the history of the ideas that allowed the emergence of the NCC and the notion of natural capital that it promotes; then, we analyzed the discourse of the NCC and related the main ideas contained in it with the modern and capitalist worldview. Finally, we argued that the consolidation of the notion of natural capital at the global level is a serious obstacle to overcoming the environmental crisis, which may threaten human existence in the planet.

Keywords: Capitalism; Environmental crisis; Sustainable development; Environmental valuation

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que será aqui apresentado teve início em uma percepção geral a respeito do discurso dominante na temática da crise ambiental. Previamente à elaboração do projeto de pesquisa que originou este trabalho, vínhamos observando o discurso ambiental de alguns grandes jornais internacionais (como o The New York Times e o Reuters); de alguns movimentos socioambientais (como o World Wide Fund for Nature, WWF); da ONU; do Banco Mundial; de alguns acordos, tratados e conferencias ambientais internacionais (como a Rio 92); e de relatórios ambientais produzidos em parceria com a comunidade cientifica (como o Millenium Ecosystem Assessment, MA; International Geosphere-Biosphere Programme, IGBP; e o Intergovernmental Panel on Climate Change, IPCC). A impressão derivada dessa observação era a de que parecia haver um discurso hegemônico na temática ambiental, o qual tendia a tratar a crise ambiental como um problema técnico, fruto de um certo caminho de desenvolvimento tecnológico que não levou em conta a finitude dos recursos planetários e também de insuficiências nas técnicas de gestão desses recursos. A falta de legislação ambiental, a incapacidade técnica da teoria econômica em responder às questões ambientais e o caminho de desenvolvimento tecnológico trilhado no século XX pareciam ser, segundo esse discurso, os fatores mais relevantes na explicação dos motivos do agravamento da crise ambiental. Portanto, a solução dessa crise seria de natureza técnica. Ou seja, deve-se buscar desenvolver novas tecnologias, legislações e técnicas de gestão econômica para que a crise ambiental possa ser superada. Apesar da grande variedade de fontes que estávamos observando na época, tivemos uma forte impressão de que havia esse discurso maior que pairava sobre todas elas.

Tal entendimento, deve-se ressaltar, não foi produzido a partir de um estudo aprofundado dos materiais citados no parágrafo anterior, mas sim foi uma percepção geral, produzida pelo constante contato com esses materiais. Mesmo com a falta de embasamento científico e de uma análise empírica a qual pudesse sustentar essa ideia, estávamos convencidos de que ela deveria ter fundamento e de que uma pesquisa poderia ser realizada nesse sentido. Afinal, como podem a WWF, a ONU, o Banco Mundial, o Millenium Ecosystem Assessment e o The New York Times, por exemplo, reproduzirem um discurso tão uníssono (em sua essência)? O que teriam eles e outros grandes atores mundiais em comum? Por que esse discurso tecnificante da temática ambiental é tão onipresente (podendo ser encontrado em diversos relatórios científicos internacionais e até em grandes tratados, acordos e conferências ambientais internacionais)? Qual processo histórico poderia ter produzido tamanho consenso internacional, e entre tal variedade de atores? Como estudar esse processo? Dado que ele não se apresenta com

uma forma, a princípio, nítida, como escolher um objeto de estudo capaz de nos auxiliar no entendimento dessas questões? Há consistência nessa hipótese da existência de um discurso hegemônico tecnificante da temática ambiental? Como essa "tecnificação" do discurso é feita?

Essas questões eram, naquele momento, difíceis de serem respondidas, por haver muitas possibilidades a serem exploradas. Porém, essa situação mudou quando conhecemos, no Seminário em Ecologia Aplicada, edição 2016, o professor Bram Büscher, da Universidade de Wageningen. Conversamos no dia do seminário e por e-mail a respeito de nossa pesquisa, ele mostrou-se interessado na pesquisa que buscávamos desenvolver, compartilhou informações e deu algumas sugestões. A mais importante delas foi a de que investigássemos uma grande coalizão internacional chamada *Natural Capital Coalition* (NCC).

Ao pesquisar essa coalizão, percebemos que a nossa hipótese (de que há um discurso hegemônico o qual tecnifica a problemática da crise ambiental) tinha fundamento, no entanto, por razões distintas das previamente imaginadas.

Anteriormente à descoberta da NCC, supúnhamos que o discurso hegemônico adotado na temática da crise ambiental tinha assumido esse caráter de forma quase espontânea, por haver, no capitalismo, um grande fluxo no sentido da reprodução ampliada, da acumulação de capital, o qual exerce continua pressão para que tudo se ajuste à direção desse fluxo, inclusive a ciência e a estrutura simbólica de discurso sobre o mundo. Imaginávamos que esse fluxo funcionasse como uma espécie de "força seletiva de discurso", marginalizando e/ou eliminando, com o tempo, discursos, valores, visões de mundo que não pudessem contribuir ou que fossem um empecilho ao movimento de acumulação de capital. Portanto, seria lógico supor que o discurso hegemônico no tratamento da crise ambiental (temática a qual vem sendo debatida a algumas décadas[1], de modo que haveria tempo suficiente para ser sujeitada à essa "pressão seletiva de discurso") fosse aquele que buscasse adequar essa crise ao processo de reprodução ampliada, que propusesse formas de conciliar a acumulação de capital com a busca por solução dessa crise[2]. Valores, visões de mundo, interesses de poder e dinheiro fariam o papel de "força seletiva", de modo que esse discurso poderia tornar-se hegemônico mundialmente sem a necessidade de coordenação centralizada.

Embora tal suposição tenha certa consistência lógica e possa tentar ser sustentada com base em leituras que havíamos realizado até então (por exemplo: Kurz, 2004; Marx, 2011; Castoriadis, 1989), o que descobrimos ao investigar a NCC é que há, sim, esforços coordenados e

---

[1] (Latouche, 2009; Caradonna, 2014).

[2] Por essa razão o foco do discurso seria técnico, dado que discussões mais complexas, as quais englobassem, por exemplo, as esferas da cultura, dos valores e do modo de organização social, poderiam ser um empecilho à acumulação de capital, ou mesmo levar a questionamentos a respeito da viabilidade de conciliação entre capitalismo e superação da crise ambiental.

concentrados em prol da criação de um discurso ambiental o qual advogue a possibilidade de conciliar a solução da crise ambiental com a acumulação de capital. Tal descoberta nos colocou a necessidade de focar os esforços investigativos de nosso trabalho na direção do estudo dessa coalizão, dado que, como argumentaremos ao longo deste trabalho, ela cristaliza e exemplifica material e historicamente esse processo complexo de construção de um discurso hegemônico em âmbito global, que nós, anteriormente, pretendíamos analisar apenas teoricamente[3] e por meio de evidencias indiretas – por imaginarmos ser a única forma possível.

Tal decisão nos levou a estudar detalhadamente a NCC. Ao fazê-lo encontramos um caminho de análise que nos permitiu utilizar o estudo de caso da NCC para abordar o tema mais amplo da produção de um discurso hegemônico a respeito da crise ambiental – o qual tecnifica o debate e argumenta a favor da compatibilidade entre o capitalismo e a superação da crise ambiental. O estudo aprofundado dessa coalizão nos apresentou o termo *capital natural*. Esse termo assumiu tamanha importância na pauta ambiental internacional que se criou, em 2014, uma grande coalizão internacional com o objetivo de promovê-lo: nos referimos à *Natural Capital Coalition* (Coalizão do Capital Natural, em português). A noção de *capital natural* demonstrou, em nossa pesquisa, ser um grande mecanismo de simplificação e tecnificação do debate ambiental. Por meio dela, transforma-se as pautas ambientais em pautas de mercado e traduz-se os processos ecológicos na linguagem do valor[4], de forma que o debate ambiental passe a ser feito dentro do universo linguístico e simbólico do modo de produção capitalista [5].

Por termos percebido, ao longo de nossa pesquisa, a crescente importância que esse termo vem assumindo no debate ambiental internacional das últimas décadas, decidimos que seu estudo seria o eixo central deste trabalho. Ou seja, o principal objeto de estudo deste trabalho será a noção de *capital natural* da forma como é definida e promovida pela NCC. Dada a dimensão desta coalizão, sua vasta influencia internacional e o seu aparente poder em influenciar a pauta ambiental [6] (pela promoção do termo *capital natural* e de um entendimento padronizado a seu respeito [7]), estudar o eixo principal de seu discurso parece ser um bom caminho para buscar entender o processo de produção de um discurso hegemônico na temática ambiental.

---

[3] A partir de um estudo aprofundado das tendências estruturais do modo de produção capitalista. O caminho de análise seguiria o modelo que, de forma bem sucinta, sugerimos no parágrafo anterior.

[4] Ao longo deste trabalho, sempre que utilizarmos a expressão "linguagem do valor", estaremos nos referindo ao conceito marxista de *valor* (MARX, 2011).

[5] Essas afirmações serão sustentadas e demonstradas ao longo deste trabalho.

[6] Argumentos que suportem essa afirmação serão apresentados no capítulo 1.

[7] O termo *capital natural* não foi criado pela NCC, como demonstraremos ao longo do capítulo 1. Ele existia antes da criação da coalizão; porém, desde que foi criado, surgiram inúmeras definições e formas de trabalhar com ele. O que a NCC pretende é criar uma definição universal para esse termo, para que ele possa ser empregado de forma mais uníssona no debate ambiental. Dessa forma, ele ganharia força e seria capaz de pautar esse debate.

A exposição feita até aqui do caminho de desenvolvimento desta pesquisa teve o intuito de apresentar brevemente ao leitor a forma como esta pesquisa tomou corpo. Desta maneira, pode ficar um pouco mais claro quais pressupostos guiaram a elaboração deste trabalho, como escolhemos o objeto de análise, qual hipótese pretendíamos comprovar e quais questões buscávamos responder. Além disso, tivemos a intenção de fornecer uma amostra do nosso método de trabalho. Inspirados por Lucien Godmann (1979) e Norbert Elias (2001), procuramos colocar os conceitos, palavras e ideias expressas nos materiais analisados em uma estrutura mental de uma sociedade e de uma época específicas. Para esta tarefa, Goldmann (1972, p. 22) destaca a importância do método dialético, dado que "o método dialético é sempre genético e, como toda realidade humana é ao mesmo tempo material e psíquica, o estudo genético dum fato humano implica sempre tanto na sua história material quanto na história das doutrinas que lhes concerne". Ou seja, a todo momento buscamos relacionar texto e contexto. Para nós, seria insuficientemente complexa, profunda e útil uma análise do discurso da NCC a respeito do *capital natural* que não seguisse esse método. Essa coalizão e suas ideias não surgiram do nada, mas, sim, são a expressão de um longo processo histórico material e simbólico que as antecederam.

No primeiro capítulo deste trabalho, discorreremos a respeito da história material e da história das ideias que possibilitaram o surgimento da NCC e de sua noção de *capital natural*. A todo momento desse percurso histórico, quanto mais mergulharmos na análise dos fenômenos específicos, mais encontraremos pistas de grandes estruturas, de grandes movimentos civilizacionais que modificaram a maneira ocidental de pensar e sentir o mundo. Ao longo do estudo dos processos históricos que deram origem à NCC, nos depararemos com transformações ocorridas nas noções ocidentais de tempo, de progresso e de natureza. Já no segundo capítulo, faremos uma análise aprofundada do discurso da NCC e uma discussão teórica sobre a noção de *capital natural*, buscando relacioná-la com o universo mental da modernidade e do modo de produção capitalista – ao retomarmos a discussão sobre tempo, progresso e natureza levantadas no capítulo anterior. Em seguida, analisaremos as consequências civilizacionais da difusão e consolidação desta noção na mentalidade geral das massas.

2. CAPITAL NATURAL: UM PROCESSO HISTÓRICO

A *Natural Capital Coalition*[8] é uma coalizão internacional, criada em 2014, para possibilitar e facilitar a cooperação entre diversos atores globais em prol da "harmonização"[9] e difusão do conceito de *natural capital* (capital natural). Sobre esse conceito, apenas breves definições são fornecidas pela NCC. O cerne do discurso produzido pela coalizão a respeito do capital natural pode ser resumido da seguinte forma: o processo de tomada de decisão nas empresas, apesar de levar em conta uma multiplicidade de fatores, passando, inclusive, recentemente, a reconhecer a necessidade de incluir, nesse processo, outras formas comumente reconhecidas de capital, para além dos tradicionais conceitos de capital financeiro e manufaturado (como o capital social, humano e intelectual), tem negligenciado os impactos e dependências das empresas para com o capital natural; logo, um fator importante tem sido negligenciado, de modo que há o risco de que empresas tomem decisões que firam os seus próprios interesses financeiros, ameaçando a viabilidade dos seus modelos de negócios, o que, por sua vez, acarreta prejuízos econômicos e sociais[10]. Mas o que viria a ser capital natural? Segundo definição dada no site da NCC:

> *Natural capital is another term for the stock of renewable and non-renewable resources (e.g. plants, animals, air, water, soils, minerals) that combine to yield a flow of benefits to people. The benefits provided by natural capital include clean air, food, water, energy, shelter, medicine, and the raw materials we use in the creation of products. It also provides less obvious benefits such as flood defence, climate regulation, pollination and recreation.*[11]

---

[8] Como padrão, decidimos, neste trabalho, utilizar a maioria dos nomes das organizações pesquisadas e dos documentos produzidos por elas em inglês. Tal decisão visa facilitar a exposição, dado que grande parte dos documentos pesquisados, por serem dos sites oficiais dessas organizações (que têm escala internacional), estão em inglês, e não são todos que apresentam versões em português.

[9] Essa palavra foi, aqui, apresentada entre aspas por ser uma citação direta de uma palavra frequentemente empregada pela coalizão em suas produções textuais; e, também, por ser um claro eufemismo que mascara um projeto de poder, de criação de um discurso único, fatos que serão melhor explicados no decorrer deste texto.

[10] Os termos (como capital manufaturado, social, humano etc.) e argumentos utilizados nesse trecho visaram ser fiéis aos utilizados pela coalizão em seus textos. Para chegar com segurança a esse resumo, foi necessária a leitura de toda publicação relevante da coalizão a respeito desse tema (NCC, 2014; 2016a; b; c; d; e; 2017a; b).

[11] NATURAL CAPITAL COALITION. *Natural Capital.* http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital/, Acesso em: 28 de agosto de 2018. "Capital natural é um outro termo para o estoque de recursos renováveis e não renováveis (por exemplo, plantas, animais, ar, água, solos, minerais) que se combinam para produzir um fluxo de benefícios para as pessoas. Os benefícios fornecidos pelo capital natural incluem ar limpo, comida, água, energia, abrigo, medicina e as matérias-primas que utilizamos na criação de produtos. Ele também fornece benefícios menos óbvios como defesa contra inundações, regulação do clima, polinização e recreação". Tradução nossa.

Dentro de uma definição como essa, nas sombras, é possível observar valores, visões de mundo, paradigmas muito específicos. Há uma noção de natureza enquanto "o outro", um "outro" sem alma, inteligência, dignidade, como mero fluxo mecânico de recursos. Tais recursos formariam combinações específicas entre si para produzir benefícios às "pessoas" [12]. Portanto, segundo esse discurso, deve-se gerir responsavelmente esses fluxos mecânicos de recursos para que eles não cessem de gerar benefícios às "pessoas".

Além dessa forma genérica, vaga, simplificadora, de aparência neutra utilizada na exposição dos conceitos, podemos perceber que há uma ampla utilização de termos contábeis, de mercado, para descrever a natureza e uma forte visão cosmológica antropocêntrica de mundo. Todos esses aspectos estão presentes nas publicações da NCC, e sobre eles, discorreremos mais à frente no texto.

Ao ler as publicações da NCC, percebemos haver uma grande preocupação de base: a forma contemporânea de organização empresarial e econômica está em crise, devido ao fato de não conseguir responder aos desafios colocados pela crise ambiental, a qual não pode mais ser ignorada, dada a escala que tomou [13]. Logo, essa estrutura de organização deve ser abandonada, ou reformada. A NCC pode ser entendida como um grande esforço de difusão de uma proposta de reforma dessa forma de organização. Ou seja, é um grande esforço dirigido para evitar que a crise ambiental abale as estruturas econômicas e de poder contemporâneos. O trecho a seguir exemplifica a forma como a coalizão discute essa problemática e tenta vender a sua solução:

> *For businesses to be viable in the long term the ecosystems and resources they depend on must be maintained, yet when it comes to the natural environment we are seeing a rapid depletion of capital. Economic invisibility has been a major reason for the neglect of natural capital. The current business model creates significant environmental externalities that are not priced eg, damages from climate change, pollution, land conversion and depletion of natural resources. As a result, there is a growing case for understanding the dependencies business has on natural capital, the risks and opportunities associated with this relationship and their real value.*

---

[12] Termo extremamente genérico, dando a aparência de uma definição/de uma linguagem conceitual universal. A utilização de termos como esse mascaram o fato de que, por exemplo, essa visão de natureza é fruto do desenvolvimento histórico de uma civilização específica, a ocidental – a qual também gestou o modo de produção capitalista, que pode-se argumentar ser o responsável por essa crise ambiental planetária. Além disso, podemos mencionar o fato de que esses "benefícios" não chegam de forma linear e homogênea até as "pessoas". A distribuição desses "benefícios" tem sido historicamente desigual entre as "pessoas" por diversos fatores econômicos, culturais, sociais, políticos, técnicos etc. Enfim, o ponto é que a forma de apresentação e os termos utilizados em uma afirmação como essa "Natural capital (...) that <u>combine to yield</u> a flow of <u>benefits</u> to <u>people</u>.", higieniza a questão, dando um tom neutro, apolítico e universal à uma discussão que é por natureza complexa e multidimensional. Ou seja, há um perigo de que essa forma de discurso produza alienação social – o que talvez seja intencional, pois entorpece o debate, facilitando a difusão das ideias da NCC.

[13] Em documentos como o *Taking Stock: Existing Initiatives and Applications*, publicado pela coalizão, podemos ver essa preocupação em momentos nos quais há um apelo para que os empresários adotem as noções de capital natural caso queiram permanecer competitivos no mercado.

> *Integrating natural capital in business decision making leads to better business decisions with the benefits of greater resilience, improved security of supply and ultimately a sustainable business model. Valuing natural capital specifically can improve business decisions on risk management, supply chain sourcing decisions, new markets/investments, saving costs, sustaining revenues and environmental performance.*
> *One of the challenges at present is the lack of a harmonised framework for how to value natural capital and apply it in business decision making. This is what the Coalition's Natural Capital Protocol project aims to do.* [14]

Esse trecho exemplifica bem a forma como a coalizão simplifica problemas de natureza complexa ao lhes dar uma aparência puramente técnica. Dimensões culturais, sociais e políticas são ocultadas. Isso pode ser observado no trecho acima destacado, no qual a NCC resume toda essa problemática da seguinte forma: o modelo empresarial atual, por não atribuir valor às externalidades ambientais geradas e às dependências dos negócios para com os recursos ambientais, negligencia o capital natural em seu processo de tomada de decisão, o que é um problema, dado que, no longo prazo, as empresas somente podem continuar viáveis se os ecossistemas e recursos dos quais elas dependem forem mantidos em boas condições. Ou seja, segundo a NCC, para que seja possível superar esse problema, deve-se criar métodos que permitam quantificar em valor os ecossistemas e os recursos naturais. O mercado fala a linguagem do valor, então, deve-se traduzir os processos ambientais planetários nessa linguagem, para que ele possa compreender e reagir ao problema. Logo, a solução seria simples [15] e técnica, bastaria desenvolver esse método de valoração da natureza, que é, então, um dos principais objetivos declarados da coalizão.

O primeiro grande passo da NCC nessa direção foi a elaboração do *Natural Capital Protocol*. Nas palavras da coalizão, esse protocolo foi criado para oferecer uma abordagem padronizada [*standardized framework*] para identificar, medir e valorar [*value*] impactos e dependências no capital natural (NCC, 2016f). Há muitas definições possíveis de capital natural e métodos de valorá-lo, fato que a NCC enxerga como um problema. Para resolvê-lo, ela afirma ter

---

[14] NCC. *Taking Stock*: Existing Initiatives and Applications: ICAEW 2014. "Para que as empresas sejam viáveis a longo prazo, os ecossistemas e os recursos de que elas dependem devem ser conservados, no entanto, em se tratando do meio ambiente, observamos um rápido esgotamento de capital. A invisibilidade econômica tem sido uma das principais razões para a negligência em relação ao capital natural. O modelo de negócio atual cria externalidades ambientais significativas que não são precificadas, por exemplo, danos em causados pela mudança climática, poluição, conversão de terras e esgotamento de recursos naturais. Como resultado, há uma necessidade crescente de compreensão das dependências que as empresas têm sobre o capital natural, os riscos e oportunidades associadas a esta relação e o seu valor real. A integração do capital natural na tomada de decisões das empresas leva a melhores decisões de negócios, com os benefícios de maior resiliência, maior segurança no fornecimento e, finalmente, a um modelo de negócios sustentável. A valorização do capital natural, especificamente, pode melhorar as decisões de negócios sobre gerenciamento de riscos, decisões de fornecimento da cadeia de suprimentos, novos mercados/investimentos, economia de custos, sustentação de receitas e desempenho ambiental". Tradução nossa.

[15] Essa palavra foi utilizada nessa frase não como sinônimo de "fácil", mas como oposto de "complexo".

sido necessário criar um protocolo para "harmonizar" as abordagens de capital natural. A coalizão escolheu um conjunto de definições, procedimentos e métodos e decidiu concentrar esforços para promovê-los ao nível de hegemônicos na temática de capital natural, e da crise ambiental – o objetivo é que o discurso hegemônico acerca desta seja o do capital natural (NCC, 2016d; f; UNCEEA, 2014).

Examinando os discursos da coalizão, concluímos que ela pretende convencer o público não só da necessidade de reforma do modelo contemporâneo de organização empresarial e econômica, mas também de que a reforma proposta por eles é a mais lógica e viável. Isso pode ser percebido pela linguagem adotada nos discursos da NCC, pois ela é apresentada de forma a parecer objetiva, clara, universal, e, portanto, as "pessoas" devem esquecer suas diferenças e trabalharem juntas em prol da adoção da noção de capital natural que a coalizão defende.

> *No individual organization will solve the enormous problems we face by itself, and it is only by working together that we will find the solutions we need.* [16]

Esta citação extraída do documento *Joining The Coalition*, encontrado no site da NCC, exemplifica parte do que foi afirmado no parágrafo anterior. Ela foi selecionada porque é uma forma típica de argumentação da coalizão. A frase selecionada, apesar de tratar de um tema complexo (de como, em face da dimensão dos problemas ambientais, convencer o público alvo deste texto a aderir às ideias e práticas propostas pela NCC), é bem sucinta, objetiva, clara e de elaboração e argumentação simples. Tal simplicidade não nos chamaria a atenção caso se tratasse de uma frase pensada para a introdução e/ou conclusão de uma argumentação mais complexa. No entanto, o exame das produções textuais da NCC [17] nos revelou que essa é a forma típica como a coalizão apresenta as suas ideias. O discurso padrão apresenta um formato simples, objetivo e de aparência muito clara: "afinal, não há muito a ser debatido, pois o problema já foi mapeado e as melhores soluções já foram desenvolvidas e/ou estão em desenvolvimento, 'todos' concordam com isso; o que falta é informar o público sobre essas soluções, para que elas possam ser concretizadas em ação, de forma que possamos 'todos' superar o problema da crise ambiental"; "então, a coalizão foi formada para que forças se unam em prol dessa solução tão clara e possível de ser aplicada em todo o mundo (a noção de *capital natural* e os instrumentos de planejamento e ações estatais e empresariais que derivam dela)". Os argumentos aqui apresentados entre aspas visam ilustrar e exemplificar discursos que a NCC apresenta de forma

[16] NATURAL CAPITAL COALITION, 2016a. "Nenhuma organização irá, individualmente, resolver os enormes problemas que nós enfrentamos por si só, e é apenas trabalhando juntos que nós encontraremos as soluções que nós precisamos". Tradução nossa.
[17] Como, por exemplo, NCC (2014; 2016a; b; c; d; e).

indireta, nas entrelinhas, aos leitores dos seus textos e dos textos produzidos pelas organizações membras da coalizão [18]. Voltando à citação: "nenhuma organização irá, individualmente, resolver os enormes problemas que nós enfrentamos por si só". Quem somos "nós"? Quais são esses enormes problemas? Sob que ótica esses problemas são enxergados? Como eles são apresentados e definidos? Segundo a visão de mundo do povo Guarani? Pela ótica dos ensinamentos do Zen Budismo? Pela ótica marxista? A simplificação extrema dessa colocação, faz parecer que no mundo todo temos o mesmo "problema", ou seja: toda população do planeta enfrenta as mesmas questões, na mesma intensidade, observa e interpreta o que está acontecendo com o meio ambiente da mesma forma (o que exigiria entre outras coisas, um entendimento comum do que se chama de "meio ambiente") etc. A coalizão vende um mundo homogêneo, uniforme, ausente de complexidade. Então, seria "óbvio" qual é o problema que "nós enfrentamos". De acordo com o discurso da NCC, somos todos iguais; enfrentamos o mesmo "problema"; na mesma intensidade; esse problema afeta de forma homogênea todos os seres humanos; todos no planeta enxergam da mesma forma o que viria a ser esse "problema" ambiental. Pensando assim, então é lógico que "é apenas trabalhando juntos que nós encontraremos as soluções que nós precisamos".

Frases como essa colocam em evidência a criação de um discurso que se vende como universal e como respondendo a uma pauta universal. Para dar essa impressão, os documentos produzidos e promovidos pela coalizão adotam uma linguagem "apolítica" – um discurso técnico que, como já destacado nos parágrafos anteriores, suprime aspectos culturais, sociais e políticos do problema. Para dar essa cara apolítica, a coalizão recorre ao "discurso técnico" que, na cultura contemporânea de massas, é entendido como neutro e estritamente objetivo. No tratamento da crise ambiental, utiliza-se análises quantitativas das ciências da natureza e recorre-se à administração, ao marketing, à logística e, principalmente, à economia (mais especificamente, à vertente clássica da economia, que foca em equações, fórmulas, otimizações, adotando um discurso quantitativista e técnico o qual se propõe científico e universal). Com essa estratégia de

[18] Conforme visto em NCC (2014; 2016a; b; c; d; e) e em um exame detalhado do site da NCC (https://naturalcapitalcoalition.org). Embora não tenhamos lido todas as publicações das quase 300 organizações que compõem a NCC, inferimos que elas reproduzem um discurso padronizado, segundo parâmetros definidos pela coalizão, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo porque ter esse discurso padronizado é um dos requisitos para que se faça parte da coalizão, como pode ser observado no texto *Joining The Coalition* (2016a). As cláusulas deste documento revelam que a produção de discursos diferentes, tanto em sua forma como em seu conteúdo, do que foi padronizado pela NCC, pode ser condição para que se seja expulso da coalizão.

discurso, mesmo as questões sociais e econômicas aparecem como técnicas, apolíticas, neutras e objetivas e, "logo, científicas" – passíveis, então de soluções técnicas, objetivas e claras [19].

Outra marca dessa tentativa de linguagem técnica, objetiva e neutra está na escolha de construção de textos curtos, de aparência sucinta, "direta ao ponto", de fácil entendimento. Este formato de texto faz parecer não haver contradições no tema tratado, sendo as afirmações apresentadas verdades elementares - tão objetivas e técnicas que são inquestionáveis (NCC 2014; 2016a; b; c; d; e).

O desejo é, então, propor um discurso universal, capaz de ser adotado por todos, de unir todos sob "uma visão comum", e, para vender esse projeto ao público, a coalizão adota um discurso técnico [20].

Vale a pena ressaltar que a NCC não é uma coalizão formada com o intuito de publicar relatórios, livros ou artigos; mas, sim, de agregar organizações com a finalidade de coordenar e padronizar seus discursos a respeito da crise ambiental e da noção de capital natural. Por esse motivo, a principal publicação da NCC é, como já mencionado, um protocolo com instruções de etapas a serem seguidas pelos membros da coalizão na elaboração de discursos a respeito da crise ambiental e da noção de capital natural [21].

Ou seja, a ideia é que, por meio desse protocolo, seja possível criar uma rede de produção de discurso, de modo a difundir em larga escala, um discurso coerente que se proponha como o único legitimável para o tratamento da temática da crise ambiental. Então, tal rede, formada por agentes poderosos e influentes, apesar de multifacetada, falará uma linguagem comum, padronizada, de formato e estrutura semelhantes. Tal estratégia, ainda mais quando somada às outras descritas acima, parece ser muito eficaz, pois cria o que aparenta ser um discurso universal, único legítimo, objetivo e lógico num mar de possibilidades.

Nesta etapa de nossa argumentação, devemos destacar uma observação importante:

---

[19] NCC (2014; 2016a; b; c; d; e); NATURAL CAPITAL COALITION. Natural Capital. http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital/, Acesso em: 28 de agosto de 2018.

[20] Essa interpretação é fruto de uma impressão geral a qual tivemos ao analisar todas as publicações que conseguimos encontrar da NCC. No entanto, no documento *Joining The Coalition* (2016a), pode ser encontrada uma amostra do discurso a que nos referimos. Quanto à frase "discurso universal, capaz de ser adotado por todos", embora a coalizão deixe claro que tem como público alvo de seu discurso as empresas de todo o mundo, nós acreditamos, por motivos que apresentaremos ao logo deste capítulo, que as consequências do sucesso da NCC em sua missão serão globais, em algum nível afetarão a maior parte da população mundial.

[21] Há, inclusive, em trecho do documento *Joining The Coalition* (2016a), que descreve o processo de adesão na colisão, a seguinte afirmação: "O conselho da Coalizão pode decidir remover uma organização se eles agirem de forma a comprometer o trabalho da Coalizão, ou trabalhar em oposição à visão e missão da Coalizão "(…)" Embora a participação na Coalizão demonstre apoio ao trabalho da Coalizão, isso não significa que os participantes tenham a aprovação da Coalizão para o seu trabalho em capital natural" (NCC, 2016a). Tradução nossa. Ou seja, as organizações participantes devem seguir as diretrizes da colisão, a principal sendo a utilização do protocolo; do contrário, a penalidade pode ser a expulsão.

> *The Natural Capital Coalition is a unique global multi-stakeholder collaboration that brings together leading global initiatives and organizations to harmonize approaches to natural capital. The Coalition is made up of organizations from research, science, academia, business, advisory, membership, accountancy, reporting, standard setting, finance, investment, policy, government, conservation and civil society. These organizations have united under a common vision of a world where business conserves and enhances natural capital.* [22]

Embora a NCC diga que foi formada por "organizações [que] se uniram sob uma visão comum de um mundo onde os negócios conservam e aumentam o capital natural", ela não é composta apenas por empresas; e apesar de voltar o seu discurso para as empresas, ela, em suas ações, acaba atingindo um público muito mais amplo. A visão que uniu essas organizações é a da possibilidade de que as empresas – ou, dito de outra forma, de que o assim chamado "mercado" – conservem e aumentem o capital natural, assumindo então um protagonismo na resolução da crise ambiental. O objetivo declarado é este, mas, como a coalizão "é composta de organizações de pesquisa, ciência, academia, negócios, assessoria, associação, contabilidade, relatórios, definição de padrões, finanças, investimento, política, governo, conservação e sociedade civil", há um enorme esforço global evolvendo organizações poderosas que fazem parte dos setores mais importantes da sociedade. Ou seja, um projeto como esse terá impactos para além da forma de organização empresarial. O fato de organizações como as de pesquisa, ciência, academia, política, governo, sociedade civil e da ONU (como veremos a seguir) comporem a coalizão, demostra que há nela organizações capazes de influenciar diretamente o senso comum, a cultura geral das massas, dado que tais organizações têm, por exemplo, capacidade de intervir na educação das massas e nas mais poderosas estruturas sociais de produção de conhecimento e discurso. A capacidade de intervir nessas áreas confere à NCC poder de influenciar na escolha de qual será o discurso hegemônico global no tratamento da crise ambiental [23]. É por essa razão que, neste trabalho, estudaremos as consequências globais do discurso da NCC, dado que elas nos parecem ser as mais importantes.

---

[22] "A Natural Capital Coalition é uma colaboração global singular de múltiplas partes interessadas que reúne as principais iniciativas e organizações globais para harmonizar as abordagens de capital natural. A Coalizão é composta de organizações de pesquisa, ciência, academia, negócios, assessoria, associação, contabilidade, relatórios, definição de padrões, finanças, investimento, política, governo, conservação e sociedade civil. Essas organizações se uniram sob uma visão comum de um mundo onde os negócios conservam e aumentam o capital natural". Tradução nossa. <disponível em: https://naturalcapitalcoalition.org/who/history-vision-mission/, acesso em 31 de agosto de 2018>.

[23] A forma como isso acontece pode ficar mais clara ao longo deste capítulo. Nele, demonstraremos, por exemplo, que esse grande poder de influência da NCC nas pautas ambientais deriva do fato de que essa coalizão é filha de um processo maior, de um projeto poderoso - que produziu um poderoso discurso na área ambiental - chamado "desenvolvimento sustentável".

A escala desses esforços globais mencionados acima pode ser percebida quando observamos no site da NCC que ela conta com quase 300 membros[24], todos influentes e de escala internacional, como: Universidade de Cambridge; Conservation International; The Coca-Cola Company; Deloitte; Departamento de Comércio dos Estados Unidos; Dow Chemical; Comissão Europeia; Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; Nestle; Pearson; Universidade Estadual de Ohio; Fundação Rockefeller; Royal Dutch Shell (ou, simplesmente, Shell); Repsol; Projeto Piaba; Unilever; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; Walmart; Banco Mundial; WWF; Conservação Internacional; World Agroforestry Centre; União Internacional para a Conservação da Natureza; CPFL Energia; CPFL Renováveis; The Crown Estate (compania que pertencente à monarquia britânica); Japan Environmental Management Association for Industry (JEMAI); The World Business Council for Sustainable Development (WBCSD); Scottish Wildlife Trust; Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos da Suíça (Seco); Tata Power; International Union for Conservation of Nature (IUCN); Credit Suisse; The Earth Genome; Hugo Boss; Natura; Nespresso; PwC; Reforestamos Mexico A.C[25]. Além da escala e influência dessas organizações, é notória a diversidade de agentes, distintos entre si, unidos por essa coalizão. O que a Pearson, a Nespresso, a WWF, a Fundação Rockfeller, a Hugo Boss, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Nestle, a Tata Power, a Reforestamos Mexico A.C., a Shell, a Scottish Wildlife Trust, o Walmart, a The Earth Genome, a The Crown Estate, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos e a Dow Chemical têm em comum? Na aparência, parecem ser grupos de interesses muito diferentes, no entanto, estão unidos por uma causa comum, a reforma do modelo econômico e empresarial mencionada nos parágrafos acima. Conscientes ou não do que estão defendendo, todos esses grupos concentraram esforços para a manutenção do *status quo*, para que a crise ambiental se adeque ao modelo de organização social vigente, e não o contrário. Dada essa diversidade de agentes, durante nossa pesquisa, nos indagamos se todos estariam conscientes, profundamente, do que estavam advogando. Responder a essa pergunta fugiria do escopo deste trabalho, por exigir uma investigação minuciosa a respeito de cada um dos quase 300 membros da coalizão, porém, uma conclusão importante já pode ser feita a partir da observação da escala dessa colisão (expressa pela quantidade, diversidade, poder e influência de seus membros): a

[24] É impressionante notar a velocidade com que a NCC vem se expandindo. No início de 2017, período em que iniciamos nossa pesquisa empírica, no site da coalisão constava ela era composta por mais ou menos 200 organizações. Em nova visita ao site, que realizamos em 4 de novembro de 2018, verificamos que esse número foi atualizado. Agora, o site menciona que a coalisão é composta por aproximadamente 300 membros. Informação disponível em: https://naturalcapitalcoalition.org/who/coalition-organizations/, acesso em: 4 de novembro de 2018.

[25] Informação disponível em: https://naturalcapitalcoalition.org/who/coalition-organizations/, acesso em: 4 de novembro de 2018.

noção de capital natural está amplamente difundida pelo mundo, sendo propagada por organizações de alcance e influência internacional, nos mais variados campos. Mas, no entanto, essa conclusão suscita outra pergunta. Como pôde essa noção de capital natural penetrar de maneira tão capilar em todos os cantos do globo?

Toda essa investigação, estava, ao mesmo tempo que esclarecendo muitas dúvidas, gerando muitas perguntas. Além disso, uma pura exposição da NCC, de sua estrutura e suas ideias parecia insuficiente. Uma coalizão dessa magnitude não flutua no ar, surgiu num contexto, sendo, muito provavelmente, a cristalização de um processo maior, e, dado que nos propusemos a trabalhar com o método dialético (como defendido por Goldmann), buscando sempre relacionar a parte e o todo, tornou-se necessário descobrir esse contexto. A chave para isso, encontramos enquanto estudávamos algumas publicações mais detalhadas elaboradas pela NCC. Na página 11 da publicação *The Path Towards the Natural Capital Protocol: A Primer for Business* os seguintes trechos chamaram a atenção:

> *There are many existing approaches that businesses will be using to measure and value their impacts and dependencies, inform their decision making and strategy, and engage with stakeholders. The Natural Capital Protocol is complementary to all of these and provides a standardized framework to help include natural capital in decision-making.*
> *While there are national level accounting initiatives such as the UN System of Environmental Economic Accounting (SEEA) implemented by governments, through for example, the World Bank led Wealth Accounting and Valuation of Ecosystem Services (WAVES) global partnership, the Natural Capital Protocol is focused at a business decision-making level and can be implemented across boundaries.* [26]

A publicação *Briefing note on Natural Capital Coalition* (publicado em junho de 2014, período anterior à publicação do *Natural Capital Protocol*) também chamou atenção:

> *The intent is not to invent new methods unnecessarily, but build on those that already exist, fill the gaps and enable a period of experimentation in the market via different sectors and geographies. This will enable lessons to be learnt and the current gaps to be better understood.*
> *(…)*
> *One of the key messages underpinning the development of the Natural Capital Protocol is that methods for valuing and accounting for natural capital in business will need to link with the*

[26] "Existem muitas abordagens que as empresas usarão para medir e avaliar seus impactos e dependências, informar sua tomada de decisão e estratégia, e envolver as partes interessadas. O *Protocolo do Capital Natural* é complementar a todos eles e fornece um quadro padronizado para ajudar a incluir o capital natural na tomada de decisões. Embora existam iniciativas de contabilidade em nível nacional, como o *System of Environmental Economic Accounting* (SEEA) [Sistema de Contas Econômicas Ambientais] das Nações Unidas implementado pelos governos por meio, por exemplo, da parceria global *Wealth Accounting and Valuation of Ecosystem Services* (WAVES) do Banco Mundial, o *Protocolo do Capital Natural* tem seu foco no nível de tomada de decisões das empresas e pode ser implementado além das fronteiras [nacionais]" (NCC, 2016d). Tradução nossa.

> *latest thinking on natural capital accounting emerging in key policy initiatives such as UN SEEA to enable progress to be made.*
> *(…)*
> *As part of the piloting of the Protocol, the Coalition is looking for opportunities to link the Protocol for business use with national policy metrics UNSEEA and WAVES so consistency in the metrics can be enabled where feasible.* [27]

Esses dois trechos nos levaram a concluir que a NCC não se propõe a criar métodos, definições e discursos, mas, sim, a aperfeiçoar, adaptar e ajudar a difundir propostas já previamente desenvolvidas. As mais importantes elegidas pela coalizão são o *UN System of Environmental Economic Accounting* (SEEA) e a *Wealth Accounting and Valuation of Ecosystem Services* (WAVES). Os trechos citados ainda fornecem uma outra informação interessante: o SEEA e a WAVES são iniciativas de foco governamental, de contas nacionais; enquanto que a NCC representaria um próximo passo, complementar, de capilarização das ideias desses projetos ao focar no nível do processo de tomada de decisão das empresas. Portanto, a NCC pode ser entendida como uma etapa mais avançada de um processo maior o qual, em momentos anteriores, resultou em iniciativas como o SEEA e a WAVES. A partir dessa constatação, decidimos estudar o SEEA e a WAVES para tentar formar um mapa dos processos históricos os quais tornaram possível o surgimento de uma coalizão como a NCC e de uma noção tão particular como essa de *capital natural*.

Tal estudo revelou-se complexo, por demandar o entendimento de um movimento ainda maior do que o SEEA e a WAVES. No entanto, cremos ter sido bem-sucedido na proposta da criação de um mapa dos processos históricos os quais resultaram na criação da NCC. Dada a complexidade desses processos e a quantidade de detalhes neles presentes, queremos deixar claro que pretendemos apenas apresentar uma versão mais simplificada e esquemática deles. A ideia é tornar visível o fluxo, o caminho dos processos históricos [28]. Portanto, não pretendemos analisar de forma detalhada cada momento desses processos histórico, mas, sim, os percorreremos sempre com vista no ponto onde pretendemos chegar: a criação da NCC e do conceito específico

---

[27] "A intenção não é inventar novos métodos desnecessariamente, mas sim construir com base naqueles que já existem, preencher as lacunas e permitir um período de experimentação no mercado através de diferentes setores e geografias. Isso permitirá que lições sejam aprendidas e que as lacunas atuais sejam melhor compreendidas. (…) Uma das principais mensagens que sustentam o desenvolvimento do *Protocolo do Capital Natural* é que os métodos para valorar e contabilizar o capital natural nos negócios precisarão se conectar com o pensamento mais recente sobre contabilidade de capital natural emergentes de iniciativas políticas importantes, como o SEEA das Nações Unidas, para que se possa fazer progresso [nessa direção]. (…) Como parte do projeto piloto do Protocolo, a Coalizão está procurando oportunidades de vincular o Protocolo para empresas com as métricas de políticas nacionais SEEA (da ONU) e WAVES, de modo que a consistência nas métricas possa ser estabelecida sempre que possível" (UNCEEA, 2014, p.3). Tradução nossa.

[28] Dado que a análise detalhada de cada uma de suas etapas fugiria do escopo deste trabalho, exigindo uma pesquisa própria.

de *capital natural* que ela promove. Esse ponto será o eixo central que guiará a investigação histórica. Dentro de toda a complexidade dos movimentos históricos que estudaremos, voltaremos o nosso olhar apenas para os elementos relativos a esse eixo central. Além dos motivos já destacados, esse caminho de análise nos parece interessante também pelo fato de a NCC não ter muitas publicações, devido aos seus poucos anos de existência e ao seu declarado foco no desenvolvimento de mecanismos de padronização de discurso (o principal deles sendo o *Natural Capital Protocol*) a ser aplicado nas produções textuais de outras organizações, como as que compõem a coalisão. Portanto, o olhar histórico, que busca sempre relacionar texto e contexto, nos permitirá fazer analises aprofundadas e extrair muitas informações a partir de uma quantidade pequena de textos.

Como método de síntese dos processos históricos, focamos a escolha de nosso material de análise em grandes relatórios e documentos frutos de esforços dos principais atores globais, e que marcaram época devido ao impacto e alcance de suas publicações – como, por exemplo, o SNA, o *Limits to Growth*, o *Our Common Future*, a *Agenda 21* e o SEEA CF (2012). Optamos por seguir esse caminho porque, dado o grau de mobilização de esforços e de debate internacional que essas publicações geraram, pensamos que elas podem ser entendidas como momentos de cristalização, de definição e de transformação de certos processos histórico.

2.1. O Sistema de Contas Nacionais e a Sociedade do Crescimento

O estudo do Sistema de Contas Econômicas Ambientais (SEEA, da ONU) e do WAVES (do Banco Mundial) revelou que ambas as iniciativas surgiram com o propósito de reformar o modo como as contas nacionais são produzidas. O argumento central que justificou a criação do SEEA é o de que o documento o qual recebeu o status de padrão estatístico internacional da ONU para a elaboração das contas nacionais (o *System of National Accounts,* SNA) não apresenta instrumentos de contabilidade capazes de lidar com a crise ambiental. Logo, o SEEA foi desenvolvido não para negar o SNA, mas sim para reformulá-lo incorporando a questão ambiental (em uma espécie de "contabilidade ambiental", integrada à contabilidade econômica, daí o termo "contas econômicas ambientais"), de forma que os Estados possam produzir uma contabilidade a qual informe sobre a situação do meio ambiente. A inclusão dessa informação, segundo argumenta UN et al. (2014), permitiria aos Estados tomarem decisões econômicas mais bem informadas, que levem em consideração a relação de dependência da economia para com o meio ambiente (UN et al., 2014).

Essa explicação geral sobre o SEEA - o que é e para que propósito foi criado – demonstra que o recuo histórico até o SEEA não é suficiente para este trabalho. Dado que a noção de contas nacionais, como entendemos hoje, é a base lógica da qual derivou projetos como o SEEA, o WAVES e a NCC, nos parece ser necessário estudar a sua origem, remontando o processo histórico que vai da criação do SNA até a o SEEA.

Antes de iniciar essa investigação histórica, é necessário apresentar uma breve definição do que viriam a ser/para que servem as contas nacionais, da forma como entendemos hoje:

> *The SNA is, in fact, a coherent, consistent and integrated set of macroeconomic accounts with standardized definitions and classifications; it allows policy makers and citizens to understand only the production and generation of income, thus providing an explanation for increases in wealth (ANTOLINI, 2016, p. 1075-1076).* [29]

> *National accounts statistics have made the size, composition and development of national economies and their major components visible. As a consequence, they can be monitored, analyzed, forecasted and used for decision-making. Key-indicators like GDP-volume growth, national income per capita and government deficit as a percentage of GDP, play a central role in managing and analyzing economies all over the world. Many decisions, income and expenditure are directly influenced by national accounts statistics. For example, private and public contracts contain (forecasts of) national accounts indices on price- or volume changes and the contributions to the UN and EU are levied as fixed percentages of national income. For various types of applied economic analysis, e.g. of economic growth, public finance and balance of payments, national accounts concepts and statistics are the standard frame of reference (BOS, 2008, p. 7).* [30]

Em outras palavras, as contas nacionais são uma série de instrumentos de mensuração quantitativa da economia, que visam fornecer dados estatísticos a respeito da composição, do desenvolvimento e do tamanho das economias nacionais. Dito de outra forma, a totalidade da economia nacional é traduzida em uma série de dados quantitativos, que, ao abstraírem todos os aspectos qualitativos da economia de uma nação, a transformam em números, estatísticas – e,

---

[29] "O SNA é, de fato, um conjunto coerente, consistente e integrado de contas macroeconômicas com definições e classificações padronizadas; ele permite que os formuladores de políticas e os cidadãos compreendam apenas a produção e a geração de renda, fornecendo assim uma explicação para o aumento da riqueza". Tradução nossa.

[30] "As estatísticas de contas nacionais tornaram o tamanho, composição e desenvolvimento das economias nacionais e seus principais componentes visíveis. Como consequência, eles podem ser monitorados, analisados, previstos e usados para a tomada de decisões. Indicadores-chave como o crescimento do volume do PIB, a renda nacional per capita e o déficit governamental como porcentagem do PIB desempenham um papel central na gestão e análise das economias em todo o mundo. Muitas decisões, receitas e despesas são diretamente influenciadas pelas estatísticas das contas nacionais. Por exemplo, os contratos privados e públicos contêm (previsões de) índices de contas nacionais sobre alterações nos preços ou volume e as contribuições para a ONU e a UE são cobradas como percentagens fixas da renda nacional. Para vários tipos de análise econômica aplicada, por exemplo, crescimento económico, finanças públicas e balança de pagamentos, os conceitos e as estatísticas das contas nacionais são o quadro de referência". Tradução nossa.

dessa forma, torna-se possível feitos como a criação de análises a respeito da economia mundial, dado que por meio de números, de estatísticas padronizadas adotadas globalmente, passa a ser simples, por exemplo, comparar o México e a Índia com a Islândia e saber qual país está se saindo melhor economicamente. Esses dados são compilados e transformados em índices – um dos mais famosos deles é o Produto Interno Bruto, PIB – os quais têm o objetivo de informar a situação econômica de uma nação. A intenção é que os chefes de estado interpretem esses dados e os utilizem como base nos processos de tomada de decisão e no planejamento econômico. Por meio da lente das contas nacionais, a economia de uma nação se transforma em números, índices, estatísticas, o que facilita o planejamento econômico por tornar mais factível análises comparadas – se é possível transformar uma nação em números, pode-se com facilidade comparar o desenvolvimento, a composição e o tamanho da economia atual desta nação com o de outras nações, ou com o desta mesma nação em outros momentos históricos (BOS, 2008).

Tal forma de analisar e entender a economia é bem recente na história humana. Quão recente? Segundo Bos (2008), há tentativas de produzir contas nacionais desde meados de 1660. Desta época aos dias de hoje, a forma de pensar as contas nacionais mudou consideravelmente. O modo como internacionalmente se entende, formula e pratica a contabilidade nacional atualmente – como foi brevemente resumido no parágrafo anterior – tem como origem mais direta o século XX. Mais especificamente, Bos (2008) demonstra que o período mais 'revolucionário' (termo empregado por Bos) para as contas nacionais foi o período de 1930 a 1950. Foi durante essas décadas que se desenvolveu a contabilidade nacional até o ponto em que tomou a forma contemporânea. Bos (2008), afirma ser um período 'revolucionário' em termos do uso e do papel das contas nacionais. A contabilidade nacional que se praticou até a década de 1920 tinha um papel mais secundário. Ela era produzida com finalidades politicas diretas e práticas [31].

A razão pela qual o período de 1930 a 1950 foi, nas palavras de Bos (2008), 'revolucionário' para as contas nacionais é a de que as circunstâncias históricas dessa época foram muito particulares nas suas consequências econômicas. Bos (2008) elege três grandes eventos, os quais ocorreram nessas décadas, como indutores de transformações na área das contas nacionais: a crise econômica do início da década de 1930, a Segunda Guerra Mundial e a necessidade de recuperação econômica no pós-guerra. Esses três momentos estimularam uma participação ativa

[31] Por exemplo, no início do século XVIII na França, Vauban propôs uma reforma tributária que fosse mais equitativa, dado que, na época, a estrutura tributária pesava mais sobre os mais pobres do que sobre os mais ricos, de forma a agravar o problema da pobreza no país. Para propor essa reforma tributária, Vuaban produziu um estudo de contabilidade nacional. Ou seja, tal estudo só foi feito e aplicado porque havia uma necessidade politica prática a ser resolvida. Esse é um exemplo da forma como surgiam estudos e aplicações de contas nacionais no período pré-1930 (BOS, 2008).

do governo na economia, de forma que "as estatísticas de contas nacionais revelaram-se muito úteis em tais circunstâncias para a análise, monitoramento, previsão, discussão e planejamento da economia nacional" [32]. Devido, então, à essa necessidade prática de intervenção estatal na economia, houve um intenso desenvolvimento de conceitos e métodos de compilação em contabilidade nacional. Esse desenvolvimento foi tão intenso que em 1947 foi publicado o primeiro sistema completo e detalhado de contas nacionais (BOS, 2008). Três grandes nomes estavam envolvidos nesses esforços de desenvolvimento de um sistema de contabilidade nacional: Sir Richard Stone, John Maynard Keynes e James Meade. Sobre eles, vale a pena ler este trecho do trabalho de Eugene Garfield (1985):

> *In 1939 Stone resigned from C.E. Heath and Co. to join the British Ministry of Economic Warfare. One year later, at the request of John Maynard Keynes, he moved to the Central Statistical Bureau of the War Cabinet Offices. The government's leaders had directed Keynes to analyze the country's economy so that its resources could be expended on the war in the most efficient manner. Stone and the 1977 Nobel Prize winner in economics, James Meade, assisted Keynes in this effort by collecting, processing, and systematizing the data necessary to assess the current total resources of the nation as weighed against its total consumption, investments, and disbursements on the war. In 1944 Stone and Meade published National Income and Expenditure, which laid out the methods of accounting on a national scale that they had developed to date during their tenure at the War Cabinet Offices (GARFIELD, 1985, p. 470)* [33].

Keynes, Stone e Meade eram autores já influentes na área da economia (e também, mais especificamente, haviam publicado trabalhos importantes sobre contabilidade nacional), mas esse período no qual se juntaram para trabalhar para o governo britânico foi especialmente importante. Juntos eles desenvolveram muito a contabilidade nacional. Durante esse período, Stone aperfeiçoou tanto o seu trabalho nessa área que, poucos anos depois, elaborou um apêndice para o relatório *Mesurement of National Income and the Construction of Social Accounts* de 1947

---

[32] Tradução nossa do trecho: "national accounts statistics turned out to be very useful in such circumstances for analyzing, monitoring, forecasting, discussing and planning the national economy" (BOS, 2008, p. 8).

[33] "Em 1939, Stone demitiu-se de C.E. Heath and Co. para se juntar ao Ministério Britânico de Guerra Econômica. Um ano depois, a pedido de John Maynard Keynes, ele se mudou para o Escritório Central de Estatística dos Ministérios da Guerra de Guerra. Os líderes do governo haviam orientado Keynes a analisar a economia do país para que seus recursos pudessem ser gastos na guerra da maneira mais eficiente possível. Stone e o ganhador do Prêmio Nobel de 1977 em economia, James Meade, ajudaram Keynes nesse esforço coletando, processando e sistematizando os dados necessários para avaliar quais eram os recursos totais atuais da nação, medidos considerando-se a totalidade do consumo, dos investimentos e dos gastos do país na guerra. Em 1944, Stone e Meade publicaram o *National Income and Expenditure* [Renda e Despesa Nacional], que expôs os métodos de contabilidade em escala nacional que haviam desenvolvido até o momento durante os seus mandatos nos Ministérios da Guerra". Tradução nossa.

da *UN Statistical Commission* (UNSC) [34] no qual apresenta o primeiro sistema completo e detalhado de contas nacionais. Essa publicação de Stone viria a ser a predecessora dos primeiros sistemas de contas nacionais. Em 1952, para auxiliar no planejamento do Plano Marshall, a OEEC (sigla em inglês da precursora da OCDE) publicou o *Standardised System of National Accounts*. Stone desempenhou um papel central neste trabalho e também na publicação *System of National Accounts* [35] da ONU em 1953 (o primeiro SNA, publicado pela UNSC), o qual obteve o status de padrão estatístico internacional oficial, recomendado para ser usado por todos os países na elaboração de suas contas nacionais. Embora, como dito acima, outros manuais de contabilidade nacional tivessem sido elaborados [36], o padrão oficial internacional era o SNA, de forma que todos os outros manuais eram muito similares ao SNA, diferindo apenas em alguns detalhes mais superficiais (não estruturais). (ANTOLINI, 2016; BOS, 1993; 2008; GARFIELD, 1985).

Voltando à citação da página 470 de Garfield (1985), gostaríamos de destacar o fato de que ela foi escolhida não só pelo seu conteúdo histórico, mas também porque se a observarmos com um olhar mais cuidadoso perceberemos que ela revela alguns detalhes importantes sobre as origens do SNA. Os estudos econômicos que originaram as noções de contas nacionais que vieram a se concretizar no SNA nasceram de um contexto de guerra, de uma mentalidade de guerra, a qual preocupa-se quase que exclusivamente com a alocação e expansão eficiente e racional dos recursos nacionais. Ou seja, o SNA tem sua origem primordial em uma mentalidade de guerra. Essa é uma das principais razões porque enfatiza tanto a mensuração quantitativa da economia. Vale ressaltar que a mensuração quantitativa da economia e, de forma mais geral, do progresso são processos que já estavam ocorrendo e se expandindo por conta de tendências estruturais da modernidade capitalista (MARCUSE, 2001); porém, dentro desta estrutura maior, há também fatores de contexto de época que podem servir como potencializadores dessas tendências estruturais. A guerra foi um desses contextos.

Outro ponto interessante de ser discutido a respeito do contexto histórico que deu origem ao SNA é o de que a primeira formulação de um sistema maduro de contas nacionais surgiu em 1947, acompanhado, poucos anos depois da publicação oficial do SNA em 1953. Deve-se ter em mente que esse foi o período do pós-guerra, no qual a Europa encontrava-se

---

[34] Comissão Estatística das Nações Unidas, origens remontam à 1946 (disponível em: https://unstats.un.org/unsd/statcom/).

[35] Sobre o nome e a estrutura do SNA, na página 1077, Antolini (2016) nos explica que: "[o SNA] é chamado de 'sistema' porque é uma sequência lógica e coerente de contas na qual fluxos e estoques são registrados para descrever (apenas) o ciclo econômico. As contas são agrupadas em três categorias: *contas correntes* - para a produção, distribuição e redistribuição de renda e seu uso na forma de consumo final, *contas de acumulação* - usadas para analisar as mudanças nos ativos e passivos (fluxos) das unidades consideradas, e *planilhas de balanço* - usadas para mostrar o total de ativos e passivos (estoques).

[36] Como os da OCDE e também o ESA, espécie de SNA europeu adaptado a realidade europeia (ANTOLINI, 2016).

destruída. Por conta da destruição generalizada, a pobreza era um problema presente em todo o continente europeu, e, portanto, a questão material era uma das mais importantes e imediatas na época. Era necessário reconstruir as estruturas produtivas europeias, para fornecer bens e serviços a população, e também emprego e renda para que ela pudesse ter acesso a esses bens e serviços. Logo, é compreensível que, naquela época, houvesse um grande foco na produtividade, no crescimento da produção industrial, nos métodos de mensurar e otimizar essa produção – enfim, uma ênfase no quantitativo. A questão material era uma das mais urgentes, de forma que qualquer discussão a respeito de progresso, naquela época, envolveria o crescimento da produção, da economia. Portanto, os sistemas de contas nacionais surgiram para auxiliar nessa tarefa de reconstrução econômica do continente europeu. Tal função está marcada na própria estrutura desses sistemas, pois, como já mencionado, eles têm como foco a mensuração quantitativa da economia nacional com o objetivo último de fornecer estatísticas e índices que possam auxiliar os governos na tarefa do crescimento da produção nacional. O grande objetivo é o crescimento da economia, mensurado quantitativamente por meio do índice de nome PIB. Ou seja, os sistemas de contas nacionais desenvolveram esse índice (PIB) e sugerem que a tarefa de toda nação é fazer com que ele cresça [37], porque o crescimento do PIB é desejado por resultar em progresso – e em uma época de grande pobreza tal proposição faz muito sentido (ANTOLINI, 2016; BOS, 1993; 2008; GARFIELD, 1985).

Desde a sua primeira grande formulação de 1947, o sistema de contas nacionais produzido pela ONU teve o declarado objetivo de ser utilizado mundialmente, como podemos observar em trecho do prefácio do documento de 1947:

> *The Sub-Committee hopes that the guiding principles and recommendations formulated in the Report and further elaborated in the Appendix will be applied to the widest possible extent in each country in the computation of national income and related accounts in order to secure greater international comparability than in the past (UN, 1947, preface).* [38]

Esse trecho demonstra um desejo de que o sistema de contas nacionais elaborado pela ONU fosse adotado o mais amplamente possível em todos os países – sob o argumento de que isso facilitaria análises comparativas internacionais, como mencionado anteriormente em nosso trabalho.

---

[37] Por meio de diversos mecanismos apresentados nesses sistemas de contas nacionais.

[38] "O Subcomitê espera que os princípios orientadores e as recomendações formulados no Relatório e mais elaborados no Apêndice sejam aplicados o mais amplamente possível em cada país no cálculo da receita nacional e contas relacionadas a fim de assegurar maior comparabilidade internacional do que no passado". Tradução nossa.

Com o passar dos anos, tal desejo se concretizou. Mesmo que houvessem outros sistemas de contas nacionais – por exemplo, a Europa criou e adotou um sistema chamado *The European System Account* (ECA) – todos eles seguiam os princípios orientadores e as recomendações gerais do SNA. Há muitas razões para isso. Citaremos duas: o fato de que os princípios e orientações do SNA realmente foram eficazes na promoção de crescimento econômico e de produtividade industrial, de forma que, em muito pouco tempo, a pobreza deixou de ser um grande problema na Europa (dado o alto nível de produção material que as nações europeias atingiram, a abundância material e não a pobreza passou a ser a realidade social); a outra razão foi o papel desempenhado pelas organizações internacionais na promoção dos sistemas de contas nacionais (ANTOLINI, 2016; BOS, 1993; 2008; GARFIELD, 1985). Sobre essa última, Bos (1993) explica:

> *The international organizations played a major role in spreading the use of the conventions adopted in the international guidelines. They stimulated their use by providing free statistical help and advice. And they enforced the concepts by obliging member countries co submit figures following these concepts and by employing these figures also in taxing and subsidizing their member countries (BOS, 1993, p. 2).* [39]

Houve uma forte participação das organizações internacionais (como o Banco Mundial, o FMI e a OCDE) na divulgação desses sistemas de contas nacionais. Uma forma bem direta é apresentada nesse trecho citado, onde Bos (1993) afirma que essas organizações obrigavam os países membros dessas organizações a presentar dados estatísticos de suas economias segundo os princípios e conceitos recomendados pelos sistemas de contas nacionais.

Dado o sucesso e ampla utilização desses sistemas de contas nacionais, surgiu uma espécie de vício na mentalidade da época: cada vez mais as discussões de rumos das nações eram pautadas pela agenda do crescimento do PIB. Essa parecia ser a fórmula mágica do progresso social. Como visto anteriormente, no início havia um motivo bem real para essa ênfase no crescimento econômico, medido em PIB. O problema é que se mergulhou tão inteiramente nesse projeto que se produziu uma lógica que se autonomizou. Mesmo após a produção de uma abundância material de grandes proporções na Europa, o crescimento do PIB continuou sendo uma das principais pautas sociais. Esse processo fez surgir, ao longo do período de 1950-1970 uma "sociedade da produtividade", guiada pela lógica do trabalho pelo trabalho, da produtividade pela produtividade, do crescimento pelo crescimento (ANTOLINI, 2016; MARCUSE, 2001).

---

[39] "As organizações internacionais tiveram um papel central na divulgação do uso das convenções adotadas nas diretrizes internacionais [dos sistemas de contas nacionais]. Eles estimularam seu uso fornecendo ajuda e aconselhamento estatísticos gratuitos. E eles reforçaram os conceitos, obrigando os países membros a apresentar números seguindo esses conceitos e empregando esses números também na taxação e subsidiando seus países membros". Tradução nossa.

Um fato curioso é o de que alguns dos principais nomes responsáveis pela criação desses sistemas de contas nacionais alertaram contra uma possível utilização deles como indicadores de progresso, dado, que o crescimento do PIB por si só não significaria progresso social:

> *Hence to the majority of the governments of the world, increasing GDP is an imperative, as it is directly linked to a range of important 'voter' issues, such as employment, interest rates, health care, education and infrastructure development, and is therefore a strong determinant of political success. This is ironic as many commentators in this area now point out that the measure was never intended by those who invented it to be such an influential indicator. John Maynard Keynes, John Hicks and Simon Kuznets who first developed the system of national accounting (to specifically assist nations manage their economies out of the great depression), warned against using the GDP as a measure of well-being and prosperity. As Simon Kuznets told the US Congress in 1934, 'The welfare of a nation can scarcely be inferred from a measurement of national income … Goals for more growth should specify of what and for what* [40]*.' (DESHA, 2010, p. 47).*

Essa fala Simon Kuznets mostra que, em 1934, quando proferiu sua fala no Congresso dos EUA, o processo de quantificação da noção de progresso ainda não havia atingido o estado avançado que observamos hoje, ou mesmo na década de 1970 (MARCUSE, 2001). Isso porque ele era um economista *mainstream*, tanto que contribuiu para o desenvolvimento da contabilidade nacionais, tema que nada tem de revolucionário. Mesmo assim, ele não havia sido completamente dominado pela noção quantitativa de progresso, pois alertou para o fato de o PIB não poder indicar o bem-estar e a prosperidade de uma nação, dizendo que metas de crescimento devem sempre especificar "do que e para quê". Ou seja, ele tem o seu olhar voltado para os aspectos qualitativos do progresso (por exemplo, pela importância que Kuznets da para a pergunta "para quê crescer o PIB?"), para ele o que importa é a produção de prosperidade e bem-estar, qualidades que não podem ser automaticamente produzidas por uma ferramenta técnica de mensuração quantitativa como o PIB.

Apesar desse alerta, a lógica do mais, do crescimento, das quantidades progressivamente passou a imperar, de forma que, naquele período, um forte consenso a respeito do progresso

---

[40] Portanto, para a maioria dos governos do mundo, o aumento do PIB é um imperativo, pois está diretamente ligado a uma série de importantes questões "eleitorais", como emprego, taxas de juros, saúde, educação e desenvolvimento de infraestrutura, e é, portanto, um forte determinante de sucesso político. Isso é irônico, já que muitos comentadores nesta área apontam agora que nunca foi pretendido por aqueles que a inventaram essa medida [PIB] que ela se tornasse um indicador tão influente. John Maynard Keynes, John Hicks e Simon Kuznets, que primeiro desenvolveram o sistema de contabilidade nacional (para especificamente ajudar as nações a administrar suas economias de forma que elas saíssem da grande depressão), advertiram contra o uso do PIB como medida de bem-estar e prosperidade. Como Simon Kuznets disse ao Congresso dos EUA em 1934, "O bem-estar de uma nação dificilmente pode ser inferido a partir de uma medição da renda nacional ... Metas para mais crescimento devem especificar do que e para quê". Tradução nossa.

começou a ser formado na comunidade internacional[41]: ele deve ser medido por meio de instrumentos estatísticos capazes de quantificar a produção de valor em um determinado território, dentro de um espaço de tempo definido. Em outras palavras, progresso passa a ser entendido enquanto progresso quantitativo expresso em valor, de modo que mais valor signifique mais progresso. Tal entendimento generalizou-se de forma que os instrumentos de mensuração quantitativa desenvolvidos no SNA foram adotados sistematicamente pela comunidade internacional nas décadas subsequentes.

O paradigma de mensuração de progresso estabelecido a partir do uso desmedido do SNA tornou-se o hegemônico e seguiu sendo utilizado por muitos anos; no entanto, a partir dos anos 1960, grandes questionamentos surgiram. Vários deles estão muito bem sintetizados em uma famosa fala, de 1968, do senador estadunidense Robert Kennedy:

> *The Gross National Product includes air pollution and advertising for cigarettes, and ambulances to clear our highways of carnage. It counts special locks for our doors, and jails for the people who break them. GNP includes the destruction of the redwoods and the death of Lake Superior. It grows with the production of napalm and missiles and nuclear warheads. And if GNP includes all this, there is much that it does not comprehend. It does not allow for the health of our families, the quality of their education, or the joy of their play. It is indifferent to the decency of our factories and the safety of our streets alike. It does not include the beauty of our poetry or the strength of our marriages, or the intelligence of our public debate or the integrity of our public officials ... GNP measures neither our wit nor our courage, neither our wisdom nor our learning, neither our compassion nor our devotion to our country. It measures everything, in short, except that which makes life worthwhile; and it can tell us everything about America – except whether we are proud to be Americans (DESHA, 2010, p. 47-48).* [42]

Mais uma vez, o que parece estar em questão em falas como essa do senador Kennedy é o processo de separação entre o progresso quantitativo e o progresso qualitativo. Nesse processo, prioriza-se cada vez mais as quantidades. Para a mentalidade que vai sendo construída no ocidente a partir da segunda metade do século XX, a busca da maximização das quantidades, a busca pelo "mais" se tornou a prioridade, pois entende-se que "mais" é "melhor", ou seja, que a

---

[41] Parte da razão disso ocorreu devido à ênfase excessiva no crescimento do PIB.

[42] O Produto Nacional Bruto inclui a poluição do ar e a propaganda de cigarros, e as ambulâncias para limpar nossas estradas da carnificina. Ele contabiliza as fechaduras especiais para as nossas portas e as prisões para as pessoas que as quebram. O PNB inclui a destruição das sequoias e a morte do Lago Superior. Ele cresce com a produção de napalm e mísseis e ogivas nucleares. E se o PNB inclui tudo isso, há muito que não compreende. Ele não leva em consideração a saúde de nossas famílias, a qualidade de sua educação, ou a alegria de suas brincadeiras. É da mesma forma indiferente à decência de nossas fábricas e à segurança de nossas ruas. Não inclui a beleza da nossa poesia ou a força dos nossos casamentos, nem a inteligência do nosso debate público ou a integridade dos nossos funcionários públicos ... O PNG não mede nem a nossa inteligência nem a nossa coragem, nem a nossa sabedoria nem a nossa aprendizagem, nem nossa compaixão nem nossa devoção ao nosso país. Ele mede tudo, em suma, exceto o que faz a vida valer a pena; e pode nos dizer tudo sobre a América - exceto se estamos orgulhosos de sermos americanos. Tradução nossa.

quantidade produz a qualidade (MARCUSE, 2001). Ou em outras palavras, que uma sociedade rica em termos quantitativos será mais saudável, mais feliz, mais culta, mais pacífica, mais harmoniosa, etc. Essa maneira de pensar foi colocando o crescimento do PIB como pauta prioritária. Todas as outras questões (como a cultura, a saúde pública, a sanidade e a felicidade) foram sendo colocadas em segundo plano, pois passaram a ser entendidas como consequências do crescimento econômico, expresso em PIB. Logo, tudo passou a ser pensado em termos de crescimento do PIB. A solução para a infelicidade, para a obesidade, para a mortalidade infantil, entre outras, passou a ser pensado como dependente do crescimento do PIB. O crescimento do PIB tornou-se o grande imperativo. No fundo, parece ser esse processo de construção dessa mentalidade que o senador Kennedy denunciou em sua fala. Momentos como esse, de sua fala, evidenciam a preocupação que Kennedy tem com esse processo: "ele [o PNG/PIB] não leva em consideração a saúde de nossas famílias, a qualidade de sua educação, ou a alegria de suas brincadeiras (...) Não inclui a beleza da nossa poesia ou a força dos nossos casamentos, nem a inteligência do nosso debate público ou a integridade dos nossos funcionários públicos (...) [o PNG/PIB] mede tudo, em suma, exceto o que faz a vida valer a pena".

Vale destacar que o termo "progresso", embora utilizado aqui por nós, não era o dominante em discussões daquela época. A noção de progresso era referida, de forma consciente ou não, por meio de termos como "crescimento econômico", "crescimento", "crescimento do PIB" e "desenvolvimento" (SACHS, 2000). Esta última foi uma das mais usadas no período 1950-1970. Sobre ela, gostaríamos de fazer alguns breves comentários. A noção de desenvolvimento e o movimento mental e histórico descritos nos últimos parágrafos têm muitas correspondências. A maneira de pensar que produziu o conceito de "desenvolvimento", como foi utilizada no século XX, estabelece uma operação lógica: define-se um ponto para o qual todos os países devem caminhar. Aqueles que estiverem próximos desse ponto são chamados de "desenvolvidos"; já os que se encontrarem longe desse ponto receberão a denominação "subdesenvolvidos" [43]. O que se entende por um país desenvolvido, em linhas gerais, é um país cuja economia produz abundância material, a qual se reflete em bons índices nas contas nacionais. Ou seja, a utilização dos princípios e recomendações do SNA é um dos requisitos para que uma nação se desenvolva, dado que ser desenvolvido é, de forma geral, ter uma economia produtiva que apresente bons índices de contabilidade nacional – por exemplo, ter um PIB expressivo, um bom PIB per capita etc. (SACHS, 2000).

[43] Outros nomes foram utilizados ao longo da história como sinônimos, como "terceiro mundo" e "em desenvolvimento" (SACHS, 2000).

Gustavo Esteva (SACHS, 2000) define o momento mais importante para o início dessa noção de "desenvolvimento" no pronunciamento que o presidente Truman fez em 20 de janeiro de 1949:

> *É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas.*
> *O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática (SACHS, 2000, p.59-60).*

Essa fala é interessante porque nela concebe-se "um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas". Ou seja, os EUA se definem como desenvolvidos e elegem a sua estrutura de "desenvolvimento" como modelo para o mundo inteiro. Fica assim estabelecida uma escada. Os países capazes de se aproximarem desse modelo – na época, as potências europeias – passaram a ser chamados de "desenvolvidos". Já as nações que apresentavam um modelo de sociedade consideravelmente distinto do americano (e do que o modelo americano entende como sendo bom e desejado) receberam o rótulo de "subdesenvolvidas". Faltam a elas o avanço científico e o progresso industrial estadunidenses. Dessa forma, estabelece-se um caminho unidirecional para todas as nações. Todas devem ter como meta "alcançar" os EUA em seu modelo de progresso, que é definido segundo parâmetros quantitativos.

> *A terminologia internacional foi, por conseguinte, adaptada. Esses países que antes eram denominados, com brutalidade sincera, "atrasados", depois "subdesenvolvidos", passaram a chamar-se, educadamente, "menos desenvolvidos" e, por fim, "países em via de desenvolvimento" – agradável eufemismo que de fato significava que esses países não se desenvolviam. Como foi diversas vezes formulado nos documentos oficiais, desenvolvê-los significava: torná-los capazes de entrar na fase do "crescimento auto-sustentado" (CASTORIADIS, 1989, p. 136).*

Em suma, estabeleceu-se um modelo de progresso a ser seguido pelo mundo todo. A definição desse progresso, desse "lugar em que todas as sociedades do planeta devem desejar estar", se dá por parâmetros estritamente quantitativos. Para uma nação adquirir o status de "desenvolvida", ela deve ser capaz de crescer o seu PIB de forma *auto-sustentada*, ou seja, ter a capacidade de gerar um crescimento econômico o qual se sustente de forma autônoma – ter uma economia sustentável.

O programa do desenvolvimento é colocado em prática em todo o mundo e, por muitos anos, foi bem aceito. Inaugura-se então, a era do crescimento do PIB e das múltiplas variáveis do SNA. No entanto, no final da década de 1960 e início da de 1970, começam a surgir duras criticas ao PIB. Tanto na Europa como nos EUA, estava cada vez mais evidente que o crescimento econômico medido quantitativamente em PIB não era um bom indicador de desenvolvimento, porque, naquele período, o PIB havia crescido muito e de forma continuada por décadas, mas, no entanto, a pobreza havia aumentado no mundo. Havia uma crescente impressão de que os instrumentos econômicos não estavam dando conta dos problemas sociais. No entanto, esse momento de crítica não teve muito fôlego, pois não foi possível produzir um consenso internacional sobre como substituir o PIB, de forma que ele continuou sendo usado. A ONU, como resposta, produziu um projeto que visou propor uma abordagem unificada/integradora entre componentes econômicos e sociais (por meio do desenvolvimento de um ferramental que incremente os instrumentos econômico com uma espécie de "contabilidade social"). Essa proposta reformista não vingou, mas plantou uma semente. A semente é uma certa mentalidade integradora (por meio dos instrumentos contábeis da economia), que estará presente nos projetos que apresentaremos mais a frente neste capítulo (SACHS, 2000).

2.2. O Grande Projeto do Desenvolvimento Sustentável

O programa do desenvolvimento – entendido como crescimento do PIB e de outras variáveis quantitativas importantes dos sistemas de contas nacionais –, foi extremamente bem-sucedido no que se propôs, estando presente inclusive em acordos internacionais importantes como o de Bretton Woods. O sucesso foi tanto que as economias europeias e norte americana cresceram o PIB [44] de forma ininterrupta e exponencial por mais de 20 anos (principalmente no período 1950-1970) (BELLUZZO, 2009). O crescimento dessas regiões, estimulou o crescimento de diversas outras, de modo que o PIB mundial cresceu muito nesse período, como demonstrado abaixo na Figura 1:

[44] E também outros indicadores importantes dos sistemas de contas nacionais. Nesse momento estamos focando no PIB porque ele é um indicador central nas contas nacionais. Como ele indica o volume total da produção (medida em valor) da economia nacional, se tornou o grande foco das políticas nacionais. Crescer o volume total da produção de valor de uma economia tornou-se um imperativo, pois, para a mentalidade das sociedades do pós-guerra, mais produção de valor significa mais progresso. Isso porque com mais valor se produz mais abundância material, e quanto maior for a riqueza material, maior será o progresso, de acordo com essa forma de pensar (MARCUSE, 2001).

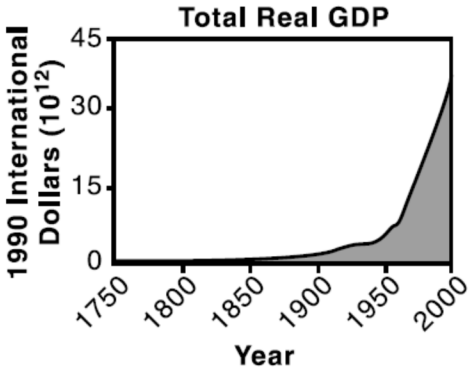

Figura 1. Crescimento do PIB real mundial, expresso em dólares internacionais de 1990.
Fonte: IGBP, 2004.

Este gráfico sobre o crescimento real do PIB, medido em dólares, apresenta um ponto de inflexão que ocorre na década de 1950. Essa década e as seguintes aceleram de maneira exponencial o crescimento do PIB, de forma que o crescimento no pós-1950 é superior ao de todo período anterior somado.

> *Já faz algum tempo que o "desenvolvimento" [entendido apenas nos seus aspectos de avanços técnicos e produtivos, de "crescimento] tomou-se tanto um slogan quanto um tema da ideologia, oficial e "profissional" - bem como das políticas dos governos.*
> *(…) a opinião oficial começou a sonhar que havia sido encontrada, por fim, a chave dos problemas humanos. Essa chave era o crescimento econômico, que se poderia realizar sem dificuldades graças aos novos métodos de regulação da demanda, e as taxas de crescimento do PNB[45] por habitante forneciam a resposta para todas as questões (CASTORIADIS, 1989, p. 136).*

Ou seja, conforme dito anteriormente, o programa de crescimento inaugurado na década de 1950 foi muito bem-sucedido no que se propôs em seu eixo central: o crescimento de variáveis quantitativas do progresso, como o PIB. Nesta época, a indústria produziu em escala nunca antes vista, de forma a haver, nos países ditos "desenvolvidos", uma abundância material e emprego para quase todos os cidadãos. Além disso, devido, entre outros motivos, a políticas públicas desenvolvimentistas, os salários médios atingiram patamares elevados, a desigualdade social diminuiu consideravelmente, entre outras diversas melhoras em índices quantitativos. De forma geral, os indicadores de mensuração quantitativa de progresso cresceram todos e isso

[45] O PNB é um índice muito similar ao PIB. Ele difere do PIB somente por considerar as rendas enviadas e recebidas do exterior.

causou um certo encantamento com o programa do desenvolvimento; no entanto, não por muito tempo (BELLUZZO, 2009).

Embora o programa do desenvolvimento tenha se perpetuado[46] como o grande programa direcionador da organização do estado e dos rumos da sociedade ao longo do século XX e XXI, ele não o fez sem sofrer abalos e críticas.

Durante a década de 1960, muitas pesquisas na área ambiental começaram a apresentar dados alarmantes a respeito do estado em que se encontrava o meio ambiente. Tais dados eram especialmente preocupante porque além de pintar um cenário grave para a situação ambiental da época, projetavam um futuro apocalíptico, caso o rumo trilhado até então pelas sociedades de mercado fosse mantido. O consenso da maioria das pesquisas feitas naquela época era o de que a degradação ambiental, por afetar os ecossistemas planetários, acabaria, por exemplo, resultando em problemas de saúde pública (e.g., pela perda de capacidade dos ecossistemas em absorver e reciclar poluentes) e alteraria a produtividade da agricultura e da pesca – o que também resultaria em problemas sociais, por diminuir a disponibilidade e a qualidade de alimentos. Além disso, diversos estudos começavam a apontar para o fato de que as sociedades de mercado (principalmente as mais industrializadas, ou, para usar um outro termo, as mais "desenvolvidas") estavam consumindo recursos planetários em um ritmo muito maior do que o meio ambiente é capaz de repor, de forma que a própria dinâmica/lógica de funcionamento dessas formas de organização social estava ameaçando a sua existência futura. Portanto começa a surgir no interior da sociedade produtora de mercadorias a noção de interdependência entre o homem e o seu meio ambiente, de que este está intrinsecamente conectado a aquele, de forma que a ação humana sobre o meio ambiente não funciona de forma unidirecional; mas sim segue uma lógica de retroalimentação que acabará produzindo efeitos na vida humana. Vale ressaltar que o conceito de "meio ambiente" e a noção de que ele é um todo, onde tudo está conectado, não são novos – datam dos séculos XVII e XVIII. Porém, foi somente após os anos 1960 que esse conceito e essa noção se popularizaram internacionalmente no Ocidente. O pensamento ecológico cresceu e ganhou força internacionalmente somente a partir da década de 1960 (CARADONNA, 2014, cap. 3).

Diversas publicações sobre o tema ambiental foram produzidas no Ocidente na década de 1960. Citaremos duas que foram muito influentes na época e que exemplificam a maneira como o debate ambiental estava sendo feito na época.

---

[46] Ainda que sob outros nomes e formatos, dependendo da época do século XX ou XXI em questão (SACHS, 2000).

A primeira delas é a *Primavera Silenciosa*, livro publicado por Rachel Carson em 1962. Neste livro, Carson faz duras críticas ao uso de pesticidas, inseticidas (principalmente o DDT), herbicidas, fertilizantes e outros químicos até então livremente utilizados na agricultura industrial. Uma das mensagens mais preocupantes, a respeito do uso dessas substâncias, que ela traz em seu livro é a de que esses químicos não estavam "lá fora", contaminando a "natureza" (como espécie de entidade distante da sociedade humana); mas sim permeavam o ecossistema como um todo, estando presente nos organismos de plantas, de animais e também no corpo humano. Carson apresenta diversos problemas relacionados a essa contaminação generalizada. Além dos problemas causados nos ecossistemas, ela menciona questões de saúde pública, relacionando o crescente uso dessas substâncias com o aumento no número de casos de câncer em humanos (CARADONNA, 2014, cap. 3).

O livro de Carson teve grande repercussão, contribuindo para o surgimento do movimento ambiental e de uma visão de mundo a qual "rejeita a destruição ecossistêmica e o crescimento industrial [feitos] em nome do 'progresso' " (CARADONNA, 2014, p. 97). Além disso, a crítica ao uso de diversos tipos de substâncias químicas na agricultura gerou uma forte imagem negativa delas na opinião pública, o que resultou na pressão por políticas públicas que regulassem esses tipos de substâncias [47] (CARADONNA, 2014, p. 97).

Outra publicação que vale a pena ser brevemente mencionada é a *Population Bomb* (Bomba Populacional), de Paul R. Ehrlich, divulgado em 1968. De forma geral, o livro trata do enorme crescimento populacional que se observou mundialmente no pós-guerra. O principal argumento de Ehrlich é o de que, mantida essa velocidade de crescimento populacional, logo haveria uma catástrofe ambiental produzida pelo aumento crescente do consumo de recursos planetários resultado desse processo (CARADONNA, 2014, cap. 3).

Essas duas publicações exemplificam o tom catastrófico do debate ambiental que estava surgindo na década de 1960. Estimulados por esse debate, muitos movimentos sociais, grupos ativistas e organizações ambientalistas surgiram nesse período. Um exemplo disso foi o surgimento de diversas ONGs famosas atualmente, como a *Canadian Wildlife Federation* (aberta em 1962); o *World Wildlife Fund for Nature* (WWF), criado em 1961; o Environmental *Defense Fund* (fundado em 1967); e o *Friends of the Earth*, que surgiu em 1969 (CARADONNA, 2014, cap. 3).

Como pode-se observar, a temática ambiental cresceu e se desenvolveu muito ao longo dos anos 1960, a ponto de se tornar um dos principais temas da agenda política internacional. A "crise ambiental", como começou a ser chamada em diversas publicações científicas da época,

[47] Ao longo da década de 1970, todas as substâncias químicas mencionadas no Primavera Silenciosa foram banidas ou tiveram o seu uso muito restringido nos EUA e em diversos outros países ocidentais (CARADONNA, 2014, p. 97).

apresentou-se como uma grave consequência do crescimento desenfreado da economia. Os mais de 20 anos de crescimento continuado do PIB mundial teve como resultado uma crise ambiental mundial – dado que o crescimento da produção industrial, aumentou o ritmo com que a indústria consome e transforma recursos planetários. Ou seja, surgiram fissuras na mentalidade da geração do pós-guerra, que associava o crescimento da atividade produtiva da economia, mensurado em PIB, com progresso. Afinal, o programa do desenvolvimento produziu uma abundância material nunca antes vista na história da humanidade, sendo bem sucedido em todos os índices quantitativos que propunha como capazes de mensurar o grau de progresso social; e, no entanto, o sub produto desse "progresso" foi uma crise ambiental de dimensões capazes de ameaçar as bases da própria existência dessa sociedade do crescimento (CASTORIADIS, 1989; SACHS, 2000) [48].

Com o progressivo avanço do debate ambiental, iniciativas internacionais de grupos e/ou indivíduos poderosos e influentes começaram a ser criadas. Tudo indicava que a questão ambiental tinha vindo para ficar, e surgia a percepção de que a visão de mundo resultante do debate ambiental teria um alto poder de direcionar os rumos da sociedade ocidental. Seria o projeto do desenvolvimento capaz de sobreviver às críticas do pensamento ambiental da época? Dado que esse projeto é uma forma de manifestação do modo de produção capitalista, seria o capitalismo atingido severamente por essas críticas? Se sim, seria ele capaz de se reinventar, ou entraria ele em uma crise definitiva?

No final da década de 1960 e início da de 1970, essas questões permaneciam em aberto, o que estimulou o surgimento de um intenso debate a respeito da crise ambiental: quais seriam as suas principais causas? Como superá-la?

Foi nesse contexto que, em 1968, trinta indivíduos [49] de dez países se reuniram em Roma, convidados por Aurelio Peccei [50]. O objetivo dessa reunião era discutir o presente e o

---

[48] "(...) começou-se a levantar a questão do 'preço' que os seres humanos e as coletividades tinham de 'pagar' pelo crescimento. Quase simultaneamente, 'descobria-se' que esse 'preço' envolvia um elemento importantíssimo, que até então tinha passado em silêncio, e cujas consequências muitas vezes não diziam respeito diretamente às gerações presentes. Tratava-se do acúmulo maciço e talvez irreversível de danos infligidos à biosfera terrestre, resultante da iteração destrutiva e cumulativa dos efeitos da industrialização; efeitos desencadeadores de reações ambientais que continuam, para além de um certo ponto, desconhecidas e imprevisíveis, e que poderiam eventualmente desembocar em uma avalanche catastrófica final, ultrapassando toda possibilidade de 'controle' Do afundamento de Veneza nas águas até a morte talvez iminente do Mediterrâneo; da eutrofização dos lagos e rios até a extinção de dúzias de espécies vivas; das primaveras silenciosas até o eventual derretimento das calotas polares; da erosão da Grande Barreira de Coral até a multiplicação por mil da acidez das águas pluviais - as consequências virtuais ou efetivas de um 'crescimento' e de uma industrialização desenfreados começavam a delinear-se, imensas" (CASTORIADIS, 1989, p. 137).

[49] Economistas, educadores, cientistas, industrialistas, humanistas e funcionários públicos internacionais e nacionais (MEADOWS et al., 1972, p. 9).

[50] Gerente industrial e economista italiano (MEADOWS et al., 1972, p.9).

futuro da "humanidade"[51]. A partir dessa reunião, formou-se uma organização informal conhecida como Clube de Roma, a qual visa, segundo Meadows (1972, p.9), melhorar a compreensão dos decisores políticos e da população mundial sobre a interdependência entre economia, política, sociedade e meio ambiente.

Em 1972, o Clube de Roma publica o que viria a ser o seu mais famoso trabalho: o relatório *Os Limites do Crescimento* (*The Limits to Growth*). Por meio de um complexo modelo matemático mundial, esse relatório buscou investigar cinco grandes questões mundiais, suas tendências e interconexões: industrialização acelerada, rápido crescimento populacional, desnutrição generalizada, esgotamento de recursos não renováveis e a deterioração do meio ambiente (por exemplo, por poluição)[52] (MEADOWS et al., 1972, p. 21). Uma das principais descobertas desse trabalho foi a de que todas essas tendências estavam crescendo, e em um ritmo exponencial, o que significa que elas apresentam crescimentos cada vez maiores em um mesmo espaço de tempo. De forma geral, esse relatório afirma que quase todas as atividades "humanas" da época apresentavam curvas de crescimento exponenciais, e isso ele afirma ser muito preocupante, pois uma população e uma demanda per capita de recursos planetários que crescem em progressão geométrica logo se chocariam com os limites físicos do planeta. A metodologia de trabalho empregada nesse relatório também produziu a percepção de que todas essas tendências de crescimento (de problemas sociais, ambientais e econômicos) estavam inter-relacionadas, fazendo parte de um todo inseparável. Por essa razão, por exemplo, o relatório afirma que, de maneira isolada, uma intensa política de reciclagem e de melhoria no design de produtos, ou mesmo avanços científicos na produção de tecnologias menos destrutivas ao meio ambiente (como painéis solares) não seriam efetivos para lidar com o escasseamento dos recursos não renováveis e a deterioração do meio ambiente. No máximo se ganharia tempo até a colisão com os limites físicos planetários, porque a engrenagem central que produz essas tendências de

---

[51] Na página 9 de Meadows (1972), o termo "humanidade" é usado. Essa palavra é muito vaga, e, quando utilizada em relatórios internacionais importantes como esse, produz a ilusão da existência de uma massa homogênea denominada "humanidade". Quando o Clube de Roma afirma estar preocupado com o presente e o futuro da humanidade, na verdade quer dizer estar preocupado com o presente e o futuro da civilização ocidental capitalista. Não nos parece ser coincidência que quando a engrenagem central de funcionamento do modo de produção capitalista (a lógica do crescimento infinito, do crescimento pelo crescimento, do mais pelo mais, ou, para usar um outro termo, a reprodução ampliada) começa a ser severamente questionada, grupos como esse surgiram em prol do futuro da "humanidade".

[52] A escolha dessas variáveis para análise não pode ser atribuída a uma originalidade dos redatores de *Os Limites do Crescimento*. Os estudos e debates ambientais dos anos 1960 foram os responsáveis por colocarem essas variáveis citadas em destaque. Por exemplo, a deterioração do meio ambiente (entre outros motivos, pela emissão de poluentes) foi um dos principais temas do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson. Já o maciço crescimento populacional do pós-guerra e as consequências ambientais de tal crescimento, foi um tema que ganhou muito destaque no debate ambiental após a publicação do estudo *Population Bomb*, de Paul R. Ehrlich.

crescimento exponenciais não seria afetada: a lógica do crescimento pelo crescimento, da expansão infinita da economia/da produtividade (MEADOWS et al., 1972).

Abaixo, colocamos em destaque trechos centrais a respeito de algumas das grandes conclusões tiradas pelo relatório:

> *(…) despite the model's material orientation, the conclusions of the study point to the need for fundamental change in the values of society (MEADOWS et al., 1972, p.188).* [53]
>
> *For the first time, it has become vital to inquire into the cost of unrestricted material growth and to consider alternatives to its continuation (MEADOWS et al., 1972, p.191).* [54]
>
> *Our present situation is so complex and is so much a reflection of man's multiple activities, however, that no combination of purely technical, economic, or legal measures and devices can bring substantial improvement. Entirely new approaches are required to redirect society toward goals of equilibrium rather than growth (MEADOWS et al., 1972, p.193).* [55]
>
> *Such an effort calls for joint endeavor by all peoples, whatever their culture, economic system, or level of development. But the major responsibility must rest with the more developed nations, not because they have more vision or humanity, but because, having propagated the growth syndrome, they are still at the fountainhead of the progress that sustains it (MEADOWS et al., 1972, p.194).* [56]
>
> *We are convinced that realization of the quantitative restraints of the world environment and of the tragic consequences of an overshoot is essential to the initiation of new forms of thinking that will lead to a fundamental revision of human behavior and, by implication, of the entire fabric of present-day society (MEADOWS et al., 1972, p.190).* [57]

Esses trechos são extremamente interessantes porque, apesar de *Os Limites do Crescimento* ser um relatório de metodologia extremamente técnica e matemática, sua análise final dos resultados é complexa, não se restringe à técnica. Ele produz uma análise qualitativa a respeito dos dados quantitativos coletados. Atitude muito diferente da dos relatórios ambientais produzidos no pós-1980, os quais tendem a tecnificar toda a análise, até as conclusões e as

---

[53] "Apesar da orientação material do modelo, as conclusões do estudo apontam para a necessidade de mudança fundamental nos valores da sociedade. Tradução nossa.

[54] "Pela primeira vez, tornou-se vital investigar o custo do crescimento material irrestrito e considerar alternativas à sua continuação". Tradução nossa.

[55] "Nossa situação atual é tão complexa e é tanto um reflexo das múltiplas atividades do homem, no entanto, que nenhuma combinação de medidas e dispositivos puramente técnicos, econômicos ou legais pode trazer melhorias substanciais. Abordagens inteiramente novas são necessárias para redirecionar a sociedade para metas de equilíbrio, em vez de crescimento". Tradução nossa.

[56] "Tal tarefa exige o esforço conjunto de todos os povos, independentemente de sua cultura, sistema econômico ou nível de desenvolvimento. Mas a responsabilidade principal deve recair sobre as nações mais desenvolvidas, não porque elas tenham mais visão ou humanidade, mas porque, tendo propagado a síndrome do crescimento, elas ainda estão na origem do progresso que a sustenta". Tradução nossa.

[57] "Estamos convencidos de que a percepção das restrições quantitativas do meio ambiente mundial e das consequências trágicas de uma ultrapassagem desses limites é essencial para o início de novas formas de pensamento que levarão a uma revisão fundamental do comportamento humano e, por implicação, de todo o tecido social atual". Tradução nossa.

recomendações. De forma que focam no desenvolvimento de políticas públicas e legislativas e na criação de tecnologias menos destrutivas ao meio ambiente (CARADONNA, 2014). O relatório do Clube de Roma chega a mencionar essas soluções, dado que elas estavam sendo debatidas na época, no entanto, afirma que elas seriam incapazes de resolver o problema, no máximo comprariam tempo até o desencadeamento de uma crise ambiental global de graves proporções. Isso porque essas soluções, quando muito, alteram a força do fluxo, mas não a sua direção. O grande fluxo é, nas palavras do relatório, o "crescimento material irrestrito", ou seja, o crescimento da produtividade econômica sem qualquer tipo de restrição, de objetivo finito a ser alcançado por meio desse crescimento. Em outras palavras, o cerne do problema é a existência de uma lógica de crescimento infinito da economia, que choca-se com a finitude da realidade física do planeta. Logo, o relatório afirma ser necessária uma mudança fundamental nos valores da "sociedade", de forma a provocar uma alteração do comportamento "humano" [58] a qual produziria mudanças estruturais em todo o tecido social da época. Essa mudança de valores deveria ser no sentido de redirecionar os objetivos da sociedade para a produção de equilíbrio, ao invés de crescimento.

É interessante observar o trecho em que o relatório diz que, para mudar essa situação, todos os povos devem se unir para que, juntos, busquem uma solução. Como seria uma reunião entre o chefe de estado Russo e um representante do povo do Xingu? Qual seria o sentido desse tipo de reunião? Todos esses problemas de escala mundial aos quais o relatório se refere foram gerados pelas sociedades ocidentais capitalistas. Essas sociedades foram as responsáveis pelo problema e são elas que estão em crise, logo, essa é uma questão que deve ser resolvida por elas. Então, o discurso desse relatório dilui a responsabilidade e esconde, com a máscara de um "problema humano", o que realmente está em questão: a sobrevivência das sociedades ocidentais capitalistas.

Sobre esse mesmo trecho do relatório, também é interessante nos atentarmos ao momento em que o relatório responsabiliza as nações mais "desenvolvidas" [59] pela propagação da "síndrome do crescimento". A utilização dos termos "propagação" e "síndrome" é típica nos

---

[58] O Clube de Roma produz um discurso que se vende como tratando do destino da "humanidade". Porém, o estudo que produziu em *Os Limites do Crescimento* a todo momento se remete a problemas frutos da lógica de funcionamento das sociedades produtoras de mercadorias, que são de origem ocidental. Ou seja, quando o relatório fala em mudança nos valores da "sociedade" ou no comportamento "humano", está, na verdade se referindo ao homem e à sociedade ocidentais modernos. Ao generalizar o uso dessas palavras, o relatório, então, está tratando de forma homogênea todos os homens e sociedades do globo, como se todos os homens e sociedades do globo fossem ocidentais e vivessem sob o modo de produção capitalista.

[59] O relatório constantemente utiliza esse termo, significando-o da forma histórica que descrevemos ter sido criada no pós-guerra.

discursos a respeito de doenças. Ou seja, nesse trecho o relatório tratou o crescimento – da forma como era entendido no pós-guerra – como doença.

Isso demonstra que o relatório tem uma crítica bem contundente ao mecanismo central de funcionamento do modo de produção capitalista. Apesar de o relatório não aprofundar a sua crítica e especificar o que exatamente está criticando (no fundo, a reprodução ampliada, motor sem o qual o capitalismo não pode funcionar), foi muito longe e ousado, considerando se tratar de um relatório elaborado pelo *mainstream*, por pessoas influentes, poderosas e representantes de instituições do *status quo*. Devemos, no entanto, mencionar que não nos parece que o objetivo de *Os Limites do Crescimento* seja sugerir o fim do modo de produção capitalista, e, por essa razão, o relatório não dá grande destaque, ao longo do trabalho, à crítica do crescimento infinito da economia. Portanto, o que pretendemos, ao dar destaque a ela, é destacar o fato de que ela está presente nesse relatório, o que não será o caso dos próximos que serão apresentados a diante em nosso trabalho.

É necessário ressaltar que o relatório do Clube de Roma trata de diversos temas e poderia ser abordado de muitas maneiras. Não é do escopo de nosso trabalho abordar todos esses temas, e, por essa razão, assim como faremos com os relatórios seguintes, focamos apenas nos aspectos do relatório que interessam ao eixo central que pretendemos percorrer neste trabalho – eixo que nos levará até a criação da NCC e da noção de capital natural que ela promove.

Vale a pena apresentar um último trecho de *Os Limites do Crescimento*:

> *We cannot expect technological solutions alone to get us out of this vicious circle. The strategy for dealing with the two key issues of development and environment must be conceived as a joint one (MEADOWS et al., 1972, p. 192)* [60]

A intenção ao apresentar este trecho não foi a de analisá-lo; somente o colocamos aqui para destacar o conceito que ele apresenta de que as questões de desenvolvimento e meio ambiente devem ser estrategicamente tratadas em conjunto. Tal conceito será fundamental para os movimentos históricos que apresentaremos adiante.

Antes de prosseguirmos em nosso percurso histórico, há mais um detalhe acerca do relatório *Os Limites do Crescimento* o qual é muito importante de ser mencionado. Esse detalhe é o de foi nesse relatório que a palavra *sustentável* foi empregada pela primeira vez da forma como se entende hoje no discurso ambiental. No decorrer do relatório, aparece a noção de que um

---

[60] "Não podemos esperar que soluções tecnológicas por si só poderão nos tirar desse círculo vicioso. A estratégia para lidar com as duas questões-chave do desenvolvimento e do meio ambiente deve concebê-las em conjunto". Tradução nossa.

sistema social, para que seja *sustentável*, precisa ter condições dar suporte a vida humana no longo prazo[61]. Portanto, o Clube de Roma associa a ideia de estabilidade social e a negação da lógica do crescimento desenfreado com as palavras *sustentabilidade/sustentável* (CARADONNA, 2014, cap. 5; MEADOWS et al., 1972).

O ano de 1972 foi um grande marco para o debate ambiental devido ao enorme impacto gerado pela publicação do relatório do Clube de Roma, mas também por conta da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em junho deste mesmo ano na cidade de Estocolmo, Suécia (evento mais conhecido como Conferência de Estocolmo). Essa conferência foi muito importante por diversos motivos para a agenda ambiental. Um dos mais simbólicos deles foi o de ter sido a primeira grande reunião de chefes de estado convocada pela ONU para debater a questão ambiental, em sua relação com o desenvolvimento econômico. Outros motivos que valem a pena serem citados neste trabalho são: a inauguração da agenda ambiental; a publicação da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (que elencou 26 princípios fundamentais, definidos durante a conferência, para a agenda ambiental internacional); e a criação do *United Nations Evironment Program* (UNEP). Neste momento, queremos apenas focar na análise de alguns trechos da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano - também conhecida como Declaração de Estocolmo (UN, 1972; Senado Federal [62]).

Abaixo, citaremos trechos de alguns princípios que nos chamaram a atenção:

> *Principle 3*
> *The capacity of the earth to produce vital renewable resources must be maintained and, wherever practicable, restored or improved (UN, 1972, p. 4).*[63]
>
> *Principle 4*
> *Man has a special responsibility to safeguard and wisely manage the heritage of wildlife and its habitat,*
> *which are now gravely imperilled by a combination of adverse factors. Nature conservation, including wildlife, must therefore receive importance in planning for economic development (UN, 1972, p. 4).*[64]

---

[61] Os termos empregados nessa frase visaram ser fieis aos utilizados no discurso do relatório *Os Limites do Crescimento*.

[62] http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo-rio-92-agenda-ambiental-paises-elaboracao-documentos-comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.aspx. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

[63] "Princípio 3: A capacidade da terra de produzir recursos renováveis vitais deve ser mantida e, sempre que possível, restaurada ou melhorada". Tradução nossa.

[64] "Princípio 4: O homem tem a responsabilidade especial de preservar e gerir sabiamente o patrimônio da vida selvagem e do seu habitat, que agora estão gravemente ameaçados por uma combinação de fatores adversos. A conservação da natureza, incluindo a vida selvagem, deve, portanto, receber importância no planejamento para o desenvolvimento econômico". Tradução nossa.

> *Principle 8*
> *Economic and social development is essential for ensuring a favourable living and working environment for man and for creating conditions on earth that are necessary for the improvement of the quality of life (UN, 1972, p. 4).*[65]
>
> *Principle 13*
> *In order to achieve a more rational management of resources and thus to improve the environment, States should adopt an integrated and co-ordinated approach to their development planning so as to ensure that development is compatible with the need to protect and improve environment for the benefit of their population (UN, 1972, p. 4).*[66]

Esses princípios destacados acima são interessantes pela visão de mundo que manifestam. Neles, o ser humano é pensado como gestor do meio ambiente/da natureza/do planeta. A natureza aparece como um conjunto de recursos e serviços mecânicos (sem vida, alma, inteligência e dignidade) a serem gerenciados pelo homem, para seu benefício.

"O homem tem a responsabilidade especial de preservar e gerir sabiamente o patrimônio da vida selvagem e do seu habitat". Esse trecho do princípio 4 é muito curioso, pois é apresentado como se fosse uma espécie de senso comum, de obviedade. No entanto, se o examinarmos com cuidado, sua obviedade facilmente pode ser colocada em questão. Afinal, quem conferiu ao homem a "responsabilidade especial de preservar e gerir" a natureza? Seria ele uma entidade distinta e superior à natureza, deuses cuja missão divina é gerenciar a vida e as entidades físicas do planeta, de forma a melhorá-las[67]? Teria o homem uma racionalidade elevada a tal ponto que o torna capaz de gerir e melhorar o planeta Terra[68]? Seria ele superior e diferente do planeta Terra? O que se quer dizer com <u>melhorar</u>? Que tipo de razão o homem pode mobilizar para essa finalidade, a quantitativista de mercado?

A maneira de sentir e pensar a realidade expressa nesses princípios produz uma noção de mundo-fábrica/mundo-mercado, transforma tudo em mercadoria, simplificando o mundo a partir de conceitos elementares da economia e da administração. Ou seja, pode-se afirmar que a visão de mundo expressa nesses princípios é a da sociedade produtora de mercadorias; que, no entanto, parece começar uma nova etapa histórica, por aprofundar uma espécie de cosmologia da mercadoria (realidade enxergada a partir da lente da economia e da administração, de forma a

---

[65] "Princípio 8: O desenvolvimento econômico e social é essencial para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável <u>e para criar condições na terra</u> que sejam necessárias para a melhoria da qualidade de vida". Tradução nossa.

[66] "Princípio 13: A fim de alcançar uma <u>gestão mais racional dos recursos</u> e, assim, <u>melhorar o meio ambiente</u>, os Estados devem adotar uma abordagem integrada e coordenada ao seu planejamento de desenvolvimento, a fim de assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente para o bem de sua população". Tradução nossa.

[67] Palavra utilizada nos princípios 3 e 13.

[68] Conforme dito no princípio 13.

reduzir a complexidade da natureza a questões de gestão de recursos, de mercadorias transformadas ou potenciais).

Por fim, o último ponto que queremos destacar a respeito do discurso desses princípios é o de que, neles, encontra-se a noção de que o plano de desenvolvimento das nações deve levar em conta o meio ambiente. Em outras palavras, deve-se pensar de forma integrada as questões de desenvolvimento e ambientais, de forma a garantir condições estáveis de vida para as gerações presentes e futuras (UN, 1972).

As ideias e visões de mundo propostas nesses princípios tiveram uma ampla relevância internacional, dado que foram produzidas na primeira grande reunião de chefes de estado convocada pela ONU para debater a problemática ambiental. Além disso, nesta mesma reunião foi criada a UNEP (que mais tarde se estabeleceu como o órgão ambiental permanente da ONU) e inaugurada uma agenda ambiental internacional. O fato de essas ideias e visões de mundo terem sido apresentadas nesse contexto as deram projeção e relevância internacionais. Deste momento em diante, o debate ambiental passou a ter de referenciá-las, dialogar com elas, seja para desenvolvê-las e confirmá-las, ou para refutá-las (SACHS, 2000).

Outro conjunto de ideias e visões de mundo que pautaram fortemente o debate ambiental internacional, foram as da publicação *Os Limites do Crescimento*, do Clube de Roma: particularmente, a crítica ao crescimento e a noção de sustentabilidade (SACHS, 2000).

Ao longo da década de 1970 e início da de 1980, houve um intenso debate internacional a respeito da questão ambiental, e uma noção que ganhou força neste debate foi a de *sustentabilidade*. Neste período, surgiram muitas definições do que viria a ser sustentabilidade. A maior parte delas buscava pensar a possibilidade de conciliação entre a noção de desenvolvimento e a questão ambiental. Ou seja, por exemplo, a ideia de uma forma de desenvolvimento que seja capaz de se sustentar no tempo, por não esgotar os recursos planetários de forma a ameaçar a sobrevivência do tecido social e da estrutura econômica vigentes. Muitas propostas foram elaboradas e diversos nomes foram cunhados para representá-las – por exemplo, o termo *ecodesenvolvimento* foi o empregado na Conferência de Estocolmo para representar o projeto ambiental pensado pela conferência. No entanto, no final dos anos 1970 um desses nomes prevaleceu sobre os demais, devido à forte pressão do lobby industrial americano e à intervenção pessoal de Henry Kissinger: *desenvolvimento sustentável*. Faz sentido que a poderosa indústria americana tenha preferido esse termo, afinal ele não significa nada em específico, pode ser usado em diversos contextos. Isso porque a noção de *desenvolvimento* diz respeito a um certo tipo de estruturação da economia que possibilita a ela um "crescimento sustentável por si mesmo"; em outras palavras, uma economia que consegue sustentar o seu

crescimento (mensurado em PIB) de forma autônoma, sem depender, por exemplo, de outras nações. Portanto, a junção da palavra *desenvolvimento* com a palavra *sustentável* não produz nenhum significado específico na área ambiental[69]. Pode-se entender de muitas formas o que viria a ser esse tal *desenvolvimento sustentável* – é possível aceitar sob esse termo inclusive a proposição de uma estrutura econômica que leve em consideração a crise ambiental e, ao mesmo tempo, busque crescer para sempre o seu PIB. A plasticidade deste termo permitia à indústria americana continuar defendendo os seus interesses, apropriando o discurso ambiental para um formato que não ameaçasse a sua estrutura de poder e dinheiro, e essa foi a provável razão de ele ter sido por ela defendido (BOLIS et al., 2014; LATOUCHE, 2009; ZACCAI, 2012).

A consolidação do termo *desenvolvimento sustentável*, como um grande eixo central da agenda de debate ambiental ocorreu no final da década de 1970. No entanto, havia uma dificuldade em pensar e implementar ações globais baseadas na noção de *desenvolvimento sustentável* porque não existia, até aquele momento, um entendimento comum a respeito do que ele viria a ser. A novidade do termo estimulou um amplo debate a seu respeito, de forma que surgiram muitas definições diferentes, e algumas delas eram tão distintas entre si que contradiziam umas as outras ou mal podiam ser comparadas – dado o grau com que diferiam qualitativamente (BOLIS et al., 2014; ZACCAI, 2012).

Foi nesse contexto que, em 1983, a ONU criou a *World Commission on Environment and Development* (WCED)[70], com a missão de formular uma "agenda global para mudança" [*a global agenda for change*] (WCED, 1987). Mais especificamente, essa comissão nasceu com dois grandes objetivos:

> *to propose long-term environmental strategies for achieving sustainable development by the year 2000 and beyond.*[71]
> *(…)*
> *to help define shared perceptions of long-term environmental issues and the appropriate efforts needed to deal successfully with the problems of protecting and enhancing the environment, a long term agenda for action during the coming decades, and aspirational goals for the world community.*[72] *(WCED, 1987, p. 5).*

---

[69] E inclusive produz um efeito inverso, traz para a temática ambiental termos que estavam sendo muito usados internacionalmente para tratar de assuntos exclusivamente econômicos (LATOUCHE, 2009). Ou seja, utiliza a linguagem da economia como forma de abordar a questão ambiental.

[70] Em português, *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.*

[71] "Propor estratégias ambientais de longo prazo para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2000 e além". Tradução nossa.

[72] "Para ajudar a definir percepções compartilhadas de questões ambientais de longo prazo e os esforços apropriados necessários para lidar de forma bem sucedida com os problemas de proteção e a melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo para ação durante as próximas décadas e metas aspiracionais para a comunidade mundial". Tradução nossa.

Ou seja, o grande objetivo que levou a Assembleia Geral da ONU a criar a WCED foi o de buscar produzir um entendimento comum, em nível internacional, sobre a crise ambiental e a sua solução, que seria por meio de um projeto de *desenvolvimento sustentável*. Como mencionado anteriormente, até então, no cenário internacional, havia vários tipos de definições acerca do que viria a ser *desenvolvimento sustentável*. A WCED surgiu como resposta a esse cenário, tendo como meta padronizar um entendimento comum sobre o termo *desenvolvimento sustentável*, de forma a possibilitar a criação de uma agenda global de ação para o longo prazo, a qual visaria consolidar mundialmente um projeto de *desenvolvimento sustentável* até o ano 2000 e além[73].

O primeiro grande trabalho que a WCED desenvolveu nessa direção foi a produção de um relatório, que viria a se tornar uma grande referência na área ambiental, por sua definição de *desenvolvimento sustentável*: *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*[74], publicado em 1987 (WCED, 1987).

Antes de mencionar a noção de *desenvolvimento sustentável* desenvolvida nesse relatório, iremos destacar alguns pontos importantes a respeito de sua concepção. O primeiro deles é o de que a WCED reconhece que o meio ambiente não "existe enquanto uma esfera separada das ações, ambições e necessidades humanas"[75], e que o debate acerca do desenvolvimento não deve se restringir à busca pela produção de riqueza material. Segundo argumenta a WCED, essas duas grandes áreas se interpenetram e são interdependentes, de forma que não podem ser pensadas de forma separada e, portanto, somente uma abordagem interdisciplinar seria capaz de dar conta da complexidade de uma análise integrada dos temas ambientais e econômicos. Para produzir tal análise, a WCED afirma, na página 3 de *Nosso Futuro Comum*, ter reunido uma equipe de muito diversa, composta por: Ministros das Relações Exteriores, funcionários de finanças e planejamento, formuladores de políticas em agricultura, ciência e tecnologia. No entanto, a diversidade parece ocorrer apenas na superfície, pois todos os setores citados fazem parte do *establishment*, compartilham uma grande visão de mundo comum, a da sociedade produtora de

---

[73] Podemos pensar que esse foi um movimento de reação das elites globais à ameaça ao *status quo* que representava a questão ambiental. O debate que estava sendo feito naquelas décadas tocava em mecanismos centrais que davam sustentação ao poder e dinheiro das elites globais, e, de forma mais ampla, ao modo de produção capitalista – por exemplo, um deles, que já mencionamos anteriormente, é o mecanismo da acumulação, do crescimento infinito, da reprodução ampliada. Portanto, embora não tenhamos evidências diretas que possam confirmar essa ideia, faz sentido pensar que, ao ver a possibilidade de sua base de poder e dinheiro ameaçadas, as elites globais se mobilizaram para tomar a frente da pauta ambiental, tendo como estratégia de longo prazo a produção de um discurso universal (que lhes fosse favorável) a respeito do diagnóstico e da solução da crise ambiental – sob o nome *desenvolvimento sustentável*.

[74] Em referência à Gro Harlem Brundtland, que chefiou a WCED por muitos anos, desde a sua criação, e que teve forte influência na elaboração desse relatório.

[75] The environment does not exist as a sphere separate from human actions, ambitions, and needs (WCED, 1987, p. 7).

mercadorias. A WCED vai ainda mais longe, dizendo que para ampliar ainda mais as vozes escutadas, iria organizar diversos encontros ao redor do mundo para ouvir, por exemplo, representantes de movimentos ambientais, de povos tradicionais, de povos indígenas etc. Porém, o que observamos no relatório é uma linguagem excessivamente técnica e com uma forte marca de termos das áreas da economia e administração. Ou seja, se a linguagem de outras ciências que têm prestígio nas sociedades de mercado ocidentais (como a ecologia, a biologia e a sociologia), não aparecem de forma relevante no relatório final, demonstrando a importância secundária com que foram tratadas; podemos inferir que a consulta a saberes tradicionais e populares deve ter sido encarada apenas como uma espécie de jogada de marketing. A ideia parece ser vender a noção de que esse relatório foi fruto de um extenso esforço global, envolvendo pessoas dos mais variados setores, países e civilizações – como se toda a humanidade estivesse abraçando a causa da WCED para trabalhar em prol de um futuro comum. Isso não só não aconteceu, como, após todo o esforço dessa grande variedade de pessoas consultadas, o resultado foi a produção de um relatório de linguajar técnico que reforça os valores da cultura ocidental capitalista (WCED, 1987).

Sobre esse tema, vale a pena destacar dois trechos do relatório:

> *We joined the Commission with different views and perspectives, different values and beliefs, and very different experiences and insights. After these three years of working together, travelling, listening, and discussing, we present a unanimous report*[76] *(WCED, 1987, p. 8).*
> *(…)*
> *Each one of the Commissioners would have chosen different words if writing the report alone. Still, we managed to agree on the analysis, the broad remedies, and the recommendations for a sustainable course of development*[77] *(WCED, 1987, p. 9).*

O primeiro trecho descreve de forma triunfalista o fato de se ter produzido um relatório unânime, "superando"[78] as diferenças de visões de mundo, crenças e perspectivas que havia entre os membros da comissão na etapa inicial do projeto. Ou seja, partiu-se do complexo, do diverso,

---

[76] "Nós nos juntamos à Comissão com diferentes visões e perspectivas, diferentes valores e crenças, e experiências e insights muito diferentes. Depois desses três anos trabalhando juntos, viajando, ouvindo e discutindo, nós apresentamos um relatório unânime". Tradução nossa.

[77] "Cada um dos comissários teria escolhido palavras diferentes se tivesse escrito o relatório sozinho. Ainda assim, conseguimos chegar a um acordo sobre a análise, os remédios gerais e as recomendações para um curso de desenvolvimento sustentável". Tradução nossa.

[78] O termo está entre aspas para denotar que essa é a visão que o relatório pretende passar. Porém, um exame mais cuidadoso do discurso do relatório pode revelar algo estranho que não está sendo dito. Fala-se de uma espécie de superação das diferenças; mas isso pode ser feito de forma construtiva ou impositiva. Na primeira forma, o embate entre as diferenças gera algo novo, constrói uma nova possibilidade a partir de elementos das possibilidades em embate. Já a forma impositiva elimina as diferenças a partir da força, o elemento mais forte do embate impõe aos demais a sua forma de ser. Pelas razões apresentadas nessa página e na anterior, acreditamos que a "superação" das diferenças na elaboração do relatório se deu de forma impositiva – mesmo que, muito provavelmente, essa imposição tenha ocorrido de forma velada, não tão explícita e violenta (WCED, 1987).

do múltiplo, e chegou-se no simples, no homogêneo, no unânime – e o discurso do relatório tenta passar a ideia de que isso foi uma virtude, um feito desejável. Já o segundo trecho, revela como isso foi feito, dando a entender que a complexidade foi dissolvida pela produção de consensos gerais e por meio de uma linguagem que se sobrepôs às demais. As palavras, os detalhes são importantes, podem fazer toda a diferença e, inclusive, apontar para uma outra visão de mundo e para outras possibilidades de organizar a vida coletiva. Por essa razão, não é trivial o fato de a WCED ter privilegiado uma linguagem técnica, ocidental e permeada de termos de mercado em seu relatório final.

Essa discussão a respeito da forma do Relatório Brundtland foi feita porque essa estratégia, de vender o discurso produzido no relatório como sendo fruto de um esforço coletivo a nível mundial que foi mobilizado em prol do futuro da "humanidade", parece ter se tornado o modo padrão de difundir a visão de mundo do projeto do *desenvolvimento sustentável*. Essa parece ser uma das formas preferidas para se dar legitimidade a esse discurso, que se pretende universal, um projeto político global.

Passaremos agora para uma breve análise de trechos desse relatório as quais nos permitirão compreender a forma como ele, de modo geral, constrói sua definição de *desenvolvimento sustentável*.

> *We also found grounds for hope: (…) that a new era of economic growth can be attained, one based on policies that sustain and expand the Earth's resource base; and that the progress that some have known over the last century can be experienced by all in the years ahead. But for this to happen, we must understand better the symptoms of stress that confront us, we must identify the causes, and we must design new approaches to managing environmental resources and to sustaining human development*[79] *(WCED, 1987, p. 29).*

Sobre esse trecho, é, primeiramente, interessante notar o uso superficial da palavra *progresso*. Apesar do relatório não definir de forma direta o que entende por *progresso* nesse trecho – da mesma forma como não o faz em outras partes do relatório nas quais utiliza a palavra *progresso* – podemos inferir, com base nas informações apresentadas até aqui em nosso trabalho, que a WCED pensa o progresso como progresso quantitativo, do mais pelo mais, definido dentro dos limites culturais e estruturais do capital. O desejo é o de que o modelo de progresso obtido por "alguns" (pelos países desenvolvidos) possa generalizar-se. Não se critica esse modelo de progresso e, logo, não se critica a lógica do modo de produção capitalista.

---

[79] "Também encontramos motivos para ter esperança: (...) que uma nova era de crescimento econômico pode ser alcançada, crescimento esse baseado em políticas que sustentem e expandam a base de recursos da Terra; e que o progresso que alguns conheceram no último século possa ser experimentado por todos nos anos que virão. Mas, para que isso aconteça, precisamos entender melhor os sintomas de estresse que nos confrontam, precisamos identificar as causas e devemos criar novas abordagens para administrar recursos ambientais e sustentar o desenvolvimento humano". Tradução nossa.

Na parte final desse trecho, aparece um discurso que veio a se tornar muito frequente na área ambiental (após o estabelecimento global do programa do *desenvolvimento sustentável*), que pode, a grosso modo, ser resumido da seguinte forma: é necessário aprimorar as ferramentas de diagnóstico dos problemas ambientais para que, a partir de um entendimento mais sofisticado do cenário estudado, seja possível elaborar melhores técnicas de gestão de recursos ambientais as quais possam contribuir para a sustentação do "desenvolvimento humano"[80]. Portanto, esse é um discurso o qual afirma que tanto o diagnóstico quanto as soluções desses problemas são de âmbito técnico. E não qualquer técnica, mas sim uma que permita uma melhor gestão (por meio de um controle mais aperfeiçoado) dos recursos planetários de forma a contribuir para o crescimento econômico (mensurado em PIB)[81]. O que se revela nas camadas mais profundas de um discurso como esse é uma visão de mundo a qual projeta a forma mercadoria na natureza; ou, em outras palavras, que pensa a natureza como estoques de mercadorias a serem geridos para o acúmulo de capital, que, nessa visão de mundo, significa progresso, desenvolvimento humano.

Dando prosseguimento a construção de seu argumento, o relatório menciona algumas ideias curiosas. A primeira é a de que a pobreza se tornou um dos principais fatores de destruição ambiental global – pelo fato de que a população sujeita à pobreza e à fome tem uma alta propensão a destruir o meio ambiente que a cerca, em busca de meios de subsistência. Logo, políticas ambientais devem levar em consideração a necessidade de um programa de desenvolvimento o qual seja capaz de promover um crescimento econômico acelerado, para que a pobreza possa ser solucionada rapidamente. Porém, há uma outra questão que deve ser destacada, segundo o relatório: a de que nos locais onde a economia cresceu de forma a produzir melhorias no padrão de vida (nos ditos países "desenvolvidos"), o resultado desse crescimento também foi destruição ambiental (WCED, 1987, p. 29).

> *Thus today's environmental challenges arise both from the lack of development and from the unintended consequences of some forms of economic growth*[82] *(WCED, 1987, p. 29).*

Com esse argumento, a WCED pretende defender o mecanismo do crescimento, da acumulação de capital. A necessidade de crescer infinitamente a economia não é contestada; e o

---

[80] Termo extremamente genérico que, provavelmente, é citado como sinônimo de progresso quantitativo – que é fruto da mentalidade da civilização ocidental capitalista; e, portanto, nada tem de "humano", sendo não mais que uma das formas possíveis de expressão do "humano" (ELIAS, 1993; 2008).

[81] Além disso, a forma de apresentação desse discurso produz a sensação de que há **um** problema a ser compreendido e **uma** solução a ser encontrada (que, no caso, é o desenvolvimento sustentável). Ou seja, a complexidade é reduzida de forma a produzir um mundo unidimensional, uma única possibilidade de viver, organizar, sentir e pensar a existência humana.

[82] "Assim, os desafios ambientais de hoje surgem tanto da falta de desenvolvimento quanto das consequências não intencionais de algumas formas de crescimento econômico". Tradução nossa.

crescimento é vendido como a solução dos problemas ambientais. No entanto, com a ressalva de que não é qualquer tipo de crescimento que pode se adequar às necessidades impostas pela crise ambiental – pois há formas de crescimento as quais provocam destruição no meio ambiente. Ou seja, segundo essa lógica, o problema não é o crescimento, mas sim o tipo de crescimento.

A partir do que foi apresentado até aqui acerca dos argumentos do Relatório Brundtland, já podemos inferir uma outra ideia central do relatório: a de que as questões ambientais e econômicas estão interligadas e, por essa razão, devem ser abordadas de forma integrada.

> *Thus economics and ecology must be completely integrated in decision making and lawmaking processes not just to protect the environment, but also to protect and promote development*[83] *(WCED, 1987, p. 36).*

Essa noção da necessidade de uma abordagem integrada entre economia e ecologia nos processos de tomadas de decisão não é exatamente original do Relatório Brundtland. O que podemos atribuir a esse relatório foi sua capacidade de estabelecer internacionalmente uma forma específica de realizar essa integração. Sobre essa forma, o relatório não faz comentários explícitos, porém, ao analisarmos o texto completo, concluímos que a solução da WCED foi a de integrar economia e ecologia de forma hierárquica. A economia ocuparia a hierarquia superior, ditando as pautas e estabelecendo a linguagem e os termos de discussão, de forma que a ecologia seja convocada somente como complemento necessário para auxiliar na pauta econômica. E, por essa razão, iniciou-se um processo de filtragem e tradução da ecologia para que esta fale a linguagem do valor, a linguagem do mercado. O resultado final foi uma ecologia podada e subserviente à economia, e a essa forma de integração deu-se o nome de *desenvolvimento sustentável* (CARADONNA, 2014; MARQUES, 2016; WCED, 1987).

Abaixo citaremos um trecho do relatório o qual exemplifica o tipo de ecologia mercadificada que o Relatório Brundtland propõe:

> *A forest may be depleted in one part of a watershed and extended elsewhere, which is not a bad thing if the exploitation has been planned and the effects on soil erosion rates, water regimes, and genetic losses have been taken into account*[84] *(WCED, 1987, p. 43).*

---

[83] "Portanto, a economia e a ecologia devem ser completamente integradas nos processos de tomada de decisão e de formulação de legislações, não apenas para proteger o meio ambiente, mas também para proteger e promover o desenvolvimento". Tradução nossa.

[84] "Uma floresta pode estar esgotada em uma parte de uma bacia hidrográfica e se estender para outra região, o que não é uma coisa ruim se a exploração tiver sido planejada e os efeitos nas taxas de erosão do solo, regimes hídricos e perdas genéticas tiverem sido levados em conta". Tradução nossa.

Esse trecho, de aparência simples e desimportante revela uma visão de mundo extremamente violenta e mecanicista. Nele a morte de seres vivos é tratada com uma frieza contábil, como mera alteração na alocação de estoques de recursos. De forma que todo o processo de destruição e morte que envolve o esgotamento de uma floresta é visto como algo trivial, banal, desde que não haja perdas significativas de "estoques". Logo, para essa visão de mundo, a alocação ineficiente de "estoques" é algo que sensibiliza e preocupa muito mais do que o fato da morte de milhares de seres vivos. Isso ocorre porque essa forma de pensar e sentir enxerga a natureza como um conjunto de recursos inseridos em processos mecânicos, sem dignidade, vida, inteligência e sensibilidade; e, portanto, como objetos de gestão, como mercadorias.

Toda a discussão acerca do Relatório Brundtland feita até aqui teve o propósito de aprofundar o entendimento da noção de *desenvolvimento sustentável* presente no relatório. Tal entendimento mais amplo não seria possível a partir de uma simples análise da definição de *desenvolvimento sustentável* apresentada pelo relatório, pois ela é excessivamente simples, vaga e sucinta, como poderemos perceber abaixo:

> *Sustainable development seeks to meet the needs and aspirations of the present without compromising the ability to meet those of the future. Far from requiring the cessation of economic growth, it recognizes that the problems of poverty and underdevelopment cannot be solved unless we have a new era of growth*[85] *(WCED, 1987, p. 39).*

Ao longo do relatório, outras pequenas variações dessa mesma definição são apresentadas, porém essa é a versão mais conhecida quando se fala em Relatório Brundtland (BOLIS *et al.*, 2014; CARADONNA, 2014; ZACCAI, 2012). Um dos fatos mais curiosos acerca dessa definição é o de que, nela, não há nenhuma menção direta ao meio ambiente[86]. Fala-se apenas das pautas quantitativas do progresso/do desenvolvimento, ou seja, da necessidade de garantir a produção e distribuição de riquezas materiais – dado que, segundo essa maneira de pensar, riqueza material é sinônimo de progresso, de sucesso de uma civilização. A questão então parece ser planejar o crescimento da economia (mensurado em valor, em PIB) para que seja possível satisfazer as necessidades do presente sem, com isso, exaurir recursos ambientais de modo a prejudicar a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas necessidades materiais. Logo, a questão ambiental foi resumida à criação de estratégias de alocação de

[85] "O desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a capacidade de atender às necessidades do futuro. Longe de exigir a cessação do crescimento econômico, reconhece que os problemas da pobreza e do subdesenvolvimento não podem ser resolvidos a menos que tenhamos uma nova era de crescimento". Tradução nossa.

[86] Demonstrando o quão vago, para a área ambiental, é o termo *desenvolvimento sustentável* – conforme foi argumentado anteriormente em nosso trabalho.

"recursos"/"estoques" as quais possibilitem a manutenção, no longo prazo, das bases materiais do crescimento econômico, de forma que o mecanismo de produção de riqueza material (de mercadoria) possa operar sem empecilhos tanto no presente quanto no futuro distante.

De forma geral, o Relatório Brundtland pode ser pensado como uma continuidade da agenda ambiental iniciada pelo Clube de Roma e pela Conferência de Estocolmo. Isso porque ele trabalha sobre o mesmo eixo de análise, discorre sobre os mesmos temas, tratando-os de maneira muito semelhante (tecnificando o assunto) e utilizando um tipo de linguagem técnica similar – que tende a focar em termos das áreas da economia, administração e gestão. No entanto, o Relatório Brundtland introduziu uma novidade: a defesa do crescimento infinito da economia.

Em *Os Limites do Crescimento*, como dito anteriormente, há um alerta aos problemas ocasionados pelo ritmo exponencial com que as sociedades de mercado consumiam os recursos ambientais, e associou-se tal ritmo com o crescimento da economia (mensurado em PIB). Um dos principais argumentos do Clube de Roma é o de que a sociedade do crescimento não pode ser sustentável no longo prazo e está fadada a destruição maciça do meio ambiente, do qual sua economia depende. Isso porque ela está organizada no sentido de um crescimento econômico infinito, que, logicamente, provocará crescente pressão sobre os ecossistemas e recursos planetários. Portanto, o Clube de Roma sugere abordagens que redirecionem a sociedade ocidental na direção do equilíbrio, ao invés do crescimento – o que poderia inclusive significar frear as taxas de crescimento econômico. Tal proposição não foi explorada de forma profunda em *Os Limites do Crescimento*, porém ela é extremamente radical, pois põe em questão a engrenagem central do modo de produção capitalista: o movimento da acumulação de capital, da reprodução ampliada[87]. Essa crítica ganhou muita força nos anos 1970, de forma que, provavelmente, preocupou as grandes elites globais as quais têm como base constitutiva de seu poder e riqueza o modo de produção capitalista. Embora, não possamos comprovar isso de forma direta, parece ser o que ocorreu, pois, poucos anos depois, surge o Relatório Brundtland, como uma espécie de resposta a essa crítica. A grande novidade desse relatório foi produzir um discurso contrário ao crescimento exponencial das taxas de consumo dos recursos planetários (de forma similar ao que foi feito em *Os Limites do Crescimento*, 1972); preservando, no entanto, dessa crítica a lógica do crescimento econômico infinito. Não só o crescimento da economia não é criticado, como é apresentado como a solução para a crise ambiental. O Relatório Brundtland propõe, então, uma nova era de crescimento econômico acelerado, fazendo, porém, a ressalva de que alguns tipos de crescimento econômico podem ser destrutivos ao meio ambiente, e, por essa razão, deve-se buscar formas de crescimento que sejam sustentáveis. Ou seja, o Relatório

[87] Ou, para utilizar a linguagem do relatório, o crescimento econômico infinito/exponencial.

Brundtland, de forma sutil, pretende proteger uma das principais bases da civilização ocidental contemporânea, o capital. Além disso, o que se deseja é uma maior universalização/expansão dessa civilização, por meio de reformas que a tornem "mais eficiente", "mais sustentável" (CARADONNA, 2014, cap. 5; LEFF, 2002; LEE *et al.*, 2000; MARQUES, 2016; MEADOWS *et al.*, 1972; WCED, 1987).

O desejo de expansão/universalização da civilização ocidental capitalista pode ser observado em trechos como esses, do Relatório Brundtland:

> *No single blueprint of sustainability will be found, as economic and social systems and ecological conditions differ widely among countries. Each nation will have to work out its own concrete policy implications. Yet irrespective of these differences, sustainable development should be seen as a global objective*[88] *(WCED, 1987, p. 39).*
>
> *Thus the goals of economic and social development must be defined in terms of sustainability in all countries - developed or developing, market-oriented or centrally planned*[89] *(WCED, 1987, p. 41).*

Nesses trechos, a WCED argumenta com muita ênfase sobre a necessidade de que o projeto de *desenvolvimento sustentável* proposto por eles seja adotado em todos os países – independentemente, de suas particularidades econômicas. Dessa forma, o Relatório Brundtland pode ser pensado como um projeto de poder. A crítica dos anos anteriores à acumulação de capital suscitou uma reação energética das elites globais. Tal reação tomou a forma da elaboração de um projeto que fosse capaz de capturar a pauta ambiental, construindo um consenso internacional a seu respeito; e, ao mesmo tempo, utilizar esse consenso como justificativa para a expansão das fronteiras do capital (LEFF, 2002).

Esse projeto de nome *desenvolvimento sustentável* teve início com a publicação do Relatório Brundtland, mas, dada a escala de sua ambição, foi pensado como um projeto de longo prazo, o qual visava consolidar-se até o ano 2000 e além (WCED, 1987, p. 5).

Nesse momento de nosso trabalho, pensamos ser importante ressaltar a razão de termos gasto tanta energia na análise do Relatório Brundtland, sendo que esse não é o nosso objeto de estudo. A todo o momento da digressão histórica realizada neste trabalho, nunca perdemos de vista o local onde pretendemos chegar: a criação da NCC e de seu discurso de *capital natural*. Portanto, cada etapa dessa investigação histórica foi cuidadosamente pensada para que não nos

---

[88] "Nenhum modelo único de sustentabilidade será encontrado, já que os sistemas econômicos e sociais e as condições ecológicas diferem amplamente entre os países. Cada nação terá que elaborar suas próprias implicações políticas concretas. No entanto, independentemente dessas diferenças, o *desenvolvimento sustentável* deve ser visto como um objetivo global". Tradução nossa.

[89] "Portanto, os objetivos do desenvolvimento econômico e social devem ser definidos em termos de sustentabilidade em todos os países - desenvolvidos ou em desenvolvimento, economia de mercado ou de planejamento central". Tradução nossa.

desviássemos do eixo central que propusemos percorrer – de forma que o nosso objeto de estudo está sempre presente em todo o caminhar da análise, porque toda pesquisa histórica foi sempre direcionada a partir dele, de forma a buscar o seu entendimento; e, logo, o estudo desses momentos históricos sempre acaba sendo o estudo de nosso objeto. Dito isso, quanto à ênfase específica que demos ao Relatório Brundtland, ela ocorreu devido a duas razões principais. A primeira é a de que ele, ao mesmo tempo que pode ser compreendido como uma grande síntese de todo o processo histórico que o antecedeu, foi, também, um momento de ruptura e de inauguração de uma nova agenda ambiental, em torno da noção de *desenvolvimento sustentável* (a qual pretende preservar da crítica ambiental a lógica da acumulação de capital). A segunda razão é a de que todo o processo histórico subsequente que estudaremos em nosso trabalho ocorreu dentro do grande eixo estabelecido pela agenda do *desenvolvimento sustentável*; e, por esse motivo, uma compreensão aprofundada da gênese dessa agenda nos permitirá percorrer o restante do percurso histórico que levará à NCC de forma mais sucinta – dado que ficará claro que os movimentos históricos seguintes são desdobramentos e desenvolvimentos do que foi estabelecido pelo Relatório Brundtland; e, desse modo, não precisaremos entrar em detalhes acerca dos seus pressupostos, de qual é a visão de mundo subjacente aos seus discursos[90], de forma que nossa análise poderá focar nas mudanças mais externas.

Dando prosseguimento ao nosso estudo, faremos agora uma breve menção ao próximo grande marco histórico do programa do *desenvolvimento sustentável*: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como ECO-92 ou Rio 92), organizada pela ONU, em 1992, no Rio de Janeiro. Esta conferência, foi um marco importante para o programa do *desenvolvimento sustentável* porque foi um importante passo no sentido de sua institucionalização. Por mais que o Relatório Brundtland tenha sido importante, ele foi apenas um relatório; já a Rio 92 foi uma conferência convocada pela ONU, na qual estavam presentes diversos chefes de estado e ONGs, com a finalidade de debater os problemas ambientais e de desenvolvimento, de modo a produzir um programa de ação global de *desenvolvimento sustentável* – como resposta aos desafios encontrados. Ou seja, houve um esforço internacional (envolvendo instituições nacionais e internacionais) para encontrar maneiras de colocar em prática o programa de *desenvolvimento sustentável*, que até então era uma ideia que não havia sido traduzida em ação, de forma relevante. Dois resultados dessa conferência que queremos destacar são a produção da *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* e da *Agenda 21* (CARADONNA, 2014, cap. 5; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995).

---

[90] Pois isso já terá sido feito com o Relatório Brundtland.

A *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (1992) se assemelha muito, na forma, à *Declaração de Estocolmo* (1972), sendo um pequeno documento que contém 27 princípios, os quais visam guiar políticas ambientais e de desenvolvimento na direção do *desenvolvimento sustentável*. Desses, mencionaremos apenas o princípio 3, pois ele reafirma a definição de *desenvolvimento sustentável* elaborada pelo Relatório Brundtland (1987). Portanto, apenas com esse olhar de sobrevoo já é possível perceber que a Rio 92 dá continuidade a um processo histórico que se iniciou em 1972, passando pela publicação do Relatório Brundtland em 1987. De forma que a Rio 92 pode ser entendida como herdeira de esforços que já perduravam 20 anos (CARADONNA, 2014, cap. 5-6; UN, 1972).

O outro documento produzido na Rio 92, esse sim mais extenso e de maior impacto, foi a *Agenda 21*. Esse documento foi elaborado com a finalidade de fornecer um quadro detalhado para a implementação do programa do *desenvolvimento sustentável* em âmbito global – logo, é um programa voltado para a ação, o qual visa direcionar a agenda ambiental internacional (CARADONNA, 2014, cap. 5-6).

Sobre a *Agenda 21*, muito poderia ser dito, pois é um documento extenso o qual trata de diversos tipos de assunto. O que, no entanto, nos interessará no trabalho com esse documento será fazer duas observações, uma de natureza geral e outra de natureza mais específica. A primeira é a de que ele, em sua essência, propaga a visão de mundo contida no Relatório Brundtland[91], aprofundando-a, dando-lhe um corpo mais robusto e complexo. A segunda observação é a de que a *Agenda 21* faz uma crítica contundente ao SNA, pelo fato desse documento não ser capaz de fornecer ferramentas econômicas adequadas para que as nações, em seus planos de desenvolvimento, possam pensar em soluções para a crise ambiental (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995).

> *Os indicadores comumente utilizados, como o produto nacional bruto (PNB) e as medições dos fluxos individuais de poluição ou de recursos, não dão indicações adequadas de sustentabilidade. Os métodos de avaliação das interações entre diferentes parâmetros setoriais ambientais, demográficos, sociais e de desenvolvimento não estão suficientemente desenvolvidos ou aplicados. É preciso desenvolver indicadores do desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para a tomada de decisões em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade auto-regulada dos sistemas integrados de meio ambiente e desenvolvimento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995, p. 468-469).*
>
> *Os sistemas de tomada de decisão vigentes em muitos países tendem a separar os fatores econômicos, sociais e ambientais nos planos político, de planejamento e de manejo. Esse fato influencia as ações de todos os grupos da sociedade, inclusive Governos, indústria e indivíduos,*

[91] Também a dos momentos históricos anteriores ao Relatório Brundtland os quais foram apresentados em nosso trabalho. No entanto, a conexão é mais clara com o Relatório Brundtland, pela defesa do programa do *desenvolvimento sustentável* – o qual foi criado para preservar a lógica de acumulação de capital.

> *e tem importantes implicações no que diz respeito à eficiência e sustentabilidade do desenvolvimento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995, p. 98).*
>
> *Um primeiro passo rumo à integração da sustentabilidade ao manejo econômico é determinar mais exatamente o papel fundamental do meio ambiente enquanto fonte de capital natural e enquanto escoadouro dos subprodutos gerados durante a produção de capital pelo homem e por outras atividades humanas. Visto que o desenvolvimento sustentável tem dimensões sociais, econômicas e ambientais, também é importante que os procedimentos nacionais de contabilidade não se restrinjam à quantificação da produção dos bens e serviços remunerados convencionalmente. (...) Propõe-se a adoção, em todos os países, de um programa para o desenvolvimento de sistemas nacionais de contabilidade ambiental e econômica integrada (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995, p. 109-110).*

Separamos esses trechos da *Agenda 21* para demonstrar como o documento desenvolve essa problemática. Os elaboradores do documento estão claramente preocupados com a possibilidade da implementação de um programa global de *desenvolvimento sustentável*. Porém, conforme eles argumentam, um dos grandes obstáculos para isso é o fato de que no processo de tomada de decisão dos Governos, das indústrias e dos indivíduos, pensa-se as questões econômicas, sociais e ambientais de forma separada. Parte relevante da razão pela qual isso acontece, segundo eles, é o fato de não existirem instrumentos de planejamento capazes de integrar essas variáveis. A principal ferramenta utilizada pelos Estados para elaborar seus planos de desenvolvimento, o SNA, não é capaz de realizar essa operação. Por esse motivo, a *Agenda 21* recomenda que seja criado um "programa para o desenvolvimento de sistemas nacionais de contabilidade ambiental e econômica integrada", programa esse que será tema da etapa seguinte de nosso trabalho.

2.3. Do SEEA à NCC: a era do capital natural

Pode-se dizer que a crise ambiental colocou em crise o paradigma estabelecido pelo SNA, pois este não continha mecanismos capazes de responder a ela. Essa crise paradigmática aprofundou-se de forma notável com os debates levantados pela *World Commission on Environment and Development* (1987) e pela Agenda 21 (da Rio 92, 1992). Nestes eventos, muito se criticou o SNA por ele não considerar variáveis ambientais em seus métodos de mensuração quantitativa de progresso. Talvez possamos colocar a grande questão básica desse momento da seguinte forma: deverá o modo de produção capitalista adequar-se às demandas da crise ambiental, ou deverá a crise ambiental adequar-se às demandas do modo de produção capitalista? A primeira opção significaria uma profunda reestruturação da forma de organização social, o que, inevitavelmente, desmontaria os blocos de concentração de poder e de dinheiro estabelecidos nas sociedades de mercado contemporâneas. Portanto, como é lógico supor, os grupos poderosos, de alcance e

influência internacionais, apostaram na segunda opção, que, então, passaria pela necessidade de responder à crise do SNA propondo uma reforma paradigmática[92]. O primeiro esboço relevante, internacionalmente, dessa tentativa foi a publicação da ONU, em 1993, do documento *Handbook of National Accounting: Integrated Environmental and Economic Accounting* (ou *System of Environmental-Economic Accounting 1993*, SEEA-1993). O objetivo desse documento era, como sugerido pelo título, buscar métodos integrados de contabilização econômica e ambiental. Para ser possível tal integração, sugeriu-se a noção de capital natural – dado que, como explicado no início deste capítulo, ela sugere a possibilidade de traduzir os processos biogeoquímicos planetários em termos contábeis, econômicos, em valor (CARADONNA, 2014; LEFF, 2002; MARQUES, 2016; UN, 1993; 2014a).

Um ano depois, em 1994, a *UN Statistical Commission*[93] (UNSC) estabelece o *London Group on Environmental Accounting*, com o objetivo de criar um espaço o qual permitisse a troca de experiências no desenvolvimento e implementação de contas ambientais, de modo que, futuramente, esse grupo pudesse contar com uma base sólida de especialistas em contas ambientais (UNSD, 2012; 2013).

Paralelamente a isso, o SEEA-1993 continuou sendo debatido e testado até que, em 2003, fosse revisado e republicado. No entanto, o SEEA-2003 ainda apresentava algumas inconsistências que não permitiriam a ele ser adotado como padrão estatístico internacional da ONU (UN, 2014b).

Por esse motivo, no ano de 2005, a UNSC criou o *UN Commitee of Experts on Environmental-Economic Accounting* (UNCEEA) com a missão de coordenar o trabalho de revisão do SEEA-2003, visando aperfeiçoar o documento de modo que ele pudesse, em um momento futuro, ser adotado como padrão estatístico internacional. Diversos grupos de especialistas em contabilidade ambiental forneceram suporte a esse processo de revisão, dentre eles o mais importante foi o *London Group on Environmental Accounting* (UN, 2014b; UNSD, 2012; 2013).

O resultado desse esforço foi a criação e subsequente adoção como padrão estatístico internacional do *System of Environmental-Economic Accounting Central Framework* (SEEA CF) em 2012 [94]. Uma análise de trechos desse documento revela fatos interessantes:

---

[92] Como visto no item anterior, a *Agenda 21* foi um dos mais importantes momentos, na história do debate ambiental, no qual se levantou a necessidade imediata de uma reforma no SNA – no sentido da criação de sistemas nacionais de contabilidade ambiental e econômica integrada.

[93] Comissão Estatística das Nações Unidas.

[94] Embora tenha sido adotado pela ONU em 2012, ele foi publicado somente no ano seguinte. Organizações que apoiaram a publicação desse documento: agencias da ONU; Comissão Europeia; FAO; OCDE; FMI; Banco Mundial (UN, 2014b; UNSD, 2012; 2013).

> *We encourage all countries to compile their environmental-economic accounts on the basis of the SEEA-Central Framework, to report statistics derived from it and to continue to work together to address the remaining challenges in this domain to provide an even more comprehensive set of environmental-economic accounts (UN, 2014b, p. iv).* [95]

Vemos, neste fragmento do documento, que os grupos sociais responsáveis pela proposta do SEEA CF encorajam todos os países à adotarem esse paradigma. O que está subentendido é que eles esperam que todos concordem com o diagnóstico do problema e a forma de solução: encontrar um método contábil que demonstre a interação entre o meio ambiente e a economia e que permita estimar o valor dos "estoques" e "fluxos" naturais. O ideal é que todos se unam e trabalhem juntos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento deste paradigma, de modo que ele possa ser adotado de forma cada vez mais eficiente por todos.

Também vale a pena citar parte do prefácio escrito pelo Ban Ki-Moon, na página v do documento:

> *By providing internationally agreed concepts and definitions on environmental-economic accounting, it is an invaluable tool for compiling integrated statistics, deriving coherent and comparable indicators and measuring progress towards sustainable development goals (UN, 2014b, p. v).* [96]

Esse trecho, além de demonstrar o foco estatístico e a linguagem econômica, que são predominantes ao longo de todo o documento, é interessante por deixar explícita a preocupação de encontrar novos métodos quantitativos de mensuração do progresso. Vale ressaltar, mais uma vez, que o SEEA CF não se propõe como ruptura do SNA, mas sim como uma complexificação dos métodos quantitativos elaborados por esse documento, ao introduzir as varáveis ambientais no âmbito das estatísticas das contas nacionais. O discurso elaborado no documento de forma a tentar justificar essa reforma paradigmática pode ser resumido da seguinte forma: os governos, ao realizarem os seus planos econômicos, têm como parâmetro os dados fornecidos pelas contas nacionais, os quais são coletados seguindo as diretrizes do SNA, e, por esse motivo, não contabilizam dados a respeito dos recursos naturais e ecossistemas, sendo, então, esses, negligenciados nas decisões de planejamento econômico nacionais. A crise ambiental seria

---

[95] "Nós encorajamos todos os países a compilar suas contas econômico-ambientais com base na Estrutura Central do SEEA, a relatar estatísticas derivadas dela e a continuar trabalhando em conjunto para enfrentar os desafios remanescentes nessa área, a fim de fornecer um conjunto ainda mais abrangente de contas econômico-ambientais". Tradução nossa.

[96] "Ao fornecer conceitos e definições internacionalmente acordados sobre contabilidade econômico-ambiental, ele é uma ferramenta inestimável para compilar estatísticas integradas, derivar indicadores coerentes e comparáveis e medir o progresso em direção a objetivos de desenvolvimento sustentável". Tradução nossa.

consequência dessa negligencia e, logo, para solucioná-la é necessário desenvolver métodos de quantificação e valoração dos recursos naturais e ecossistemas, de modo que esses dados possam compor o conjunto estatístico das contas nacionais, sendo, dessa forma, considerados no planejamento econômico. Essa visibilidade proporcionada pela contabilidade ambiental levaria os governos a tomarem decisões mais bem informadas a respeito do meio ambiente e de sua relação com a economia, de modo a mover a economia para uma direção mais sustentável. Tal raciocínio lógico é uma das principais bases do discurso que busca legitimar esforços de natureza similar ao SEEA CF (UN, 2014b).

Com essa explicação geral já é possível perceber que a visão de mundo e as estratégias e abordagens argumentativas do SEEA não são originais, mas, sim, fazem parte do processo histórico descrito nos itens 2.1 e 2.2 de nosso trabalho.

Antes de prosseguir, parece ser útil apresentar esta figura, a qual elaboramos com a finalidade de oferecer ao leitor um resumo condensado e visual do processo histórico narrado da criação do SNA ao SEEA CF:

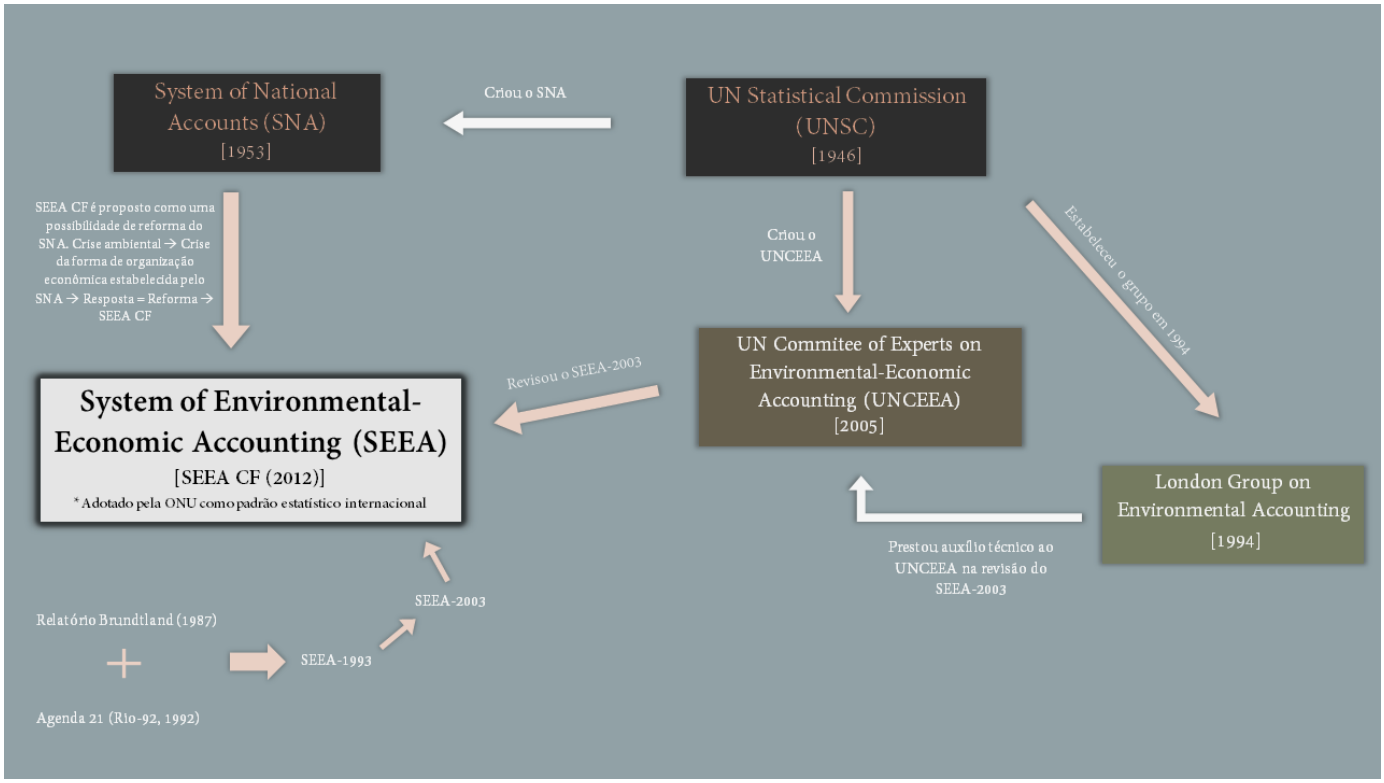

Figura 2. Processo histórico da criação do SEEA CF.

Fonte: Figura elaborada por nós.

Dada a complexidade do processo histórico que descrevemos até aqui, pensamos que essa figura poderia seria útil, por apresentar de forma esquemática todos os grandes movimentos

ocorridos, no âmbito da história material, desde a criação do SNA até a adoção do SEEA CF (2012) como padrão estatístico internacional para a elaboração da contabilidade nacional.

Paralelamente aos desenvolvimentos mais recentes desse processo, surge, em 2010, a *Wealth Accounting and the Valuation of Ecosystem Services* (WAVES), que consiste em uma coalizão [97] liderada pelo Banco Mundial com o objetivo de promover o *desenvolvimento sustentável* ao assegurar que os recursos naturais sejam integrados no plano de desenvolvimento e nas contas econômicas nacionais – por meio do conceito de *capital natural*. Essa coalizão funcionou como uma espécie de braço ativista, difusor do SEEA CF – dado que o SEEA CF é somente um documento que contém uma proposta de padrão internacional, a qual não tem meios de ser imposta, é necessário esforço político para que os países o adotem. Sua missão e existência foram planejadas para durar cinco anos, período no qual a WAVES promoveu as noções e métodos de Contabilização de Capital Natural [*Natural Capital Accounting,* NCA] propostos pelo SEEA CF, e realizou testes de implementação de NCA em países desenvolvidos e subdesenvolvidos (MILLER, 2016; WAVES, 2012).

O conjunto SEEA CF e WAVES forneceu a base conceitual e auxiliou na promoção de políticas famosas na área ambiental. Ambas as iniciativas são desdobramentos do grande projeto do *desenvolvimento sustentável*. A maior contribuição que elas trouxeram para esse projeto foi a criação e posterior divulgação de uma contabilidade ambiental e econômica integrada. Esta contabilidade integrada, por sua vez, para que funcionasse, precisaria de uma forma de comunicação e tradução entre as áreas ambiental e econômica. A solução para essa questão já havia sido, de forma geral, esboçada no *Relatório Brundtland* (1987) e na *Agenda 21*: construir um sistema hierárquico, no qual a ecologia se submete a economia, sendo convocada para auxiliar nas pautas da economia[98]; e, para tal, procurar desenvolver formas de traduzir os processos biogeoquímicos planetários na linguagem do mercado (que se comunica por meio da simbologia do valor). No entanto, a grande novidade do SEEA CF e do WAVES foi focar em uma peça, um mecanismo, para realizar essa operação de tradução: a noção de *capital natural*[99]. Diferentemente, por exemplo, da *Agenda 21*, o SEEA CF e o WAVES tornaram o *capital natural* o conceito central de seus discursos, desenvolvendo-o a ponto de criar todo um sistema de contabilidade econômica e um discurso ambiental ao seu redor e de torná-lo um conceito referência para a produção de

---

[97] Coalizão ampla, composta por agências da ONU, institutos internacionais, governos, ONGs e por organizações acadêmicas (MILLER, 2016; WAVES, 2012).

[98] Por exemplo, para as questões "como manter um crescimento econômico acelerado no longo prazo?"; "como sustentar o desenvolvimento por um longo período, de modo dar continuidade a esse programa de crescimento exponencial da produção de riquezas materiais (mensuradas em PIB)?"; ou ainda "como fazer com que as questões ambientais se tornem aliadas e não um empecilho para o projeto do *desenvolvimento*?".

[99] Que, vale ressaltar, já estava presente na *Agenda 21*, porém, de forma pouco desenvolvida e com um papel mais secundário dentro do discurso do relatório (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995).

análises integradas de meio ambiente e economia. Tal esforço foi capaz de inserir, por meio de sua incorporação no programa do *desenvolvimento sustentável*, a noção de *capital natural* na pauta ambiental internacional, de forma que essa noção ganhou crescente destaque internacional a partir deste momento histórico (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995; MILLER, 2016; WAVES, 2012; UN, 2014a; 2014b).

A NCC surge (em 2014) para complementar todos esses trabalhos de difusão do paradigma do capital natural em âmbito institucional e governamental, concentrando esforços em um nível até então pouco trabalhado, o nível da mentalidade empresarial.

Neste momento de nossa análise, já temos material suficiente para responder uma das perguntas levantadas no início deste capítulo, a qual nos lançou nessa investigação histórica: "Como pôde essa noção de *capital natural* penetrar de maneira tão capilar em todos os cantos do globo?" [principalmente quando consideramos o seu tão breve tempo de existência, dado que a NCC surgiu em 2014]. Tendo em vista todo o processo histórico descrito até aqui, podemos perceber que a NCC nasceu no interior de um movimento histórico antigo, iniciado, embora de forma ainda muito embrionária, na década de 1950. Por essa razão, a NCC se beneficiou de um projeto no qual por muito tempo se investiu poder, dinheiro e tempo de trabalho; e esse investimento foi de tal ordem que esse projeto conseguiu transformar-se no hegemônico em todo o globo. Essa hegemonia alcançou tal ordem que instituições internacionais e nacionais foram criadas e/ou reformadas para tornarem-se aptas a agirem de acordo com as pautas ditadas por esse projeto. Portanto, a NCC já nasceu dentro de um projeto hegemônico, sendo criada para atender a demandas surgidas no interior deste projeto: a principal sendo difundir de forma mais capilar a noção de *capital natural*, nos moldes como foi desenvolvida pelo SEEA CF e promovida pelo WAVES. Tanto o SEEA CF quanto o WAVES foram iniciativas direcionadas para o âmbito estatal; já a NCC surgiu com o foco nas organizações empresariais, ou seja, é uma próxima etapa de difusão da noção de *capital natural* – e de toda a visão de mundo subjacente a ela. Desde sua concepção, a NCC já contava com o fato de trabalhar dentro de um discurso hegemônico, e, logo, tinha apoio de grandes instituições internacionais e nacionais – inclusive porque foram elas que, de acordo com seus próprios interesses e demandas, se mobilizaram em prol da criação da NCC. Esses fatos podem ajudar a explicar como, em tão pouco tempo de existência, a NCC conseguiu atingir escala relevante em nível internacional e difundir de forma significativa a noção de *capital natural* de sua preferência[100].

O extenso percurso histórico apresentado neste capítulo teve um propósito principal. A NCC, como dissemos anteriormente, é uma coalisão que não publica relatórios e muitos textos

[100] A noção defendida pelo SEEA CF e o WAVES.

de análise de sua autoria; sua preocupação maior é com a possibilidade da difusão, em escala global, de um discurso padronizado e unificado a respeito da noção de *capital natural*. Para tal finalidade, ela focou seus esforços na elaboração de um protocolo geral (do qual se ramificaram protocolos específicos para diferentes setores da economia) o qual deve ser seguido por todos os membros (como, por exemplo, a WWF e a UNEP) da coalisão quando estes forem elaborar suas análises e relatórios. A intenção da NCC é que, por meio desse protocolo, os quase 300 membros da coalisão produzam um discurso ambiental padronizado (em torno da noção de *capital natural*), tanto em forma quanto em conteúdo. Essa estratégia, por sua vez, cria a impressão de que há um consenso internacional, uma verdade universal para o tratamento da temática ambiental. Dado esse foco da NCC, ela apresenta uma escassa produção textual, de forma que, se trabalhássemos somente com esses textos, produziríamos uma análise de pouca profundidade e complexidade. Ou seja, toda a contextualização histórica apresentada neste capítulo teve o objetivo de nos fornecer ferramentas mais aprofundadas de análise. O conhecimento dos processos históricos que desembocaram na NCC, permite que façamos um mergulho mais profundo no discurso dessa coalisão, de forma que cada palavra por ela empregada possa ser complexificada, ganhando todo o peso de uma história, de um processo maior que a precede.

Terminada, então, essa contextualização histórica, no capítulo seguinte analisaremos de forma um pouco mais aprofundada o discurso da NCC, para, em seguida, debater a consistência e as consequências das ideias difundidas por ela.

3. A REALIDADE COMO MERCADORIA

O fato de a NCC ter como uma das principais bases de seu discurso a noção de *capital natural* promovida pelo SEEA CF e pelo WAVES pode provocar no leitor a seguinte dúvida: irá este trabalho analisar os discursos do SEEA CF e do WAVES para buscar compreender a noção de *capital natural* da NCC? Isso não será feito, porque as leituras que fizemos das produções textuais do WAVES e do documento SEEA CF indicam que a essência da noção de *capital natural* elaborada por eles permanece a mesma no discurso da NCC, e com uma vantagem principal: o discurso apresentado pela NCC filtra a linguagem técnica, complexa e extensa dessas iniciativas, de forma a extrair o núcleo fundamental da noção de *capital natural* elaborada por elas. Como nosso trabalho se propõe a fazer um estudo da visão de mundo presente no discurso do *capital natural*, como apresentado pela NCC, é justamente esse núcleo fundamental que nos interessa, sendo, então, suficiente a análise direta da produção da NCC.

Quanto à NCC, gostaríamos de fazer algumas observações, antes de partirmos para a análise do discurso apresentado por ela: a NCC, como já mencionado anteriormente em nosso trabalho, produziu muito pouco material escrito; a maior parte do discurso escrito da NCC encontra-se em seu site; os poucos textos publicados pela NCC repetem, de forma muito similar (às vezes idêntica), frases, parágrafos e imagens[101] presentes no site da coalizão[102]. Essa repetição acontece especialmente em trechos nos quais se define a noção de *capital natural* e a grande visão/o projeto da coalizão. Ou seja, trechos em que podemos encontrar de forma clara e sintética a visão de mundo propagada pela NCC. Como nos interessa justamente analisar essa visão de mundo, selecionamos como principal material de estudo os textos presentes no site da coalizão[103].

Dito isso, partamos agora para a análise do texto – encontrado no site da NCC – em que a coalizão define o que entende por *capital natural*:

---

[101] Em alguns casos as imagens são repetidas, mas com um padrão de cores diferente.

[102] Observações baseiam-se em um exame detalhado que fizemos do site da NCC (https://naturalcapitalcoalition.org) e de documentos da coalizão, como NCC (2014; 2016a; b; c; d; e).

[103] Se escolhêssemos, como material de análise, os documentos publicados pela NCC encontraríamos as mesmas informações; porém, de forma fragmentada, mais detalhada e extensa, tendo, portanto, o trabalho adicional de reconectá-las e simplifica-las, de modo a delas extrair o aspecto que é essencial para a nossa pesquisa: a noção geral de *capital natural* e a visão de mundo que ela expressa. Por essa razão, escolhemos focar nosso estudo no site, principalmente nas páginas onde a noção de *capital natural* é definida e a visão/o projeto da coalizão é apresentado (dado que o site, além de ser uma fonte que centraliza as ideias da NCC, as simplifica, expondo-as em sua essência, tornando mais fácil o nosso trabalho de análise de discurso). Caso o site da coalizão passe por alguma modificação, todas as informações contidas nos trechos e imagens que analisaremos poderão ser facilmente encontrados na leitura dos materiais da NCC citados em nossa referência bibliográfica – principalmente no texto *The Path Towards the Natural Capital Protocol: A Primer for Business* (NCC, 2016d).

> *Natural capital is another term for the stock of renewable and non-renewable resources (e.g. plants, animals, air, water, soils, minerals) that combine to yield a flow of benefits to people. The benefits provided by natural capital include clean air, food, water, energy, shelter, medicine, and the raw materials we use in the creation of products. It also provides less obvious benefits such as flood defence, climate regulation, pollination and recreation.*[104]

Esse trecho foi apresentado no início do capítulo anterior, no entanto, pensamos ser útil repeti-lo nesse momento porque agora poderemos observá-lo tendo em mente todo o processo histórico que o originou e nos aprofundarmos em sua análise. Nesse processo, principalmente no período de estabelecimento da agenda do *desenvolvimento sustentável*, buscou-se adequar as demandas levantadas pelo debate ambiental às demandas da reprodução ampliada, do processo de acumulação de capital – que é a base de sustentação e a estrutura produtora de sentido do modo de produção capitalista (KURZ, 2004; MARX, 2011). A fórmula encontrada para realizar essa operação foi a de montar um diálogo hierárquico entre ecologia e economia, no qual a ecologia era convocada a contribuir com as pautas da economia. Devido ao fato de a economia ser a condutora desse diálogo, ditando as pautas e definindo as questões fundamentais a serem tratadas, foi o universo simbólico e a linguagem da economia que historicamente se impuseram no debate ambiental. Por essa razão, a ecologia incorporada na agenda do *desenvolvimento sustentável* passou por uma transformação, sendo filtrada, simplificada e ressignificada para que pudesse falar a linguagem do valor, do capital. Foi a partir desse momento que, progressivamente, se utilizou símbolos e termos da economia para tratar de temas ambientais[105]. O trecho selecionado acima demonstra que o discurso da NCC faz parte deste processo histórico. Assim como o *Relatório Brundtland* (1987), a *Agenda 21* (1992), o SEEA CF (2012) e outras iniciativas descritas no capítulo anterior, a NCC utiliza termos contábeis, econômicos, administrativos – ou, dito de outra forma, termos de mercado, da linguagem do valor – para tratar da questão ambiental. Isso pode ser evidenciado, primeiramente, pelo fato de a coalizão utilizar a noção de *capital natural* como o núcleo fundamental de seu discurso ambiental. Embora a palavra *natural* não tenha a marca de nenhuma disciplina específica, a *capital* certamente o tem, sendo um termo central para a área da economia (LEFF, 2002; MARX, 2011). Em segundo lugar, esse fato também pode ser observado na forma como o termo *capital natural* é definido. Nessa definição, os processos biogeoquímicos

---

[104] "Capital natural é um outro termo para o estoque de recursos renováveis e não renováveis (por exemplo, plantas, animais, ar, água, solos, minerais) que se combinam para produzir um fluxo de benefícios para as pessoas. Os benefícios fornecidos pelo capital natural incluem ar limpo, comida, água, energia, abrigo, medicina e as matérias-primas que utilizamos na criação de produtos. Ele também fornece benefícios menos óbvios como defesa contra inundações, regulação do clima, polinização e recreação". Tradução nossa. <disponível em: http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital/, acesso em 15 de novembro de 2018>.

[105] Esse parágrafo resume processos que foram detalhados no capítulo anterior.

planetários, com toda a sua diversidade e complexidade, são pensados a partir da noção simplista de *estoque*: "Capital natural é um outro termo para o estoque de recursos renováveis e não renováveis (por exemplo, plantas, animais, ar, água, solos, minerais) que se combinam para produzir um fluxo de benefícios para as pessoas". Ou seja, a natureza como um todo é examinada a partir da lente da economia, do universo simbólico da mercadoria, para que se encontre nela fonte de *valor*, de *estoques* de *recursos* capazes de proporcionar um "fluxo de benefícios" ao "ser humano". Nessa operação, filtra-se toda a complexidade qualitativa, e mesmo quantitativa, da natureza, de modo a transformá-la em um conceito morto, abstrato e puramente quantitativo (em termos do universo linguístico da mercadoria) chamado *estoque*. Afinal, se pararmos um pouco para refletir, não é absurda a ideia de classificar a partir do conceito de *estoque* a argila, o barro, o ferro, a borboleta, a onça, o oxigênio, a jabuticabeira, a sequoia, o jequitibá, o girassol, a grama, o rio, o mar, a chuva, as nuvens, a cobra, o cachorro, a formiga, a abelha, o nitrogênio, o ouro, o calcário, o vento, a baleia, o besouro e etc.? Se isso é feito, é porque pensa-se que, em algum nível, tudo isso é igual[106]. Mas o que há de igual, por exemplo, entre a nuvem, a baleia, o oxigênio, a borboleta e o ouro? Essa operação nada tem de estritamente lógica, de óbvia, mas, no entanto, a NCC não deixa claro com que pressupostos, com que visão de mundo trabalha. Sua estratégia parece ser a oposta, a de vender uma ideologia. A NCC, em seu discurso, parece apresentar suas ideias de forma bastante simples, "direta ao ponto", para tentar produzir no leitor a noção de que essas ideias são tão óbvias, verdades tão universalmente aceitas, que não há por trás delas qualquer juízo de valor, visão de mundo específica, interesse de poder e de dinheiro. Portanto, seriam ideias ausentes de falhas e contradições, e, por isso, não precisariam ser debatidas e descritas de forma profunda.

Voltando ao trecho em que se define *capital natural*, podemos observar que todos os processos biogeoquímicos planetários, além de serem pensados como potenciais *estoques*, também são entendidos como potenciais *recursos*, de tipos *renováveis* e *não renováveis*. A ideia de classificar a natureza como *estoque* é uma violenta simplificação da realidade, assim como o é classificá-la como *recurso*[107], palavra que carrega diversos valores de mundo em comum com *estoque* e que

---

[106] Dado que somente a partir de alguma igualdade é que se pode construir a noção de um conjunto, classificável a partir de um único conceito – capaz de unir todos os membros desse conjunto.

[107] Um fato que deve ser destacado a respeito dessas duas palavras é que elas são comumente empregadas para falar de mercadorias, de objetos inanimados, mortos, que serão, em algum momento, consumidos por alguma atividade produtiva, ou consumidos diretamente como mercadoria. No entanto, no trecho destacado do site da NCC, a noção de *estoque* e de *recurso* é utilizada para se referir também a seres vivos, a plantas e animais. Essa operação lógica demonstra a o grau de violência das ideias defendidas pela NCC, pois para se reduzir um ser vivo a mero *recurso*, a mero *estoque*, é necessário produzir uma visão de mundo que lhe destitua de sua dignidade, beleza, inteligência, singularidade e lhe negue a sua própria vida. Da mesma forma, isso pode ser visto no uso, que se tornou comum ao longo do processo de estabelecimento do programa do *desenvolvimento sustentável*, das palavras *renovável/não renovável* que acompanham o termo

remete à noção de *insumo*, de objeto de consumo direto ou a ser utilizado e consumido por alguma atividade de transformação, de produção[108]. Agora, se a natureza pode ser entendida como um conjunto de *estoques* de *recursos* a serem consumidos, surge uma dúvida: por quem? Se a natureza é pensada pela NCC como *estoques* de *recursos*, é porque, para a coalizão, há um proprietário desses *estoques* (afinal, a noção de *estoque* pressupõe a noção de *posse*, de *propriedade*, de alguém que estoca) e um consumidor desses *recursos* (dado, que a noção de *recursos* pressupõe a existência de *consumo*, de algo que, de alguma forma, consuma esses *recursos*). Que entidade seria essa que não faz parte da natureza e a tem como propriedade e objeto de consumo? Segundo a visão de mundo expressa no discurso da coalizão, essa entidade é o *ser humano*. A noção de que o *ser humano* é distinto da natureza e a tem como propriedade para que a consuma de forma a satisfazer as suas necessidades, é apresentada pela NCC como se fosse uma obviedade, algo elementar, um senso comum. Porém, um exame mais cuidadoso dessa noção pode demonstrar que ela nada tem de objetiva, foi construída historicamente por uma civilização específica – a ocidental. Ela nada tem de neutra e óbvia. Afinal, se o homem não faz parte de todo o conjunto de atividades biogeoquímicas planetárias, de onde ele vem? Se o ser humano é uma entidade

---

recurso. Essas palavras, também escondem ideias violentas em relação à natureza, principalmente quando são empregadas para se referirem a seres vivos. Por exemplo, o eucalipto é considerado um *recurso renovável*, pois pode-se cortá-lo e plantar uma nova leva de eucaliptos em seu lugar, de forma a haver mais eucaliptos para serem cortados em um período seguinte – então, é um *recurso* que pode ser "renovado". Essa maneira de pensar é extremamente abstrata, pois abstrai tudo que é real de cada árvore de eucalipto: sua dignidade, beleza, padrão de cores, textura, forma, cheiro e inteligência – que são todas qualidades que se manifestam de maneira singular em cada árvore, nunca se repetindo da exata mesma forma. Por fim, é negada a qualidade de estar vivo da árvore de eucalipto, toda a profundidade e complexidade com que a vida se manifesta nessa árvore. Ou seja, a vida é abstraída, banalizada, objetificada, a ponto de ser possível dizer que o eucalipto (ou qualquer ser vivo, excluindo o ser humano) é um *recurso renovável*, dado que a morte de um indivíduo de eucalipto pode ser, segundo essa maneira de pensar, completamente compensada pelo plantio de uma nova árvore (ELIAS, 1993; 2008; KOYRÉ, 1988; MARX, 2011; NCC, 2014; 2016a; b; c; d; e; 2017a; b; SOUSA SANTOS et al, 2014).

[108] Embora estejamos, nesse momento, fazendo uma crítica específica ao discurso da NCC, é sempre importante relembrar que ela não inventou esse discurso economicista sobre a natureza. Como já apontado no capítulo anterior, esse tipo de discurso foi intensamente desenvolvido em décadas anteriores, tendo como grandes expoentes iniciativas como o *Relatório Brundtland* (1987), a *Agenda 21* (1992), o SEEA CF (2012) etc. Nesses documentos, já é possível encontrar a utilização da palavra *recursos* (as vezes com o complemento *renováveis/não renováveis*) para se referir aos processos biogeoquímicos planetários. Em alguns deles, também podemos encontrar a utilização da palavra *estoques*, da forma como utilizada pela NCC – principalmente no SEEA CF; nos outros documentos, a noção de *estoque* é empregada, mas não exatamente da mesma maneira que a NCC. Por exemplo, no *Relatório Brundtland* e na *Agenda 21* esses termos econômicos ainda não estavam completamente fundidos com a discussão ambiental. Em certos momentos foram empregados para falar de economia; e, em outros, de forma menos destacada e com relativa baixa frequência, apareceram em análises de assuntos ambientais. Ao observar isso, mais uma vez, confirmamos a nossa hipótese de que a NCC é o aprofundamento de um processo maior que a precede. Nos textos dessa coalizão, por exemplo, os assuntos ambientais e econômicos são sempre tratados de forma integrada, e a linguagem da economia aparece constantemente com destaque nas discussões ambientais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995; NCC, 2014; 2016a; b; c; d; e; 2017a; b; UN et al., 2012; WCED, 1987).

estranha ao planeta Terra, como ele foi formado? Além disso, como foi conferido ao ser humano o título de propriedade sobre o planeta que habita? E a própria noção de propriedade do homem sobre a natureza, seria ela objetiva, uma espécie de lei natural do universo? Se sim, então, poderíamos pensar que tal lei teria de ter sido criada junto com o universo, antes da existência do ser humano. Com essas observações, buscamos evidenciar o fato de que o discurso da NCC faz parte de uma visão de mundo (ocidental e moderna, em sua etapa capitalista), foi criada a partir de uma forma de pensar e sentir o mundo determinada historicamente. Outra noção marcada historicamente nessa definição de *capital natural* é a que sublinharemos a seguir: "Capital natural é um outro termo para o estoque de recursos renováveis e não renováveis (por exemplo, plantas, animais, ar, água, solos, minerais) que se combinam para produzir um fluxo de benefícios para as pessoas". Esse trecho, além de tudo que já foi dito acima, apresenta a ideia de que os *estoques* de *recursos* (ou seja, a natureza) interagem entre si de forma a "produzir um fluxo de benefício para as pessoas". Dito de outra forma, há processos biogeoquímicos planetários os quais se movimentam no sentido da satisfação das necessidades do homem. Portanto, a razão última da existência da natureza[109] é satisfazer/gerar benefícios para o homem. Essa noção[110] não é de forma alguma objetiva, neutra, mas, sim, é fruto de uma maneira de pensar construída e tornada válida por um processo histórico de uma civilização específica[111] (ELIAS, 1993; 2008; KOYRÉ, 1988; LE GOFF, 1996; MARQUES, 2016; MARX, 2011; SOUSA SANTOS et al, 2014).

As ideias presentes no trecho citado acima, são também apresentadas, na mesma página do site da coalizão[112], de forma sintética, por meio de uma figura:

---

[109] Desse momento em diante, iremos generalizar o argumento estendendo-o para a natureza como um todo. Afinal, é muito vaga e movediça uma definição de *capital natural* que seja aplicada somente para os *estoques* de *recursos* que são úteis, geram "benefícios para as pessoas". Isso porque, se há algo na natureza que não pode ser, atualmente, gerido como *estoque* com potencial de geração de benefícios, de *valor*, pode ser que no futuro haja. Por exemplo, é possível imaginar que no final do século XIX não se pensasse as areias das praias como potencial fonte de benefícios, de *valor*; porém, isso mudou com a terceira Revolução Industrial, pois essa areia é uma das principais matérias primas necessárias para a fabricação de microprocessadores. Portanto, se, hoje, algo não é visto como *capital natural*; amanhã o pode ser – o estudo do processo histórico descrito no capítulo anterior pode apontar para a existência de uma vontade, de certos grupos poderosos, de estabelecer, globalmente, uma visão de mundo a qual entende a natureza enquanto mercadoria potencial, enquanto potencial gerador de *valor*. O importante para nós é observar que essa maneira de pensar está sempre buscando na natureza fontes potenciais de produção de *valor*; e, por esse motivo, pensamos ser válido afirmar que o que a NCC argumenta a respeito dos processos biogeoquímicos que, atualmente, são entendidos como *capital natural*, pode ser estendido para a natureza como um todo.

[110] Que é uma forma específica de antropocentrismo (MARQUES, 2016).

[111] Ou seja, há, no discurso da NCC, camadas históricas mais profundas do que as apresentadas no capítulo anterior – que se preocupou mais com a apresentação de uma história material do processo mais diretamente relacionado às origens da NCC.

[112] Informação encontra-se em: http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital/, acesso em: 17 de novembro de 2018.

Figura 3. Definição de capital natural.

Fonte: NCC (http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital/).

Nesta figura observamos um movimento, uma direção para os processos naturais. O primeiro quadro trata do *capital natural* (ou seja, dos *estoques* de *recursos*), representando-o pelas imagens de árvores, pássaros, montanhas, de um rio, fazendo alusão à água, e de linhas que, provavelmente, representam o solo. Na parte inferior desse quadro, é apresentada uma palavra a qual resumiria todas essas imagens: *biodiversidade*. O que a NCC parece querer demonstrar com isso é que quanto maior for a *biodiversidade* de um determinado local, maior será o seu *capital natural*, sua quantidade de *estoques* de *recursos*. Já o segundo quadro, remete à ideia de que esses *estoques* de *recursos* interagem entre si de modo a formar *fluxos* de *serviços* ecossistêmicos e *serviços* abióticos[113]. Tendo o trecho citado no início deste capítulo como material de auxílio[114], podemos

[113] *Serviços*: esse é mais um termo de mercado que passou a ser amplamente utilizado na temática ambiental, tanto pela economia, quanto por essa nova ecologia. Além desse fato, é interessante notar que esse termo, ao ser utilizado para descrever processos naturais, carrega em si a visão antropocentrista que descrevemos acima. Isso porque pensa os ecossistemas e o mundo abiótico (para utilizar as palavras da coalizão) como prestadores de *serviços* ao ser humano. Ou seja, reforça a ideia de que "estoque de recursos renováveis e não renováveis [...] se combinam para produzir um fluxo de benefícios para as pessoas". Também podemos pensar que o uso dessa palavra em conjunto com as já mencionadas, começa a quase construir uma espécie de cosmovisão: segundo a qual toda a existência está contida dentro de uma entidade maior, o mercado. Portanto, para essa maneira de pensar e sentir a mundo, o mercado não seria somente uma criação humana, que existe unicamente dentro dos limites das relações humanas; mas, sim, é uma entidade que se confunde com a própria realidade. Afinal, somente uma visão de mundo como essa poderia olhar para os processos biogeoquímicos do planeta (para a chuva, para a floresta tropical, para as algas, para a montanha, para o rio, para as abelhas, para o vento etc.) e projetar neles a ideia de prestadores de *serviços* – com o beneficiário desses *serviços* sendo o ser humano. Então, há duas noções reveladas por essa forma de empregar a palavra *serviço*: a primeira, é a de que todos os processos planetários (incluindo todos os seres vivos) existem para gerar benefícios para o ser humano; a segunda, é a de que o mercado engloba, além das relações humanas, toda a natureza, de forma que inclusive a relação entre o homem e a natureza constitui-se em uma relação de mercado, na qual a natureza é a prestadora de *serviços* e o ser humano o beneficiário desses *serviços* (MARQUES, 2016).

pesar que do lado esquerdo desse quadro estão representados os seguintes *serviços* ecossistêmicos: produção de oxigênio[115], comida (simbolizada pelo peixe) e água. O lado direito, por sua vez, parece representar dois tipos de *serviços* abióticos: energia (simbolizada pelo torre, da qual saem dois fios em direção ao solo), e as "matérias-primas que utilizamos na criação de produtos" (simbolizadas pelo carrinho de mineração contendo algum material empilhado, que supomos ser ouro, devido à cor utilizada na imagem e porque o ouro é um material que historicamente se associa à *valor*, que é o título do terceiro quadro, e o carrinho de mineração está no limite entre o segundo e o terceiro quadro). O fato de a suposta pilha de ouro estar no canto mais à direita do quadro, no seu limite, perto de uma abertura na linha que contorna o quadro, e o fato do nome do próximo quadro ser "*valor: benefícios para os negócios e para a sociedade*" não parece ser aleatório. A NCC deve ter escolhido essa forma de disposição das imagens para dar uma ideia de direção de fluxo, de processo de transformação, que vai, necessariamente[116], da natureza/do *capital natural*/da *biodiversidade* para o *valor* – e também para a geração de "*benefícios* para as pessoas", de *valor-de-uso*, como a geração de energia.

Se voltarmos ao trecho citado anteriormente neste capítulo, veremos que a primeira frase sintetiza a ideia que acabamos de derivar da análise desta imagem: "Capital natural é um outro termo para o estoque de recursos renováveis e não renováveis (por exemplo, plantas, animais, ar, água, solos, minerais) que se combinam para produzir um fluxo de benefícios [*valor*, capaz de se transformar em dinheiro, e/ou *valor-de-uso*[117]] para as pessoas". Mais uma vez, é reforçada a ideia de que o sentido da existência dos *estoques* de *recursos*, da natureza, é satisfazer as necessidades humanas, por meio da produção de *valor*. As setas unidirecionais lembram o sentido dos processos em uma fábrica/da linha de produção. Faz parecer que há um fluxo que corre da natureza até o ser humano: o fluxo da transformação de tudo na abstração do *valor*. Isso pode também ser percebido se nos atentarmos às cores. No momento anterior à transformação da natureza/dos *estoques* de *recursos* e dos *serviços* ecossistêmicos e abióticos em *valor: benefícios para os negócios e para a sociedade*, eles conservam suas cores (atributo que remete ao universo das qualidades, e não das quantidades). Porém, finalizado o processo de produção de *valor*, etapa simbolizada pelo terceiro quadro, as cores desaparecem. Ou seja, chega-se no universo do *valor*

---

[114] Principalmente, a parte que diz: "Os benefícios fornecidos pelo capital natural incluem ar limpo, comida, água, energia, abrigo, medicina e as matérias-primas que utilizamos na criação de produtos".

[115] A razão de pensarmos isso é a observação das bolhas as quais estão entre as plantas aquáticas e o peixe. Essa cena talvez remeta à informação amplamente difundida de que o fitoplâncton é o maior responsável pela produção do oxigênio disponível no planeta, tanto atmosférico quanto aquático – a proximidade entre as bolhas e o peixe parece ser uma referência ao oxigênio aquático, o qual pode vir a se tonar oxigênio atmosférico.

[116] A ideia de necessidade é indicada pelas flechas unidirecionais, que apontam somente um sentido/uma direção para o processo.

[117] Ambos os termos serão definidos mais a frente em nosso trabalho.

(que é o universo do puramente quantitativo, onde todas as qualidades desaparecem, são abstraídas), representado pela indústria, por um prédio e por pessoas, portanto, fazendo alusão à vida em uma sociedade produtora de mercadorias (KURZ, 2004; MARX, 2011).

Prosseguindo no texto presente na página da NCC, encontramos mais alguns detalhes acerca da definição de *capital natural* os quais podem ser melhor compreendidos com a análise que fizemos da figura acima:

> *Natural capital is one of several other commonly recognized forms of capital. Others include financial, manufactured, social and relationship, human, and intellectual capital. Natural capital supports all of the other capitals by providing essential resources, that support a healthy planet and underpins thriving societies and prosperous economies.*[118]

Nessa passagem, a NCC afirma que há diversas formas "comumente reconhecidas" de *capital*, sendo o *capital natural* somente mais uma delas. No entanto, podemos nos perguntar "comumente reconhecidas" por quem? Será que não há críticas relevantes à existência dessas "outras formas de *capital*", como o *capital humano*, o c*apital de relacionamento*, o *capital social* e o *capital intelectual*? Será que todas as visões de mundo encontradas no planeta aceitam a noção, por exemplo, de *capital humano* (forma de pensar que entende ser possível conceber o ser humano enquanto um *estoque* de *recursos*, que, portanto, o objetifica e o trata como fonte de *valor*, fonte de *mercadoria*)? É evidente que essas são perguntas retóricas, afinal, há uma quantidade incalculável de formas de pensar e sentir o mundo. A contradição, a complexidade e a multiplicidade são fatos inerentes à vida em sociedade; e, por isso, afirmar uma única possibilidade, por intermédio da máscara do "comumente reconhecida", é um ato violento de supressão do debate, de tentativa de produção de um consenso – por meio da dissimulação, do ocultamento de informação, da afirmação de "meias verdades", de ideias que aparentam ser consistentes, quando, na verdade, não o são. No entanto, essa violência não é explicita, ela se esconde por trás de um discurso simples, "direto ao ponto", "objetivo". Dito de outra forma, a NCC tem como objetivo vender uma ideologia, um conjunto de ideias que se auto afirmam, se auto validam. Essa estratégia de ocultamento do debate, do contraditório, da complexidade, da multiplicidade, mediante a elaboração de um discurso simplificador da realidade, parece ser uma das principais formas

[118] "O capital natural é uma das várias formas de capital comumente reconhecidas. As outras incluem o capital financeiro, manufaturado, social e de relacionamento, humano e intelectual. O capital natural suporta todas as outras formas de capital, fornecendo recursos essenciais, que sustentam um planeta saudável e sustentam sociedades e economias prósperas". Tradução nossa. <disponível em: http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital/, acesso em 15 de novembro de 2018>.

pensadas pela NCC para vender, a um grande público global, as suas ideias[119] (ELIAS, 1993; 2008; KURZ, 2004; MARX, 2011; SOUSA SANTOS et al, 2014).

Dando continuidade à análise do trecho citado acima, nos deparamos com a seguinte afirmação: "O capital natural suporta todas as outras formas de capital, fornecendo recursos essenciais, que sustentam um planeta saudável e sustentam sociedades e economias prósperas". O argumento principal presente nesse trecho é o de que o *capital natural*, ou seja, o *estoque* de *recursos renováveis* e *não renováveis*, é o responsável pelo bom funcionamento de todos os outros tipos de *capital* (como o *manufaturado*, o *financeiro*, o *humano*, o *intelectual*, o *social* e o de *relacionamento*). Dito de outra forma, para que, por exemplo, o *capital manufaturado* e o *financeiro* possam operar com eficiência, de modo a produzirem, por um longo período de tempo, taxas satisfatórias de acumulação de *valor*, deve-se observar a relação de dependência dessas formas de *capital* com os *estoques* de *recursos*/com a *biodiversidade*/com o *capital natural*. Portanto, há uma relação de dependência entre a acumulação de *capital*, entre o crescimento econômico continuado, e a natureza. Então, para que a reprodução ampliada possa ser sustentada no longo prazo, é necessário manter em bom estado os *estoques* de *recursos renováveis* e *não renováveis*. Esse é um argumento bastante simples e que reforça ideias presentes nos trechos e imagem já analisados nos parágrafos anteriores: a principal delas sendo a de que a finalidade última da natureza, dos *estoques* de *recursos*, é dar suporte para o processo de acumulação de *capital*. Segundo essa maneira de pensar e sentir o mundo, a geração de *mais valor* é a grande lei que governa e dá sentido aos homens[120] e à natureza (KURZ, 2004; MARX, 2011).

Por fim, há uma última observação a qual vale a pena ser feita sobre esse trecho. Ela diz respeito à afirmação de que o *capital natural* fornece "recursos essenciais, que sustentam um planeta saudável e sustentam sociedades e economias prósperas". Mais uma vez, a NCC produz um discurso de aparência simples, enuncia um fato sobre o qual "todos concordam" e, por isso, só precisa ser mencionado de maneira sucinta e objetiva para que se possa focar no argumento principal. Isso nos parece ser uma estratégia de discurso. A atenção do leitor é direcionada para o

---

[119] O estudo, por exemplo, das publicações NCC (2014; 2016a; b; c; d; e; 2017a; b) e do seu site (http://naturalcapitalcoalition.org) revelam que essa maneira da coalizão apresentar os seus argumentos é uma marca constante nos seus discursos, o que sugere um grau de intencionalidade, de estratégia na elaboração de seu discurso.

[120] Embora não haja nesses textos citados da coalizão uma referência direta à noção de que a acumulação de *capital* é o que dá sentido à vida coletiva humana, o discurso da NCC, como visto no capítulo anterior, é uma forma de manifestação do grande discurso do projeto do *desenvolvimento sustentável*. E o discurso do *desenvolvimento sustentável* defende essa noção ao argumentar sobre a necessidade de manter viva a engrenagem do desenvolvimento, do crescimento econômico (mensurado em PIB), ou seja, da acumulação de *capital*. Ainda segundo esse discurso, não há outro caminho factível e lógico. De forma que a mensagem não dita é a de que o modo de produção capitalista é a única forma de organização social possível e desejável para toda a humanidade; e, portanto, a lei da acumulação deve ser obedecida para que haja progresso.

argumento principal, de modo que esses outros "argumentos menores" sejam aceitos mais facilmente, de forma acrítica pelo leitor, dado que ele não é convidado a refletir sobre as ideias apresentadas nesses "argumentos menores". Pensamos que essa estratégia[121] pode funcionar de maneira similar à da utilização de mensagens subliminares, pois é muito possível que esses "argumentos menores" sejam fixados no subconsciente do leitor sem que ele perceba. Afinal, são apresentados como "obviedades", como senso comum, apenas como estradas que levam ao argumento principal. Como a atenção do leitor tende, por conta deste método discursivo, a ser atraída somente para o argumento principal, é sobre este que o leitor será convidado a refletir. Logo, é muito provável que o público aceite e incorpore facilmente os "argumentos menores". Dado que eles são micro fragmentos de grandes visões de mundo, ao incorporar um desses "argumentos menores" o leitor estará, sem perceber, aprendendo a pensar e sentir a existência de acordo com uma dessas visões de mundo. Por exemplo, o trecho citado acima o qual afirma que o *capital natural* fornece "recursos essenciais, que sustentam um planeta saudável e sustentam sociedades e economias prósperas", tem aparência desimportante e pode passar desapercebido pelo crivo crítico do leitor. No entanto, se o analisarmos com cuidado, poderemos perceber que ele tenta vender a ideia de que a saúde do planeta e a prosperidade econômica e social dos povos dependem fortemente do *capital natural* – dado que ele "sustenta" e fornece "recursos essenciais" a essas variáveis. Aceitar essa ideia significa aceitar, mesmo que de forma não intencional, a noção de que a natureza pode ser entendida como *estoque* de *recursos*, como fonte potencial de *valor*; e que é o movimento de produção de *mais valor* que sustenta a prosperidade econômica e social e um "planeta saudável". Portanto, aprender a pensar a noção de *capital natural*, com o devido destaque que a NCC pretende dar a ela, significa aceitar, em níveis mais profundos e, possivelmente, não conscientes, a visão de mundo da civilização ocidental capitalista – a grande chave de acesso a esses níveis mais profundos de doutrinação se daria por meio da aceitação, consciente ou inconsciente, da noção primordial de *capital* e de uma certa forma de pensar e sentir a natureza (ELIAS, 1993; 2008; LEFF, 2002; KURZ, 2004; MARX, 2011; SOUSA SANTOS et al, 2014).

Mas o que a NCC quer dizer com prosperidade econômica e social? Muito pouco é dito sobre isso de forma direta nos textos presentes no site e nos documentos publicados pela coalizão, no entanto, há trechos no site da NCC[122] e no documento *The Path Towards the Natural Capital Protocol: A Primer for Business* os quais podem nos auxiliar:

---

[121] A qual já argumentamos ser de uso frequente pela NCC em seus textos.

[122] Disponível em: http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital/, acesso em 15 de novembro de 2018.

> *Every business impacts and depends on natural capital to some degree and will experience risks and/or opportunities associated with these relationships.*
> *Impacts can be negative, e.g., pollution, or positive, e.g., improved water quality. While impacts are more commonly measured, many businesses have not traditionally recognized their dependencies, e.g., the need for water in production processes.*
> *All of the impacts and dependencies create costs and benefits not only for the business, but also for society. Understanding the connections between business and society and the associated risks and opportunities inform better, more timely decision making.*[123]

> *The vision of the Natural Capital Coalition is of a world where business conserves and enhances natural capital. Leading businesses are recognizing that by including natural capital in their decisions, they can create greater value for themselves, and protect the natural capital that they depend upon. By doing this they are also playing a significant role in maintaining the thriving societies and prosperous economies within which we all want to live (NCC, 2016d, p. 13).*[124]

O argumento principal exposto nessas passagens é o de que o processo tradicional de tomada de decisão das empresas não leva em consideração a dependência delas para com o *capital natural* (quando, nesse processo, o *capital natural* é considerado, ele o é apenas no aspecto dos impactos a ele associados por conta da atividade produtiva das empresas); e, como todas as empresas, em algum nível, impactam o e dependem do *capital natural*, essa relação que têm com ele pode trazer para elas tanto riscos como oportunidades. Logo, é importante que elas tenham essa compreensão, pois esses impactos e dependências geram custos e benefícios para os negócios (e para a sociedade), de forma que, se houver por parte das empresas uma preocupação maior com a preservação do *capital natural* do qual dependem, isso proporcionará a elas um cenário mais favorável para a acumulação de *capital*. Neste cenário, o sucesso das empresas contribuirá fortemente com a "manutenção das sociedades e economias prósperas em que todos nós queremos viver", dado que, se elas forem capazes de gerir de maneira competente o *capital natural*, criarão condições benéficas para os negócios e para a sociedade. Ou seja, há uma relação direta entre a acumulação de *capital* das empresas e o progresso social. Por essa razão, a visão da NNC é a de um "mundo onde os negócios conservam e melhoram o capital natural". Esse

---

[123] "Toda empresa impacta e depende do capital natural em algum grau e experimentará riscos e/ou oportunidades associados a esses relacionamentos. Os impactos podem ser negativos, por exemplo, poluição, ou positivos, por exemplo, melhor qualidade da água. Embora os impactos sejam mais comumente medidos, muitas empresas não têm tradicionalmente reconhecido as suas dependências, por exemplo, a necessidade de água nos processos de produção. Todos os impactos e dependências criam custos e benefícios não apenas para os negócios, mas também para a sociedade. Compreender as conexões entre negócios e sociedade e os riscos e oportunidades associados informam melhores, mais oportunas tomadas de decisão". Tradução nossa. <disponível em: http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital/, acesso em 15 de novembro de 2018>.

[124] "A visão da Coalizão do Capital Natural [*Natural Capital Coalition, NCC*] é de um mundo onde os negócios conservam e melhoram o capital natural. Empresas líderes estão reconhecendo que, ao incluir o capital natural em suas decisões, elas podem criar um valor maior para si mesmas e proteger o capital natural de que dependem. Ao fazer isso, eles também estão desempenhando um papel significativo na manutenção das sociedades e economias prósperas em que todos nós queremos viver". Tradução nossa.

mundo seria um mundo de virtuoso progresso[125] econômico e social, pois, nele, as empresas assumiriam um papel de liderança na questão ambiental, gerindo de forma eficiente a natureza para que ela contribua com o processo de acumulação infinita de *capital*, e não seja um empecilho a ele.

Essas ideias expostas pela NCC nos chamaram a atenção por revelarem noções centrais da visão de mundo que a coalizão busca promover: a correlação entre a acumulação de *capital* e o progresso social; a noção de que as empresas (ou, para usar um outro termo, o mercado) devem assumir um papel de liderança na resolução da crise ambiental; a ideia de que, se o mercado puder entender a natureza como fonte potencial de *valor*, como mais um tipo de *estoque* de *recursos* a ser gerenciado a fim de maximizar os lucros, ele o fará de forma eficiente, gerando um ambiente de progresso econômico e social; a noção, um tanto mais oculta, de que os mecanismos de mercado são capazes de solucionar a crise ambiental e de satisfazer as necessidades existenciais de uma sociedade, de lhe proporcionar o tal "progresso"; e o argumento, que é sugerido de forma indireta, de que a forma de organização social mais desejável para a humanidade é a construída pela civilização ocidental capitalista. Essa última ideia nos parece ser expressa indiretamente, por exemplo, no trecho do texto da NCC no qual ela afirma que se as empresas levarem em consideração o *capital natural* nos seus processos de tomada de decisão, elas criarão um cenário favorável para a acumulação de *capital*, e, dessa forma teriam um papel fundamental na "manutenção das sociedades e economias prósperas em que todos nós queremos viver".

Mas o que seriam "sociedades e economias próspera"? Seriam sociedades e economias que tivessem o seu funcionamento direcionado no sentido da produção de uma relação harmônica com a natureza? Seriam aquelas capazes de produzirem, felicidade, sanidade, saúde, liberdade e harmonia entre os seres humanos? Há múltiplas formas possíveis de entendimento do que viria a ser, por exemplo, "economia", "prosperidade" e "economia próspera". Esses termos são vagos, não dizem muito por si só[126]; no entanto, com o conhecimento das produções textuais da NCC e da tradição histórica da qual faz parte[127], podemos inferir, com segurança, que com a frase "sociedades e economias prósperas em que todos nós queremos viver" a coalizão faz referência às sociedades ocidentais capitalistas, e não à qualquer uma delas, mas àquelas que

---

[125] A NCC, nos trechos citados, não utiliza a palavra *progresso*, porém acreditamos que quando ela emprega o termo *prosperidade*, ela está se referindo à noção de *progresso*.

[126] Cabe ao leitor do texto da NCC a tarefa de qualificar esses termos, de dar a eles maior significado. Nos parece que, ao não entrar em discussões profundas sobre esses termos, não defini-los e ao apresentá-los de maneira simples, sem destaque (como se fossem uma espécie de obviedade), a intenção da NCC é a de que o leitor não reflita sobre eles de forma complexa. Sem essa reflexão, o leitor tenderá a significar esses termos de acordo com os padrões de pensamento dominante – que são ocidentais; capitalistas; e descrevem o progresso enquanto *desenvolvimento*, enquanto progresso qualitativo, do mais, do crescimento infinito da produtividade da economia, mensurado em *valor*, em PIB (SOUSA SANTOS et al, 2014).

[127] Sobre a qual discorremos no capítulo anterior.

prosperaram nessa forma de organização social, que podem servir de modelo para o resto do mundo, ou seja, as ditas sociedades *desenvolvidas*[128]. Além disso, ao afirmar que essas são sociedades e economias nas quais "todos nós queremos viver", a NCC está tratando essa forma de organização social como universal, como única possível e desejável pelo ser humano, e isso é um discurso ideológico o qual esconde-se em uma frase banal, simples, que expõe fatos de "senso comum"[129]. É sensato imaginar que os povos do Xingu, que o povo Yanomami, que os Aborígenes australianos, por exemplo, devido às suas maneiras particulares de pensar e sentir o mundo, muito provavelmente não desejem viver nessas "sociedades e economia prósperas". Portanto, mais uma vez, podemos observar que a coalizão está produzindo um discurso que simplifica a complexidade, de modo a poder vender uma verdade universal, um mundo unidimensional, um único modo possível de pensar e sentir a existência (SOUSA SANTOS et al, 2014).

Embora já tenhamos extraído, dos discursos selecionados, dados suficientes para avançarmos no estudo mais aprofundado da visão de mundo propagada pela coalizão, pensamos ser útil citar um último trecho de uma publicação feita pela NCC em parceria com a *Cambridge Conservation Initiative* (CCI)[130]. O interessante desse trecho é que ele, por ter sido escrito pela CCI, apresenta um tom, uma forma de discurso, ligeiramente diferente do que foi apresentado até então.

> *Framing nature as 'natural capital' is a way of looking at the environment from an economic perspective. It views nature as a 'stock' of living and non-living components from which numerous benefits or 'flows' are derived that benefit society. Recognising these benefits allows values, sometimes financial, to be attributed to the environment. Whilst a wholly anthropocentric way of looking at the environment, this approach can be useful for informing economic-based decisions, such as in business and government, to ensure impacts and dependencies on nature are recognised, taken into account and managed.*[131]

---

[128] Com esse termo, fazemos referência à noção de *desenvolvimento*, conforme discutida anteriormente em nosso trabalho.

[129] Estratégia de discurso que vimos ser comum nos discursos da NCC.

[130] Iniciativa da Universidade de Cambridge a qual consiste em uma colaboração entre essa universidade e importantes organizações voltadas à conservação da biodiversidade (NCC, 2017a).

[131] "Conceber a natureza como "capital natural" é uma maneira de olhar para o meio ambiente a partir de uma perspectiva econômica. Tal perspectiva vê a natureza como um "estoque" de componentes vivos e não vivos, dos quais derivam numerosos benefícios ou "fluxos" que beneficiam a sociedade. O reconhecimento desses benefícios permite que valores, às vezes financeiros, sejam atribuídos ao meio ambiente. Embora seja uma maneira totalmente antropocêntrica de olhar para o meio ambiente, essa abordagem pode ser útil para informar decisões baseadas na economia, como em empresas e governos, para garantir que os impactos e dependências da natureza sejam reconhecidos, levados em consideração e gerenciados". Tradução nossa.

Esse trecho não apresenta ideias novas, diferentes das que foram descritas acima, no entanto, decidimos apresentá-lo porque reforça alguns argumentos importante que desenvolvemos na análise dos discursos da NCC. O primeiro deles é o argumento, que foi minuciosamente detalhado no capítulo anterior, de que a NCC é uma forma de manifestação e desenvolvimento de um longo processo histórico que a precede. Processo este no qual estabeleceu-se um diálogo hierárquico entre economia e ecologia, de modo a produzir um tipo de visão de mundo a qual pensa a natureza a partir do universo simbólico e linguístico da economia/do mercado. Essa maneira de pensar a natureza, promovida pelo projeto do *desenvolvimento sustentável*, ganhou força globalmente e, ao longo do tempo, ramificou-se. Um desses ramos deu origem à noção de *capital natural* e, portanto, à NCC[132]. Ou seja, o discurso da coalizão se insere nessa visão de mundo maior a qual pensa a natureza a partir da lente da economia. Então, a noção de *capital natural* que a NCC promove realiza também essa operação, no entanto, com uma especificidade: a utilização da noção de *capital natural* como o mecanismo principal de tradução da natureza para a linguagem do *valor*. Isso é dito de forma bem clara no início do trecho acima destacado, no momento em que se afirma que "conceber a natureza como 'capital natural' é uma maneira de olhar para o meio ambiente a partir de uma perspectiva econômica". O outro argumento que essa passagem reforça é o de que essa maneira de pensar e sentir o mundo, a qual traduz o meio ambiente para a linguagem do mercado, gerou a possibilidade de que "valores, às vezes financeiros, sejam atribuídos ao meio ambiente". Ou seja, estabelece-se uma visão de mundo a qual afirma haver *valor*, em estado potencial, na natureza – esse *valor* estaria presente nos processos biogeoquímicos planetários como uma espécie de essência, de entidade invisível. Logo, o *valor*, para essa visão de mundo, pode existir mesmo sem a atuação de algum processo produtivo, no qual o trabalho humano transforma a matéria. Por fim, o último argumento importante que o trecho citado acima reforça é o de a visão de mundo que pensa a natureza como *capital natural*, como estoque de recursos que se combinam para gerar fluxos de benefícios (*valor*) ao ser humano, é uma forma de antropocentrismo. Já havíamos afirmado isso acima por meio de uma análise minuciosa do discurso da NCC; porém, é interessante encontrar em uma publicação oficial da NCC a menção direta de que o discurso propagado pela coalizão é uma forma antropocentrista de entender a natureza[133].

---

[132] Que, conforme vimos anteriormente, nasceu para promover uma definição específica de *capital natural* – há outras em disputa; a NCC pretende que a definição a qual escolheu se torne a hegemônica.

[133] Mais uma vez, o discurso da coalizão trata de um tema complexo de forma muito simples, casual. Logo após afirmar que a noção de *capital natural* é antropocentrista, o texto se apressa em dizer que isso não é um problema, pois, apesar disso, essa noção é útil para processos de tomadas de decisões econômicas. Ou seja, novamente, a estratégia parece ser a de não propor um pensamento complexo, crítico para o leito;

Até então, neste capítulo, fizemos um mergulho na micro dimensão do discurso da NCC, dissecando parte a parte os textos e a imagem selecionados. E, quanto mais profundo mergulhamos, paradoxalmente, mais pistas encontramos da macro dimensão na qual o discurso da NCC está inserido. No capítulo anterior de nosso trabalho, descrevemos diversos processos históricos, em suas especificidades; porém, sempre buscamos chamar a atenção ao fato de haver uma linha condutora, grandes temas/visões de mundo que, embora assumissem a cada momento formas específicas, sempre estavam presentes nesses processos. Para ser mais específico, nos referimos: à noção de progresso quantitativo, do mais, enquanto grande mito que guia, direciona e da sentido às sociedades ocidentais capitalistas; à noção de *desenvolvimento* e o grande imperativo do crescimento da economia (mensurado em critérios estritamente quantitativos, o principal sendo o PIB), ambos subprodutos da visão de mundo que entende progresso somente (ou principalmente) enquanto progresso quantitativo; à ideia de que é possível solucionar a crise ambiental sem abandonar o modo de produção capitalista, sem romper com o movimento de acumulação infinita de *capital*; à visão de mundo, antropocentrista, que entende a natureza como um "outro" definido enquanto um conjunto de interações mecânicas entre objetos sem alma, vida, inteligência e dignidade os quais devem ser geridos para o benefício do ser humano, para satisfazer as necessidades humanas. Todos esses grandes temas, essas visões de mundo, noções e ideias que encontramos no estudo dos processos históricos materiais os quais deram origem à NCC, reapareceram na análise minuciosa do discurso da coalizão. Ou seja, o estudo aprofundado da parte revelou o todo na qual ela se insere; assim como, o estudo do todo, feito previamente, permitiu um melhor entendimento da parte. Assim, encerra-se um ciclo, no entanto, esse nível de análise ainda não basta.

Para podermos explorar com maior complexidade as consequências e os significados da consolidação em âmbito global da noção de *capital natural*, precisamos explorar uma dimensão macro ainda maior do que fizemos até aqui. Isso porque falamos, por exemplo, de acumulação infinita de *capital*, mas o que viria a ser isso? O que é *capital*? E essa tal noção estritamente qualitativa de progresso? E o progresso, que ideia é essa? E essa forma de antropocentrismo, como surgiu, em que se baseia? Será que há alguma conexão entre todas essas questões?

Sabemos que, para realizar essa investigação com rigor e profundidade, teríamos de fazer um outro trabalho somente dedicado a isso, e, por esse motivo, o que pretendemos realizar aqui é somente uma espécie de sobrevoo sobre essas questões. Esse sobrevoo não terá a pretensão de um alto grau de precisão, no nível dos detalhes. Mas, sim, o que buscaremos com

---

pelo contrário, a aparente intenção da coalizão é vender uma ideologia ao leitor, um discurso fácil, simplificador da realidade.

ele será obter ferramentas para a compreensão de um processo que ocorreu em nível civilizacional, no ocidente. Com o entendimento produzido por essa investigação, poderemos olhar para o cenário desenhado até então em nosso trabalho com um olhar mais complexo – que leva em consideração grandes movimentos que ocorrem no nível da mentalidade coletiva, da visão de mundo de uma civilização. Ou seja, a nossa meta será a compreensão de processos gerais civilizacionais, e não o mergulho na precisão dos detalhes desses processos.

Dito isso, é com essa pretensão modesta – e sempre sem perder de vista as questões que buscamos responder em nosso trabalho – que, a seguir, faremos um breve percurso pelo período da história da civilização ocidental o qual historiadores como Alexandre Koyré e Jacques Le Goff denominaram *modernidade*, para, em seguida, fazer uma breve discussão acerca do modo de produção capitalista.

3.1. Mentalidade Moderna e Capitalismo

Koyré, em seu livro *Galileu e Platão e Do mundo do "mais ou menos" ao universo da precisão* (1988), expõe as transformações as quais ocorreram na física, da física aristotélica à física moderna. Muito mais do que discussões teóricas no âmbito da física, o que o autor pretende demonstrar é que essas transformações refletem importantes mudanças de mentalidade e visão de mundo as quais ocorreram na civilização ocidental. De forma geral, o que se observou foi que a física moderna separou do mundo natural todos os aspectos qualitativos e valorativos, tipicamente presentes no período pré-moderno. O mundo natural foi desencantado, tornando-se uma somatória de processos mecânicos aleatórios, sem "vida" (no sentido qualitativo que, por exemplo, é comumente aplicado ao conceito quando se refere aos seres humanos), inteligência, alma e valores. Estas qualidades passaram a ser entendidas como praticamente exclusivas dos homens, que, então, dotados dessa inteligência singular, poderiam observar esses processos mecânicos, deduzir explicações matemáticas para os seus comportamentos, de forma a ser possível prevê-los e controla-los[134] (MARQUES, 2016; KOYRÉ, 1988).

[134] Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 25): "[na ciência moderna] é total a separação entre a natureza e o ser humano. A natureza é tão-só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes activo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar". Um dos grandes pensadores que ajudaram a consolidar essa forma de pensar e sentir a natureza foi Descartes. Sobre ele, Marques (2016, p. 612) diz que: "Descartes reduz o não humano a corpos cujo único atributo próprio será a extensão, o que permite concebê-los em termos de puras forças mecânicas e mensuráveis, operação decisiva graças à qual podemos, no âmbito de uma concepção doravante utilitária do saber 'nos tornar como mestres e possuidores da natureza'. Dessa distinção inaugural decorre que os

O processo de matematização/mecanização da concepção de natureza teve como consequência a matematização da ciência. Tal ciência provou-se muito competente na tarefa de prever e controlar os processos naturais, fortalecendo o mito da possibilidade de dominação da natureza pelo homem e dando origem a uma crescente confiança na razão (razão instrumental/científica) e nas suas produções[135]. A descrição matemática da natureza evidenciou certos padrões e ritmos presentes nos processos naturais, e, com base nessas descobertas, afirmou-se que o mundo físico é governado por leis. O que surgiu como um modelo linguístico de descrição da realidade passou a ser tomado como a realidade em si, dando origem à visão de mundo moderna para a qual a natureza é governada por leis (KOYRÉ, 1988; LE GOFF, 1996).

A noção de tempo e de progresso modernas também marcam uma mudança de mentalidade, em relação às épocas anteriores no ocidente. O tempo, que antes era visto como circular, passou a ser entendido como uma progressão linear do passado para o futuro. Tal concepção de tempo, aliada ao mito do poder da razão e da ciência moderna, produziu, da mesma forma, uma noção linear de progresso. Para ela, o passado é visto como primitivo e atrasado; e a grande esperança de progresso está depositada no futuro. Então, uma marca característica da era moderna, que a distingue das demais[136], é o surgimento de mitos de futuro. Segundo esses mitos, é no futuro que há o *mais*: mais conhecimento, mais técnica, mais previsão, mais poder, mais controle, mais segurança, mais riqueza, mais felicidade, mais liberdade etc. Le Goff (1996) destaca que Francis Bacon, embora considerado ainda um pré-moderno, reflete bem essa nova visão de mundo, pois "para ele a Antiguidade, longe de ser um modelo, não é mais que a juventude balbuciante do mundo. O progresso faz-se por acumulação: 'O tempo é o grande inventor e a verdade é filha do tempo e não da autoridade' ". Pode-se perceber nessa exposição uma mentalidade a qual entende o progresso como linear e em direção à verdade – uma verdade que, entre outros atributos, será capaz que libertar o homem dos limites impostos pela natureza, de torná-lo mais feliz; portanto, essa maneira de pensar revela que, nesse momento histórico, os elementos qualitativos do progresso eram fortemente considerados. Para a visão de mundo

---

animais, postos que desprovidos de alma, devem ser entendidos como entidades puramente mecânicas". É importante mencionar, que essa visão antropocentrista de mundo não se distingue das outras formas anteriores de antropocentrismo pelo fato de pensar a natureza como um "outro" distinto do homem; a grande novidade do antropocentrismo moderno está na forma como ele define esse "outro" e como entende o relacionamento do ser humano com esse "outro" (MARQUES, 2016).

[135] Francis Bacon, um homem que teve um papel importante na construção dessa visão de mundo, sobre esse tema, diz que a missão da ciência deveria ser a de "coagir [a natureza] (...) posta a serviço, acossada em seus transvios, colocada no potro e torturada para revelar seus segredos" (MARQUES, 2016, p. 615).

[136] Os mitos das eras pré-modernas eram mitos de origem, que glorificavam épocas/povos/tempos ancestrais (MARQUES, 2016). Por exemplo, Marques explica que "os romanos não se consideram, assim sendo, superiores aos gregos por serem mais modernos que eles (como os norte-americanos do Novo Mundo em relação aos europeus), mas por serem mais antigos, como suas pretensas origens troianas atestavam" (MARQUES, 2016, p. 584-585).

moderna, a ciência tem o papel de livrar a humanidade da ignorância, dos conhecimentos "arcaicos"/"atrasados" e da superstição. A melhor forma de se caminhar em direção à verdade, segundo essa concepção, é por meio do método científico (KOYRÉ, 1988; LE GOFF, 1996; MARQUES, 2016).

Esse otimismo moderno em relação ao progresso produziu um otimismo em relação à ciência e ao progresso técnico alavancado por ela. Com a crescente aplicação da ciência na produção industrial, outra marca típica da modernidade, imaginava-se que o progresso técnico caminharia para elevar o bem-estar social, libertar o homem do trabalho, entre outras variáveis qualitativas. Porém, provavelmente devido a esse foco moderno no mecânico, no matemático, no quantificável, a noção de progresso se fragmentou e os aspectos qualitativos foram aos poucos sendo deixados em um segundo plano de importância. Logo, com o passar do tempo, o progresso passou a ser entendido, nos desenvolvimentos mais recentes da modernidade, como progresso técnico, medido por variáveis quantitativas, como as econômicas relacionadas ao avanço das forças produtivas e da produtividade industrial. Isso pode ser observado no crescente desuso da palavra "progresso"; em seu lugar, tem-se utilizado o termo "crescimento", entendido como avanço do progresso técnico, quantitativamente mensurável (CASTORIADIS, 1989; LE GOFF, 1996; MARCUSE, 2001).

Sobre esse processo, vale a pena destacar um trecho do livro *Cultura e Psicanálise* (2001), de Herbert Marcuse:

> *Começarei definindo os dois tipos fundamentais do conceito de progresso que caracterizam o período moderno da civilização ocidental. De acordo com um deles, o progresso é definido sobretudo quantitativamente, evitando-se dar ao conceito qualquer valoração positiva. Aqui entende-se por progresso que, no curso do desenvolvimento da civilização, apesar de muitos períodos de regressão, aumentaram os conhecimentos e as capacidades humanas em seu conjunto, e que ao mesmo tempo eles foram utilizados visando a dominação cada vez mais universal do meio humano e natural. O resultado desse progresso é a riqueza social crescente. Na mesma medida, com o desenvolvimento da civilização, aumentam as necessidades humanas e também os meios de satisfazê-las. A questão que permanece em aberto é se esse progresso contribui igualmente para o aperfeiçoamento humano, para uma existência mais livre e mais feliz. Esse conceito quantitativo de progresso podemos chamar de progresso técnico e podemos opor-lhe o conceito qualitativo (...). Aqui o progresso na história consiste na realização da liberdade humana, da moralidade (...).*
> *O conceito de progresso, pretensamente livre de valores, cada vez mais característico do desenvolvimento da civilização e da cultura ocidentais desde o século XIX, contém um valor bem-determinado que indica o princípio imanente do progresso sob o qual a sociedade industrial moderna se desenvolveu empiricamente. Seus elementos essenciais poderiam ser assim caracterizados: o mais alto valor consiste na produtividade, não somente no sentido de aumentar a produção de bens materiais e intelectuais, mas também no sentido de uma dominação universal da natureza. Surge a pergunta: produtividade para quê? A resposta invariavelmente dada é clara: para satisfazer as necessidades, evidentemente. A produtividade serve para satisfazer as necessidades melhor e numa escala mais ampla, já que o fim último da produtividade consiste na produção de valores de uso que devem reverter em favor dos seres humanos. Mas quando o conceito de necessidades engloba tanto alimentação, roupa, moradia quanto bombas, máquinas caça-níqueis e a destruição de produtos invendáveis, então podemos*

> *afirmar como certo que o conceito é tão desonesto quanto inútil para determinar o que seria uma produtividade legítima, e temos o direito de deixar em aberto a pergunta: produtividade para quê? Parece que a produtividade é cada vez mais um fim em si mesma, e a pergunta sobre a sua utilização não só permanece em aberto, como é cada vez mais recalcada. (MARCUSE, 2001, p. 2-3).*

Ou seja, como vimos até aqui, a mentalidade moderna produziu noções muito específicas de natureza, tempo, progresso, e do papel do ser humano no mundo. De forma geral, o que se observou na história da mentalidade ocidental, em sua fase moderna, foi um grande processo de abstração das qualidades sensíveis do mundo. A natureza passou a ser entendida enquanto um autômato, completamente redutível a mensurações quantitativas, de modo que o homem ocidental estabeleceu uma relação fria, utilitária, puramente quantitativa com ela. A noção de tempo desconectou-se de qualquer aspecto que não fosse quantitativo, simplificando-se em um simples movimento de linha reta que segue do passado ao futuro e é mensurado e tornado visível pelas engrenagens mecânicas do relógio[137]. Da mesma forma, a noção de progresso, que em seu início incorporava aspectos qualitativos, assim como quantitativos, também passou por um processo que colocou em um segundo plano de importância as suas variáveis sensíveis, qualitativas – e o resultado desse processo foi que, cada vez mais, o progresso passou a ser pensado como progresso quantitativo. Dessa forma, o homem ocidental lançou-se para o movimento do *mais*, das quantidades, da mensuração quantitativa, da abstração do sentido da existência. Progressivamente, o homem ocidental procurou o sentido de sua existência no *mais*, no mais conforto, mais poder, mais segurança, mais conhecimento, mais anos de vida, mais previsibilidade, mais produção, mais consumo, mais mercadoria, mais dinheiro.

Não foi por acaso que o modo de produção capitalista surgiu no ocidente em sua etapa moderna. O capitalismo é uma forma de expressão dessa mentalidade. É claro que pode-se perguntar: quem veio primeiro, as mudanças materiais ou as simbólicas? Dito de outra forma, foram as mudanças na história material que provocaram as mudanças de mentalidade, ou foram as alterações no modo de pensar e sentir o mundo que produziram as mudanças materiais – por exemplo, na forma de organização social? Embora seja uma investigação pertinente, não é do escopo de nosso trabalho entrar nesse debate, pois não estamos preocupados em explicar as origens precisas do modo de produção capitalista. O que buscamos, nesse momento, é

---

[137] Que simboliza muito bem essa passagem, pois o tempo marcado pelo relógio não está preso aos ciclos planetários, ao tempo do galo, da lua, ou de qualquer outra entidade ou processo físico; ele existe por si só e não depende de mais nada, o tempo do relógio tem como referência outro relógio, e, logo, não depende da natureza. O homem pré-moderno estava sempre, de alguma forma, conectado à natureza e aos seus ciclos. Já o homem moderno, em sua tarefa auto imposta de dominação e libertação da natureza, inventou o relógio, e, com isso, "tomou o tempo para si". Essa invenção pode ser pensada como uma espécie de gesto de libertação dos ciclos, dos diversos tipos de tempos, da natureza, e não é por acaso que ocorreu na modernidade (ELIAS, 1998).

argumentar que o capitalismo é uma maneira muito específica, historicamente, de pensar e sentir o mundo que surgiu como possibilidade na modernidade, sendo, então, uma forma de manifestação da mentalidade moderna – e que, por isso, não foi por coincidência que surgiu no ocidente e justamente nesse período histórico (ELIAS, 1993; 2008; LEFF, 2002; MARQUES, 2016; MARX, 2011).

Seguindo essa argumentação, faremos uma breve exposição de como essa maneira de pensar e sentir o mundo pôde dar origem à forma *mercadoria* e à noção de *capital*.

No Livro 1 de *O Capital* (2011), Marx afirma que nas sociedades pré-capitalistas o objetivo principal da produção era gerar valor-de-uso, ou seja, as pessoas produziam produtos para atender às suas necessidades básicas. Eventualmente, o produtor não conseguia consumir tudo o que produziu, então, ele trocava o excedente por outros tipos de produto, e, nessa operação, o produto assumia a forma de *valor* (expressa no equivalente da troca). Ao vendedor, nesse momento, não interessava a utilidade de seu produto, mas sim seu *valor* (o valor-de-uso interessa apenas ao comprador), pois, com ele, era possível adquirir novos valores-de-uso, outros produtos úteis ao produtor. Marx destaca que na operação de troca, ao se atentar apenas para o *valor* dos produtos, o trabalho útil por detrás deles é ocultado, pois o *valor* é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção do bem material em questão[138], considera-se o tempo de produção e não o modo e as técnicas necessárias para produzir. Isso tem consequências: o *valor*, por ser criado pelo trabalho humano abstrato, é uma objetividade social a qual esconde, no processo de troca, o modo como as mercadorias são produzidas – os processos de trabalho e de utilização de recursos naturais. (MARX, 2011).

Avançando mais na análise, Marx mostra que[139], em um determinado momento histórico, a sociedade passou não mais a produzir para atender suas necessidades, mas sim visando a troca, a produção de *valor*. Nesse momento, a principal função dos bens produzidos passou a ser ter *valor*; e, quando isso acontece, o produto assume a forma *mercadoria* (M). Nessa sociedade produtora de mercadorias as trocas são generalizadas, portanto, fez-se necessário a criação de uma forma mais eficiente de medir o *valor* das mercadorias, era preciso que surgisse um

---

[138] Apenas a quantidade de trabalho, e não sua qualidade, é considerada porque a única forma de colocar as mercadorias em uma relação de igualdade é encontrar algo em comum entre elas. Como cada mercadoria tem uma característica física própria, por ser fruto de trabalhos de diferentes qualidades, só podemos igualá-las se acharmos uma substância comum entre elas. Marx a identifica como sendo o trabalho humano abstrato (pode-se dizer que as mercadorias têm em comum o fato de serem fruto do trabalho humano). Essa forma abstrata de trabalho não pode ser medida qualitativamente, por não ser algo concreto, e, portanto, deve ser medida quantitativamente. O valor das mercadorias, então, é dado, segundo Marx, pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-las (MARX, 2011).

[139] Por meio de um argumento lógico. O caminho que Marx traça até a criação do dinheiro não tem preocupação com a precisão histórica. Portanto, ele o faz apenas como recurso argumentativo, que nos possibilita entender o dinheiro na sociedade capitalista.

equivalente geral, o qual representaria nele o valor de todas as mercadorias, sendo, portanto, um facilitador da troca. Para suprir essa necessidade, surgiu o dinheiro (D), uma mercadoria X que a sociedade aceitava como um equivalente universal, possível de ser trocado por qualquer outra mercadoria[140]. Na sociedade produtora de mercadorias visa-se, com a produção de *mercadorias*, obter *valor*, então, ela assume, majoritariamente, a forma/o sentido D-M-D. No entanto, como o dinheiro é algo central nessa sociedade, buscou-se formas de, na circulação de mercadorias, obter mais dinheiro do que foi investido no processo produtivo, e encontrou-se essa forma: a extração de *mais-valor*[141] do trabalhador. Agora, a produção assume a forma/o sentido D-M-D' (sendo D' o D inicial acrescido de *mais-valor*, produzido e extraído no processo de produção de mercadorias). O objetivo final da produção é sempre obter mais dinheiro (D') do que foi investido inicialmente (D), e esse dinheiro a mais, gerado na extração de *mais-valor* (se for reinvestido na produção, com a finalidade de expandi-la) recebe o nome de *capital*, e inicia a *reprodução ampliada*. Na sociedade moderna produtora de mercadorias, o capital passou a "comandar" a lógica de produção/o modo de produção social, e, por essa razão, Marx diz que essa sociedade é centrada no modo de produção capitalista. (MARX, 2011).

Formas como *mercadoria*, *valor*, *mais-valor*, *capital*, de acordo com a breve exposição de *O Capital* (2011) feita acima, são essências, dão suporte e sentido, ao modo de produção capitalista. O que é curioso observar é que todas elas surgiram de um processo de abstração, sendo, então, elas abstrações de caráter puramente quantitativo. Elas se referem apenas a quantidades, são mensuradas quantitativamente; e as quantidades a que fazem referência são quantidades também abstratas (por exemplo, não existe um átomo de *valor*, de trabalho humano abstrato; esses são conceitos que só existem no imaginário humano, nas relações humanas, não tratam de entidades físicas, encontradas na natureza). A *mercadoria* é um objeto definido pela sua propriedade de se metamorfosear em *valor*; o *valor* é uma substância criada pelo trabalho humano abstrato; e o *capital*, por sua vez, é produzido a partir do *mais-valor*, quando esse é mobilizado com o objetivo da *reprodução ampliada*. Ou seja, além de serem abstrações, cada uma dessas objetividades sociais é definida a partir de outras abstrações. Como argumentamos acima, a mentalidade que possibilitou esse modo de produção, essa maneira de pensar e organizar a vida social, é a moderna. O fato de a forma *mercadoria* e a forma *valor* surgirem da abstração do valor-de-uso e do trabalho útil/concreto – que são definidos, majoritariamente, por aspectos qualitativos – apresenta uma correspondência com o processo mental moderno. Conforme havíamos dito, a natureza e o

---

[140] O dinheiro, por representar o valor de todas as mercadorias, também representa o trabalho humano abstrato (já que o valor das mercadorias deriva do trabalho humano abstrato).

[141] Tradicionalmente, em português brasileiro, traduziu-se o termo m*ehrwert* (do original alemão) como *mais-valia* (por exemplo, em MARX, 2011). No entanto, pela maior clareza que proporciona da teoria marxista, preferimos utilizar a tradução mais recente da editora Boitempo: *mais-valor*.

tempo foram abstraídos quantitativamente na modernidade; logo, por exemplo, a abstração do tempo foi uma pré-condição para se poder pensar em trabalho humano abstrato (definido em tempo abstrato, marcado pelo relógio) e, portanto, em *valor*. Quanto ao progresso, retornaremos a mencioná-lo mais a frente, após a apresentação de mais um ponto, de *O Capital*, que julgamos importante para o nosso trabalho.

Marx (2011) descreve, no capítulo 4 do Livro 1 de *O Capital*, o movimento incessante da acumulação de *capital*, contrastando-o com a lógica da economia natural, em duas passagens:

> *(...) a repetição ou renovação da venda para a compra, como o próprio processo, encontra sua medida e seu objetivo numa finalidade situada fora da operação, a saber, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para a venda, ao contrário, o começo e o fim são os mesmos, dinheiro, valor-de-troca, e, por isso mesmo, o movimento não tem fim.*
> *(...)*
> *a circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesmo, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites. (MARX, 2011, p. 182-183).*

Ao observar essa lógica, já nos fica aparente um problema: o principal objetivo da sociedade/das forças produtivas, nesse modo de produção, é produzir *valor*, acumular *capital*, e para tal é necessário produzir *mercadorias* em quantidades cada vez maiores. Esse objetivo tem fim nele mesmo, é um movimento tautológico, e o que resulta disso é que esse modo de produção só pode funcionar com uma produção crescente de *mercadorias/valor*, de modo que o *capital* possa continuar se expandindo. Não há um ponto final o qual se quer alcançar. Questões como saúde pública, felicidade, educação, cultura, fome, meio ambiente, entre outras, embora sejam reconhecidas socialmente como relevantes, não são o objetivo principal dessa forma de organização social – podendo, inclusive, tornarem-se um empecilho para a acumulação, e, como esta não pode cessar, desse conflito, origina-se/agrava-se um problema social e/ou ambiental.

Ou seja, a acumulação infinita de *capital*, faz parte do movimento do *mais*, produzido pela mentalidade moderna, que progressivamente entendeu e lançou-se em direção ao progresso compreendido enquanto progresso quantitativo.

Antes de retornarmos à temática do *capital natural*, argumentaremos, a partir da teoria marxista, porque acreditamos ser o modo de produção capitalista incompatível com a resolução da crise ambiental. Essa última etapa será necessária para que possamos expor com maior clareza porque pensamos ser muito grave, para as sociedades globais, o processo de consolidação internacional da noção de *capital natural*.

3.2. Crise Ambiental Como Parte da Crise do Capitalismo

Tendo em vista o que foi exposto a respeito da estrutura lógica que guia o modo de produção capitalista, talvez, de maneira geral, já esteja claro ao leitor porque não acreditamos ser possível tratar dos problemas ambientais sem que também se discuta uma nova direção civilizacional. Reformas no sistema foram e continuam sendo tentadas e propostas por diversos agentes sociais, mas, no entanto, essas medidas são paliativas, de efeito de curto ou, no máximo, médio prazos, pois chega um momento no qual essas reformas tornam-se um empecilho para a acumulação de capital (que é a grande lei social), sendo, pouco a pouco desfeitas. Isso porque a reprodução ampliada é indiferente a qualquer variável física (como, por exemplo, a saúde pública, a fome, a miséria, os problemas ambientais); sua única preocupação é com a geração da abstração *mais-valor*. O que importa é a acumulação, e ela pode ocorrer, inclusive, em um cenário de devastação ambiental e crise social[142] (KURZ, 2004; MARQUES, 2016).

Dito isso, pensamos ser útil a exploração um pouco mais detalhada das razões, inerentes ao funcionamento do capitalismo, as quais o tornam incompatível com a possibilidade de superação da crise ambiental.

A primeira razão que vale a pena ser mencionada é a da tendência ao aumento da composição orgânica do capital. Esse termo, cunhado por Marx, refere-se à relação entre capital constante e capital variável aplicados no processo produtivo. Dado que há um limite na geração de *mais-valor* pela extração de *mais-valor* absoluto, a tendência que se observa historicamente é a de que os capitalistas prefiram a estratégia da extração de *mais-valor* relativo. Ou seja, do aumento da produtividade da força de trabalho, que permite produzir mais no mesmo tempo, reduzindo o tempo de trabalho necessário para a produção das mercadorias, de modo a reduzir o valor incorporado em cada uma delas, e, portanto, os seus preços. Esse aumento de produtividade é obtido, majoritariamente, por meio da compra de máquinas e equipamentos (em outras palavras, de uma crescente automação e/ou mecanização das etapas do processo produtivo), que compõem o capital constante. Dado que a produtividade da força de trabalho é multiplicada inúmeras vezes nesse processo, necessita-se de cada vez menos trabalhadores nas empresas – principal componente do capital variável (MARX, 2011).

Essa busca incessante por aumento de produtividade ditada pelo princípio da rentabilidade é também intensificada pela coação da concorrência, pois não acompanhar os ganhos de produtividade significa perder competitividade nos preços, logo, parcela de mercado, e, no limite, a viabilidade econômica da empresa – pela impossibilidade de conseguir competir no

---

[142] O *capital* é indiferente até mesmo à guerra. Para ele, a guerra pode ser boa, desde que favoreça a acumulação.

mercado. Nesse processo, o fator trabalho, gradativamente, se torna ínfimo se comparado ao fator capital no processo produtivo, visto que o processo de automação e/ou mecanização, ao multiplicar exponencialmente a produtividade do trabalhador individual, exige cada vez menos empregados na produção – em outras palavras, produz-se mais com um número progressivamente menor de pessoas (MANDEL, 1985; KURZ, 2004).

O problema disso é que, no longo prazo, esse processo generaliza-se e intensifica-se, com o acirramento crescente da concorrência, e tal fato gera uma massa cada vez maior de desempregados. Ou seja, o poder de compra global dos indivíduos diminuí, de modo que progressivamente menos pessoas têm acesso às mercadorias produzidas. Isso gera uma outra pressão por ganhos de produtividade, para que as empresas consigam baixar os seus preços e não perder parcelas de seu mercado consumidor. E mais uma vez avança a tendência à automação e/ou mecanização. Instala-se assim, com esse processo, um potencial de crise, dado que a própria dinâmica do sistema gera as condições de seu colapso (MANDEL, 1985; KURZ, 2004).

Tal dinâmica gera uma concorrência brutal, a qual exige investimentos exponencialmente maiores com pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e compra de maquinas e equipamentos. Como argumenta Kurz (2004), nas fases mais recentes do capitalismo, os volumes de capital necessários para realizar isso são tão grandes que poucas empresas conseguem atingir a escala necessária para permanecer de forma competitiva no mercado. Logo, vê-se progressivamente menos empresas no mercado, devido a falências ou fusões e aquisições pelas empresas "vencedoras". Portanto, a dinâmica da concorrência destrói empregos não somente por causa dos investimentos em tecnologia no processo produtivo, mas também porque torna inviável a existência de um número crescente de empresas. Resultado: chegou um momento no século XX (de forma mais acentuada com a Terceira Revolução Industrial) no qual essa dinâmica fez com que a taxa de empregos destruídos passasse a ser maior do que a de criados (MANDEL, 1985; KURZ, 2004).

Essa problemática aponta para um potencial de crise sistêmica a qual tem origens estruturais e tende a intensificar-se com o avanço das contradições desse processo no tempo. Diante disso, não acreditamos ser possível soluções que passem por regulações ou reformas no sistema econômico, já que esse potencial de crise não resulta de um mal funcionamento, ou da falta de eficiência em certos processos da economia, mas sim da própria lógica que dita o sentido da organização do modo de produção social. Consequentemente, esse potencial de crise estará presente e se agravará enquanto perdurar o modo de produção capitalista (MANDEL, 1985; KURZ, 2004).

Por potencial de crise, estávamos, até então, nos referindo mais diretamente à crise econômica; no entanto, um outro problema decorrente dessa busca incessante por crescimento e aumento da produtividade industrial é o surgimento de uma crise ambiental. Portanto, as "duas crises" são, na verdade, somente uma crise: a do modo de produção capitalista.

Não parece ser difícil imaginar que os crescimentos exponenciais da economia e da produtividade industrial, observados ao longo do século XX, causassem um aumento progressivo na velocidade com que os recursos planetários são consumidos, gerando desequilíbrios, em escala mundial, nos ciclos biogeoquímicos. Quanto mais dinâmica e produtiva a atividade industrial fica no modo de produção capitalista, mais destrutiva ela se torna para a biosfera. Tais argumentos teóricos podem ser demonstrados quando, por exemplo, observamos alguns dados compilados pelo *International Geosphere-Biosphere Programme* (IGBP, 2004) os quais mostram uma forte relação entre o crescimento do PIB mundial (em inglês, PIB é simbolizado pela sigla GDP), o colapso de sistemas ecológicos globais e a mudança nos padrões climáticos.

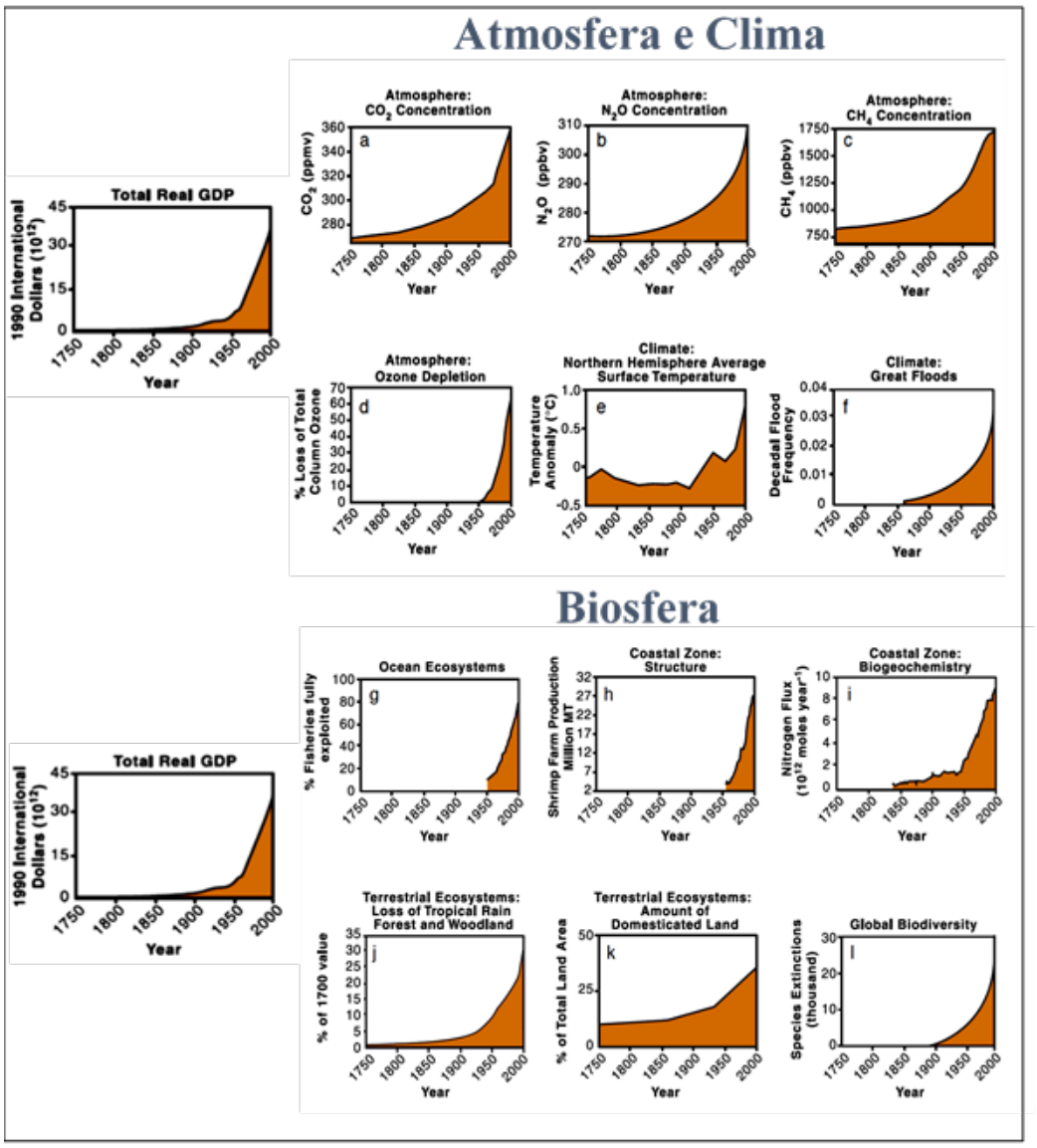

Figura 4. Histórico dos sistemas ecológicos e climático planetários.
Fonte: IGBP, 2004.

Como é possível observar nos gráficos, o aumento do clima, da concentração dos gases que causam o efeito estufa na atmosfera (CO2, CH4 e N2O), da destruição da camada de ozônio, da perda de biodiversidade global e da devastação das florestas, seguem padrões de crescimento semelhantes aos do crescimento do PIB mundial, inclusive todos esses gráficos apresentam um ponto de inflexão coincidente, o qual ocorre em meados da década de 1950, quando há uma grande movimento aceleração no crescimento do PIB mundial. Pode-se perceber, nos gráficos, que o crescimento do PIB mundial foi acompanhado por uma progressiva piora nas variáveis ambientais (relativas aos ecossistemas e clima), e nada leva a crer que essa tendência será revertida, pois há uma forte impressão de haver uma correlação causal entre essas variáveis. Não

parece ser difícil imaginar o motivo, dado que o crescimento do PIB significa uma aceleração na dinâmica da atividade industrial, que, por sua vez, quer dizer um aumento na velocidade com que a indústria consome os recursos planetários e os transforma em mercadorias. Além disso, um PIB crescente significa consumo crescente de mercadorias. O consumo e o PIB não param, e não podem parar, de crescer, dado que no capitalismo a finalidade da produção está nela mesma. Não se produz para atingir algum objetivo fora da atividade econômica. O início e o fim da produção são os mesmos: dinheiro/*valor* (mudando apenas sua quantidade, de menos para mais). Ou seja, investe-se capital na produção com o intuito de produzir mercadorias que possam ser vendidas e expandir o *capital* inicial. Por isso, a finalidade do processo está nele mesmo, não tendo fim. No capitalismo a economia deve crescer para sempre, para que o sistema funcione, e, logo, o crescimento da produção industrial deve ser acompanhado de um crescimento do consumo – dado que o consumo é a etapa a qual transforma a mercadoria em dinheiro, sendo necessária para o movimento de acumulação de capital. E nisso nos baseamos quando afirmamos que o modo de produção capitalista é incapaz de solucionar a crise ambiental; até porque, foi ele que a criou. A crise ambiental faz parte da crise do capitalismo, foi gerada pela forma como ele opera, então, essas não são questões separadas. Portanto, é ingênua ou mal-intencionada (defendendo interesse de pequenos grupos sociais em detrimento da sobrevivência do todo) as propostas para a crise ambiental que não propõem a necessidade de uma nova direção civilizacional, de um novo modo de produção que não seja ditado pela lógica da expansão infinita.

A crise ambiental também sinaliza para a crise de toda uma concepção de natureza, tempo, progresso e sentido da existência, dado que elas produziram os graves problemas que a humanidade enfrenta atualmente, sendo, por esse motivo, incapazes de produzir solução para eles. Tais problemas, como vimos, foram gerados pela civilização ocidental capitalista, mas, atualmente, afetam a humanidade como um todo, pois a crise ambiental (assim como o capitalismo) atingiu proporções globais. Portanto, vivemos em um cenário de crise civilizacional que poderá levar à destruição da civilização ocidental capitalista, ou até mesmo ameaçar a viabilidade da existência da humanidade como um todo no planeta (MARQUES, 2016).

Por esses motivos, o trabalho da NCC representa um grande risco para a humanidade; dado que ela faz parte de um movimento histórico (do *desenvolvimento sustentável*) que pretende convencer a população como um todo e as instituições globais de que é possível solucionar a crise ambiental a partir dos mecanismos da reprodução ampliada – esse movimento inclusive chega a afirmar que a solução para a crise ambiental encontra-se no crescimento econômico. A NCC, especificamente, apela às empresas que atentem-se às novas oportunidades de acumulação gerada pela crise ambiental. Ela afirma que as empresas que se ajustarem mais rapidamente às

novas demandas ambientais (para fazer isso, devem adotar as ferramentas de *capital natural* promovidas pela coalizão) terão vantagens de mercado, podendo encontrar grandes oportunidades de crescimento. Isso é muito grave, pois essas ideias[143], com o passar do tempo, colocam em risco a sobrevivência da humanidade.

Com a visão de todo esse processo de consolidação global da noção *capital natural* e do seu discurso que diz ser possível encontrar "valor potencial/mercadoria potencial" em uma montanha, um rio, uma árvore etc., de forma a poder traduzi-los em valor monetário, gostaríamos, agora, de apontar o que consideramos ser o problema mais grave (por operar em um nível sutil, e, logo, de difícil percepção) produzido pela aceitação da noção de *capital natural*. A universalização dessa forma de pensar terá resultados no campo simbólico, será a vitória de certos valores, de uma certa forma de ver, sentir e se relacionar com o mundo. Significará que o *capital* se tornou um deus onipresente, pulverizando-se e infectando todos os cantos do planeta, transformando, nesse processo, tudo em *mercadoria* – mesmo que o objeto em questão não tenha passado pelo processo de produção, metamorfoseando-se em *mercadoria* de fato; nem isso mais será necessário para a existência da *mercadoria*, ela irá transformar-se, então, em uma espécie de ente abstrato, em uma essência transcendente presente na matéria. A cristalização em âmbito global de um processo simbólico como esse tornará quase impossível pensar em outras formas de organização social que não a capitalista, pois esse modo de produção irá se confundir, no imaginário das massas, com a própria realidade, com o mundo.

[143] É sempre importante lembrar que, embora o publico alvo direto da NCC seja as empresas, conforme argumentamos anteriormente, as suas ideias foram propagadas também para as massas, atingindo um grande porcentual da população mundial. De forma que elas têm influenciado a visão de mundo de parcela relevante da população mundial.

4. CONCLUSÃO

Com este trabalho, procuramos argumentar, por meio de um estudo aprofundado da noção de *capital natural* promovida pela *Natural Capital Coalition* (NCC), que por trás da crise ambiental há valores, mitos, estruturas simbólicas de entendimento de mundo.

Conforme argumentado em nossa pesquisa, surgiu, na modernidade ocidental, uma maneira muito específica de pensar e sentir o mundo a qual lançou o homem ocidental em uma jornada alucinada pela busca do *mais*. Do *mais* conhecimento sobre a natureza, que forneceria ao ser humano *mais* capacidade de prever e controlar o comportamento dos processos biogeoquímicos planetários. Essa maior possibilidade de previsão e controle se traduziria em *mais* poder, *mais* segurança, *mais* conforto, *mais* riqueza material, *mais* anos de vida, *mais* saúde, *mais* liberdade (a libertação do homem da "tirania" da natureza, desse "outro" sem vida, inteligência, dignidade, compaixão, o qual é, de acordo com a mentalidade moderna, indiferente ao destino do ser humano, lhe sendo, em muitos casos, hostil) etc. O futuro parecia promissor, afinal, nele se encontraria o *mais*. Por essa razão, o homem moderno passou a adorar o futuro, de forma que criou mitos de futuro – uma das marcas características da modernidade ocidental, que a distingue de outros períodos históricos. Disso surgiu a noção de que o tempo é o tempo do *mais*, ou seja, que ele caminha em linha reta do passado em direção ao futuro. Dessa mesma forma, entendeu-se a noção de progresso. Ele caminharia também em direção ao *mais*, ao futuro que promete o *mais*.

Essa grande busca do *mais* tornou-se uma característica tão fundamental do ocidente moderno que foi capaz de produzir uma nova civilização, um novo modo de produção da vida: o modo de produção capitalista. Este introduziu o movimento do *mais* no núcleo fundamental, na lógica estruturante e produtora de sentido da civilização ocidental. O modo de produção capitalista organiza a sociedade e a força vital de seus indivíduos no sentido da produção de *mais-valor*, de *mais* mercadoria, *mais* extração de trabalho abstrato humano, *mais capital*. Todo sacrifício da vida presente, da energia vital, é justificável no capitalismo, desde que produza *mais-valor*, pois a acumulação de *capital* traria *mais* progresso, *mais* felicidade, *mais* liberdade, *mais* conforto, *mais* segurança, *mais* saúde, entre outros. A acumulação de *capital*, segundo essa visão de mundo, tem o poder de produzir todos os *mais* que o ser humano anseia. E é a crença nesse mito que, por exemplo, explica porque a classe trabalhadora está disposta a vender seu tempo de vida em troca de um futuro incerto, em troca de salário; em outras palavras, em troca do recebimento futuro de *valor* expresso em dinheiro. De maneira geral, a sociedade capitalista adota esse comportamento

do trabalhador, faz uma aposta, realiza diversos tipos de sacrifícios em nome da geração de *mais-valor, mais* crescimento econômico, *mais* progresso (quantitativo).

Vimos que essa grande visão de mundo ramificou-se em projetos como o do *desenvolvimento*, que dá mais força a essa maneira de pensar e sentir por afirmá-la como único caminho possível para todas as civilizações globais. Essa afirmação não foi apenas no nível do discurso, criaram-se instituições nacionais e internacionais garantidoras do crescimento econômico. Muitas delas, ganharam corpo a partir da publicação do *System of National Accounts* (SNA) – a qual, como demonstramos em nosso trabalho, tinha como objetivo fornecer instrumentos teóricos de planejamento econômico os quais fossem capazes de garantir o crescimento continuado da economia, do PIB. A partir do SNA, o crescimento tornou-se uma meta da burocracia estatal, o grande imperativo social, a grande promessa de salvação da humanidade.

No entanto, o movimento de *mais* crescimento econômico, *mais* produtividade, *mais* acumulação de *capital* também gerou *mais* destruição dos ecossistemas globais. Situação que se agravou a tal ponto que, a partir dos anos 1960 e 1970, tornou-se tema de importantes publicações científicas e debates internacionais. Nessas duas décadas, duras críticas foram feitas à lógica da acumulação, do crescimento infinito da economia (mensurado em PIB), pois, começava a surgir o entendimento de que essa lógica foi o que originou a crise ambiental global. Esse foi um momento chave, porque surgiu uma ameaça ao movimento da acumulação de *capital*, estrutura fundamental do funcionamento do modo de produção capitalista. Permitir o avanço da crítica ao crescimento infinito da economia, significaria fragilizar a engrenagem central da civilização ocidental capitalista. Isso, por sua vez, colocaria em risco os grandes grupos de poder e dinheiro internacionais, que, então, mobilizaram-se a fim de criar um projeto de contenção. O resultado desse esforço foi a criação e estabelecimento, em nível internacional, do grande projeto do *desenvolvimento sustentável*. Com ele, ganhou-se tempo. A civilização do *mais* pôde continuar a existir e se desenvolver, sob a sua mais nova roupagem: a do *desenvolvimento sustentável*.

A *Natural Capital Coalition* (NCC) surge como ramificação e aprofundamento do movimento civilizacional iniciado pelo *desenvolvimento sustentável*. Portanto, a NCC é uma coalizão que defende uma visão de mundo a qual se insere na grande tradição do *desenvolvimento sustentável* e, em níveis mais profundos, na maneira de pensar e sentir o mundo moderna e capitalista.

Logo, sem a consciência desses movimentos históricos, qualquer tentativa de solução para a crise ambiental, por mais bem intencionada que seja, corre o risco de, assim como a NCC, ser apenas uma reprodução do que já existe com uma nova aparência – embora a superfície mude, as raízes continuarão intocadas. Como pode o homem velho criar o novo? Uma nova

mentalidade parece ser necessária para que possamos solucionar os graves desafios impostos pela crise ambiental – que é apenas uma das muitas manifestações da crise do modo de produção capitalista. E os esforços da NCC se direcionam no sentido de impedir que isso aconteça, pois a coalizão investe todo o seu poder e dinheiro na promoção da noção de *capital natural*, a qual, conforme argumentamos em nosso trabalho, criará uma espécie de cosmovisão que entende a realidade como permeada por uma entidade invisível, a *mercadoria*, o *valor* potencial. Com isso, o modo de produção capitalista, no imaginário das massas, irá confundir-se com a própria realidade. Quando chegar o momento em que grande parte da população mundial olhar para um rio, para uma floresta, para o oceano, para os animais, para as plantas e para a própria vida enquanto *mercadoria* potencial, estaremos, enquanto humanidade, a beira do abismo. Isso porque a superação da crise ambiental exigirá a superação do capitalismo; e o desafio de romper com uma forma de organização social dominante já se mostrou, ao longo do século XX, um grande desafio, porém, essa tarefa não se compara com a complexidade que envolve romper, mundialmente, com uma cosmovisão.

Até onde a civilização ocidental pretende ir com a sua busca pelo *mais*? Séculos foram investidos nessa busca, e qual foi o resultado? Na ânsia pelo domínio da natureza, o ocidente, acabou gerando uma ameaça à possibilidade de sobrevivência humana no planeta. Sim, houve progresso quantitativo, *mais* riqueza material, *mais* dinheiro, *mais* conforto, *mais* anos de vida etc. Porém, o movimento do *mais* também gerou *mais* crise econômica, *mais* desemprego, *mais* destruição dos ecossistemas globais, *mais* colapso dos processos planetários que dão suporte a vida humana e *mais* obstáculos[144] para a solução de todos esses problemas.

Tudo tem um preço, e, aparentemente, no longo prazo, o preço do caminho do *mais*, parece ser a própria vida humana. Cada passo dado em direção ao *mais*, exige do ser humano *mais* sacrifício de sua energia vital; a ponto que poderá chegar um momento, com o agravamento da crise ambiental, em que o preço será a sua vida.

---

[144] Por exemplo, o processo de deificação da *mercadoria*, o qual descrevemos, no último capítulo deste trabalho, ter sido aprofundado pela consolidação da noção de *capital natural*.

REFERÊNCIAS

ANTOLINI, F. *The Evolution of National Accounting and New Statistical Information: Happiness and Gross Domestic Product, Can We Measure It?* Social Indicators Research, v. 129, n. 3, p. 1075-1092, December 01 2016. ISSN 1573-0921. Disponível em: < https://doi.org/10.1007/s11205-015-1156-6 >. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

BELLUZZO, L. G. *Capital financeiro e empresa multinacional.* In: Os antecedentes da tormenta: Origens da crise global. Campinas: Editora Unesp, 2009.

BOLIS, I.; MORIOKA, S. N.; SZNELWAR, L. I. *When sustainable development risks losing its meaning*: Delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model. Journal of Cleaner Production, v. 83, p. 7-20, 2014/11/15/ 2014.

BOS, F. *Uses of National Accounts; History, International Standardization and Applications in the Netherlands.* MPRA Paper 2008.

_____. *Standard National Accounting Concepts, Economic Theory and Data Compilation Issues; on Constancy and Change in the Un-Manuals on National Accounting (1947, 1953, 1968, 1993).* 1993.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Agenda 21*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1995

CARADONNA, J. L. *Sustainability: A History.* Oxford University Press, 2014.

CASTORIADIS, C. *As Encruzilhadas do Labirinto I.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. "Introdução"; "Reflexões sobre desenvolvimento e racionalidade". In: *As Encruzilhadas do Labirinto II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

DESHA, C.; HARGROVES, C.; SMITH, M. H. *Cents and Sustainability*: Securing Our Common Future by Decoupling Economic Growth from Environmental Pressures. Taylor & Francis, 2010.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador 1.* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *O Processo Civilizador 2*: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. *Sobre o Tempo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GARFIELD, E. *Essays of an Information Scientist*. v. 8, p. p. 469-479, 1985.

GOLDMANN, L. A. *Ciências humanas e filosofia*: o que é a sociologia?. Rio De Janeiro: Difel, 1972.

IGBP. *Global Change and the Earth System*: Executive Summary. 2004.

KOYRÉ, A. *Galileu e Platão e Do mundo do "mais ou menos" ao universo da precisão*. Brasília: UnB, 1988.

KURZ, R. *O Colapso Da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LATOUCHE, S. *Pequeno Tratado Do Decrescimento Sereno*. São Paulo: WMF MARTINS FONTES, 2009.

LEE, K.; MCNEILL, D.; HOLLAND, A. *Global Sustainable Development in the Twenty-first Century*. Edinburgh University Press, 2000.

LEFF, E. *Saber Ambiental*: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 4. Vozes, 2002.

LE GOFF, J. *Memória e história*. Lisboa: Edições 70, 1996.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCUSE, H. *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 112-139.

MARQUES, L. *Capitalismo e Colapso Ambiental*. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

MARX, K. *O capital - Livro 1 - Vol. 1 e 2*: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MEADOWS, D. H. et al. *The Limits to Growth*: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. Nova York: Universe Books, 1972.

MILLER, K. *Natural Capital*: An Overview. London. 2016

NATURAL CAPITAL COALITION (NCC). Página inicial. Disponível em: < https://naturalcapitalcoalition.org > Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. *Biodiversity and Natural Capital.* 2017a. Disponível em: < http://www.cambridgeconservation.org/sites/default/files/file-attachments/Flyer_May2017_draft_v3_LD.pdf > Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. Coalition Organizations. Disponível em: < https://naturalcapitalcoalition.org/who/coalition-organizations/ > Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. *Combining Forces on Natural Capital.* 2017b. Disponível em: < https://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2017/11/Natural-Capital-Coalition_Combining-forces_20172411.pdf > Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. Governance. Disponível em: < https://naturalcapitalcoalition.org/who/governance/ >. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. History, Vision and Mission. Disponível em: < https://naturalcapitalcoalition.org/who/history-vision-mission/ >. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. *Joining The Coalition.* 2016a. Disponível em: < http://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/Natural-Capital-Coalition-Joining-Pack2.pdf >. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. Natural Capital. Disponível em: < http://naturalcapitalcoalition.org/natural-capital/ >. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. *Natural Capital Protocol - Apparel Sector Guide.* 2016b. Disponível em: < https://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/NCC_Apparel_WEB_2016-07-12.pdf >. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. *Natural Capital Protocol Application Program.* 2016c. Disponível em: < http://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/Protocol_Applcation_-Program_-Final.pdf >. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. *Natural Capital Protocol Principles and Framework.* 2016f. Disponível em: < https://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/Framework_Book_2016-07-01-2.pdf >. Acesso em: 30 de novembro de 2018.

_____. Protocol Development. Disponível em: < https://naturalcapitalcoalition.org/protocol/development/ >. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. *Taking Stock*: Existing Initiatives and Applications: ICAEW 2014.

_____. *Terms of Reference*. 2016e. Disponível em: < https://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/Terms-of-Reference-Final-20150423..pdf >. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

_____. *The Path Towards the Natural Capital Protocol*: A Primer for Business. 2016d. Disponível em: < http://naturalcapitalcoalition.org/wp-content/uploads/2016/07/NCC_Primer_WEB_2016-07-08.pdf >. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

SACHS, W. et al. *Dicionário do Desenvolvimento*: Guia Para o Conhecimento Como Poder. Vozes, 2000.

SENADO FEDERAL. *Da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, à Rio-92*: agenda ambiental para os países e elaboração de documentos por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo-rio-92-agenda-ambiental-paises-elaboracao-documentos-comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.aspx >. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

SOUSA SANTOS, B.; PAULA, M. M. *Epistemologias do Sul*. Cortez Editora, 2014.

SOUSA SANTOS, B. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2008.

THE CLUB OF ROME. *History*. Disponível em: < https://www.clubofrome.org/about-us/history/ >. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

UNITED NATIONS (UN). *Measurement of national income and the construction of social accounts*: Report of the Sub-committee on National Income Statistics of the League of Nations Committee of Statistical Experts. United Nations, 1947.

_____. *Handbook of National Accounting: Integrated Environmental and Economic Accounting*. United Nations Publication, 1993.

_____. *Prototype Global Sustainable Development Report*. New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Division for Sustainable Development, 2014a.

_____. *Report of the United Nations Conference on the Human Environment*. United Nations, 1972.

UNITED NATIONS (UN) et al. *System of Environmental-Economic Accounting 2012—Central Framework*. New York: United Nations 2014b.

UNCEEA. *Briefing note on Natural Capital Coalition*. New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs 2014.

UNITED NATIONS STATISTICAL DIVISION (UNSD). *Environmental-Economic Accounting*. 2013. Disponível em: < https://www.clubofrome.org/about-us/history/ >. Acesso em: 31 de outubro de 2018.https://unstats.un.org/unsd/envaccounting/SEEA-Brochure-SC-2013.pdf

_____. *Report of the Committee of Experts on Environmental-Economic Accounting*. 2012.

_____. *United Nations Statistical Commission Overview*. Disponível em: < https://unstats.un.org/unsd/statcom/ >. Acesso em: 9 de setembro de 2018.

WEALTH ACCOUNTING AND VALUATION OF ECOSYSTEM SERVICES (WAVES). *Valuing the Environment*: Making Better Decisions. 2012

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.

WORDL COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). *Our Common Future*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

ZACCAI , E. *Over two decades in pursuit of sustainable development*: Influence, transformations, limits. Environmental Development**,** v. 1, n. 1, p. 79 - 90, 2012.